



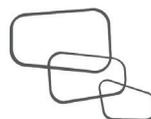
APCEF/SC



Das raízes às flores

Os 60 anos de história da Apcef-SC

1ª edição



CONSTRUTORES DE MEMÓRIAS

FLORIANÓPOLIS

2020



APCEF/SC

PRODUÇÃO EDITORIAL

Marco Antonio Zanardi
coordenação

Alessandra Oliveira
supervisão

Construtores de Memórias
texto, edição e diagramação

Aline Torres
revisão

Leonardo Saconatto
capa

Elbert Editora Gráfica
impressão



REFLEXÕES À SOMBRA DO FLAMBOYANT

É padrão que o dirigente responsável por uma entidade que inspirou a publicação de um livro preencha algumas linhas iniciais para explicar aos representados os motivos institucionais para o projeto. Peço perdão, mas não creio que caiba aqui esse tom de anfitrião, como se eu fosse dono da casa, ao falar da obra sobre os 60 anos de história da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina (APCEF-SC). À frente de uma entidade tão plural, com mais de 3 mil associados ativos, além de centenas de outros companheiros que por aqui deixaram suas marcas, nada mais justo que eu me coloque como mais um dos leitores que irão se identificar com algumas das partes deste repositório de memórias, que é de todos.

No meu caso, minha ligação com a Associação teve início no começo dos anos 1990, quando fui transferido do Rio Grande do Sul para trabalhar em Florianópolis. Trazia comigo a satisfação de ter contribuído com as lutas por direitos óbvios que, até então, eram negados aos funcionários da Caixa, na década de 1980. Foi uma década pulsante, de redemocratização, e minha vida pessoal ficou em segundo plano por diversas vezes. Ao desembarcar na capital catarinense, em um recomeço, meu corpo e minha família pediam descanso. Assim, tirei um tempo para poder evoluir em minha carreira e, ao mesmo tempo, desfrutar de prazeres como o de curtir os filhos brincando sob à sombra do flamboyant. Esta árvore, que se tornou um símbolo pra mim, como se fosse o coração da própria APCEF-SC, não existia quando o terreno foi vistoriado pela primeira vez, por cerca de 40 economiários, no ano de 1966.

Detalhes como esse sobre a APCEF-SC ficaram dispersos por livros atas de páginas amareladas, recortes de jornal e, sobretudo, na memória de alguns pioneiros abnegados. Pessoas que dedicaram parte importante de suas vidas para forjarem as bases de uma Associação que fosse democrática, moderna, acolhedora e familiar. Um lugar onde cada funcionário do banco pudesse ser ele, essencialmente, com espaço para manifestar-se, descontraí-lo, apresentar algumas de suas habilidades artísticas ou esportivas e presenciar momentos especiais.

Depois de lido o livro, são muitos os sentimentos que se manifestaram em mim. Como presidente, tenho orgulho de saber que, desde 2 de maio de 1960, data de sua fundação, a APCEF-SC evoluiu sob o mesmo propósito de defender causas e atender as necessidades de seus membros. Em diferentes contextos, sob aceleradas transformações sócio-econômicas, sempre prevaleceu a vontade do conjunto para forjar cada parte da estrutura física e humana que compõem nossa entidade, tornando-a tão múltipla de significados.

O livro que o associado tem em mãos revisita o passado ao reunir os detalhes dispersos, mas também apresenta fatos e motivações que tornaram a instituição reconhecida nacionalmente pela capacidade de ser, ao mesmo tempo, política, cultural, recreativa, social e turística.

Espero que os leitores possam se identificar e, com isso, sentirem orgulho por serem parte disso, seja como ex-diretor, funcionário, associado, do passado ou do presente, parceiro local ou nacional. Que esta obra possa inspirar e motivar uma participação associativista cada vez mais forte e frutífera, tornando a APCEF-SC a segunda casa de todos. Celebremos!

DEPOIMENTO DO ASSOCIADO MARCO ANTONIO ZANARDI,
PRESIDENTE DA APCEF-SC ENTRE 2016 E 2022





MARES INQUIETOS

Os dias de ventania atraíam águas agitadas até o beiral do Mercado Público de Florianópolis (SC), tornando mais ruidoso o comércio em torno da edificação histórica. Vivia-se a metade do Século XX e o mar da Baía Sul ainda contava com a permissão dos homens para se aproximar da aparente vila provinciana e seus casarios de arquitetura eclética, cercada pelo verde do Maciço do Morro da Cruz.

O sol de uma nova semana nem raiava e dezenas de embarcações deslizavam de diferentes pontos do Continente, quase ao mesmo tempo, em que rodas de carroceiros partiam de povoados do interior da Ilha, carregados de produtos e pedidos que atenuavam o isolamento.

Farinha, queijos, ervas, carnes, pescados, cereais, frutas, hortaliças, cestos, cerâmicas, calçados, rendas e outros manufaturados convergiam para o mesmo ponto. Eram trazidos ao triângulo geográfico formado pelo Hospital de Caridade, a Ponte Hercílio Luz e a Catedral, região da capital catarinense onde circulava o dinheiro de servidores públicos, donos de terras, industriais e comerciantes.

Vendedores competiam no grito pela atenção dos moradores, alvos de provas e promessas da publicidade rudimentar. Com os espaços cada vez mais restritos, o movimento transbordava inevitavelmente pelas vias adjacentes. Assim, mercadorias mais irresistíveis eram oferecidas aos



MERCADO PÚBLICO DE
FLORIANÓPOLIS, ANOS 1960

funcionários de lojas e repartições de portas sempre abertas. Nessa rota, não ficavam de fora os bancos, casas regentes daquela orquestra comercial.

Em 2 de maio de 1960, uma segunda-feira, o entra e sai de laranjas, doces açucarados e rendas de bilro não recebeu a mesma atenção do pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina. Uma inquietação absorvia o expediente no interior do sobrado simplório, situado no nº 60 da Rua Conselheiro Mafra, localizado entre a Álvaro de Carvalho e Jerônimo Coelho.

Um cliente mais atento pode notar olhares desconfiados, apreensivos, e até um bilhete e sussurros ao pé do ouvido,

passados de um colega a outro.

Quando o badalo dos sinos, das torres que vigiam a Praça XV, alcançou o recinto para sinalizar às 18h e marcar o fim do turno, um grupo de 27 trabalhadores do estabelecimento subiu os degraus barulhentos de madeira para ocupar o piso superior da sede da filial.

Preocupados e inseguros do que viria a seguir, escriturários, contadores e atendentes iniciaram a reunião que fundou a Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina (APCEF-SC). O princípio da história de como se formou a identidade da instituição de sexagenária é contado pelas páginas a seguir.

PEÇAS DE XADREZ EM TABULEIRO DE GAMÃO

A Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina (APCEF-SC) nasceu como força política de aproximadamente 150 economiários que atuavam no estado, em 1960. A partir da reunião no piso superior da sede do banco, na noite de 2 de maio, Arnaldo, Amauri, Luiz, João, Maria, Miguel, Edgar, Ruy, entre outros colegas, passaram a ter maior representatividade como categoria perante o Conselho Administrativo da filial catarinense do banco, então presidido interinamente por Osny da Gama Lobo D'Eça.

Até ali, crescia um incômodo geral com as sucessivas nomeações a cargos em comissão de pessoas alheias ao quadro funcional do banco. Sem direito à sindicalização como bancários – funções distintas para a legislação trabalhista da época –, tinha pouco efeito reclamarem no grêmio local, durante a tradicional Páscoa dos Bancários, ou nas cervejas tomadas no bar Miramar, ao final do expediente.

Interferências externas na empresa ocorriam desde antes do Decreto nº 8.257, de 30 de novembro de 1945, ato do presidente Eurico Gaspar Dutra (1945-1951) que deu autonomia às Caixas Econômicas do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso e Santa Catarina.

Servindo apenas a operações de depósito, penhor e empréstimo consignado e presente em uma dúzia de cidades, o banco tinha pouco peso na economia catarinense, em meados do Século XX.

Por outro lado, o chamado “banco dos pobres” garantia bons salários e gratificações aos ocupantes dos cargos de chefia, com rendimentos que

podiam superar a metade do salário pago a um ministro de Estado.

Repartições vinculadas à União eram alvos preferenciais de lideranças locais, que espalhavam suas peças de xadrez em tabuleiros de gamão, contrariando quem estava há mais tempo no jogo.

Essa prática colonial, catalisada em 1960 pela conturbada eleição para a sucessão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), encontrou em Florianópolis (SC) economiários mais conscientes de seu papel e importância na Caixa. Um senso

Acervo pessoal: Friedrich Carl Franzke



AGÊNCIA CENTRAL DA CAIXA EM SANTA CATARINA,
NA RUA CONSELHEIRO MAFRA, CENTRO DE FLORIANÓPOLIS (SC),
NA DÉCADA DE 1960

NOTA DA COLUNA SOCIAL DE ZURY MACHADO,
JORNAL O ESTADO, 3 DE MAIO DE 1960
(ACERVO: BIBLIOTECA PÚBLICA SC)

Nos salões do Querência Palace na noite de sábado, os diretores e funcionários da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, reuniram-se para um elegante jantar em comemoração a mais um aniversário.

de pertencimento mais maduro entre os trabalhadores experientes que, naturalmente, sentiam-se merecedores de uma melhor posição na empresa.

Foi sob clima de tensão que diretores e funcionários do banco celebraram o 14º aniversário de autonomia das operações da Filial de Santa Catarina. Apesar, do Governo Federal ter nomeado Fulvio Coriolano Aducci como primeiro presidente da Caixa no estado, em 11 de dezembro de 1945, a operação da unidade autônoma só teve início no ano seguinte.

A celebração ocorreu em um dos salões do Querência Palace, no sábado, dia 30 de abril, dois dias antes da reunião no piso superior da Agência Central, marco de fundação da APCEF-SC. O tom de confraternização dado pelo colunista social Zury Machado, em nota publicada na edição de 3 de maio de 1960 do jornal *O Estado*, não correspondia às conversas abafadas pela música daquela noite.

Em 48 horas, os diretores do Conselho Administrativo tomariam conhecimento do assunto. A A.P.C.E. (sigla da Associação, em 1960), entidade mediadora de interesses dos funcionários, seria criada.

Os 27 FUNDADORES

ADHEMAR CARVALHO
AMAURI FARIAS RAMOS
ANÍSIO EVARISTO DE SOUZA
ARI SILVA
ARNALDO TAVARES
BRUNO FRANCISCO GERMANN
DAGOBERTO DORNBUSCH
DARIO FERNANDO P. PEDERNEIRAS
EDGAR DELLA GIUSTINA
EDGAR LOPES SILVA
EDUARDO SILVEIRA
ELMO LEAL COELHO
EMY DÁCIO CÂMARA DA SILVA
GLADSTONE PALADINO FILHO

JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA
LUIZ CARLOS MACHADO
MARIA LAURA CALLADO
MÁRIO JORGE DA COSTA
MIGUEL DIGIÁCOMO
NAIRTO DA SILVA
OSNI NUNES
ROBERTO GUILHERME STEINMETZ
ROMEU ESTÊVÃO GONÇALVES
RUY JOSÉ DA SILVA
SALIM MANSUR NETO
WALDIR BRAZIL
WALTER CLÍMACO

CÁ PRA NÓS

ESPAÇO DO ECONOMIÁRIO

"*Cá Pra Nós*" era o nome da coluna assinada por Nilton Fraiberg Machado, um dos responsáveis por resgatar, em 1979, a publicação *O Economiário*, primeiro jornal da APCEF-SC, criado em 1966. Com irreverência, as notas de sua coluna dialogavam com o associado. Ao mesmo tempo, era um termômetro dos acontecimentos em torno da APCEF-SC e da própria Caixa Econômica Federal. Os textos desta seção do livro *Das raízes às flores - Os 60 anos da história da APCEF-SC* são inspirados no saudoso espaço e uma homenagem à publicação informativa que tanto contribuiu para orientação dos nossos trabalhos.

CENÁRIOS DO PASSADO I

Palco do evento que antecedeu a fundação da APCEF-SC, o Hotel Querência Palace foi inaugurado em 1958, na Rua Jerônimo Coelho. Era o preferido das empreiteiras que construíram a BR-101 (no lugar da antiga BR-59), BR-116 e SC-470, além de hospedar autoridades do Governo Federal, quando em passagem pela capital catarinense. As festas no local atraíam representantes da alta sociedade, com repercussão na mídia. Tinha 73 apartamentos, elevador, bar, restaurante, portaria e recepção e um dos primeiros gerentes do empreendimento foi Manoel Gil Rimbal, conhecido como Manolo, filho de um espanhol. Em 1999, o prédio do hotel seria transformado em edifício comercial.

CENÁRIOS DO PASSADO II

Em 1960, 100 mil pessoas viviam em Florianópolis, enquanto Santa Catarina tinha 2,1 milhões de habitantes (IBGE).



PERSONAGENS DE UMA MISSÃO

Embora fosse assunto corrente nas rodas de conversas entre economiários da capital, a criação da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina (APCEF-SC) foi um ato coletivo de rebeldia, de poucos recursos, e sem qualquer planejamento prévio.

Nairton da Silva doou alguns cruzeiros para a aquisição de livros de registros de presença e atas. Amauri Farias Ramos foi o primeiro a assinar, seguido pelos demais. Correram minutos de conversas sobre objetivos e primeiras medidas para oficializarem a fundação da entidade.

No momento de definirem quem seria o presidente, o advogado Arnaldo Tavares pediu a palavra e indicou o colega Miguel Digiacomo para conduzir a elaboração dos estatutos que

dariam personalidade jurídica à Associação.

Pragmático, discreto e com boa circulação nos diversos setores do banco, inclusive na direção, o nome foi aceito sem resistência.

“Meu retrato está garantido”, reagiu, descontraidamente, o eleito, diante da aclamação geral.

Os demais membros da primeira diretoria foram conhecidos na mesma noite. João Gonzaga ocupou a vice-presidência, Ary Silva assumiu a secretaria e Waldir Brazil, a tesouraria. Anísio Evaristo de Souza e Amauri Faria Ramos fecharam a lista na função de assessores.

No dia seguinte, o assunto correu a repartição da sede da



Da esquerda para a direita, os fundadores Arnaldo Tavares, Amauri Farias Ramos, Amandio Jacob Ribeiro, Anísio Evaristo de Souza, Luiz Carlos Platt, João Gasparino da Silva, Miguel Digiácomo, Edgar Lopes Silva, Waldir Brazil e Ruy José da Silva.

Filial de Santa Catarina, angariando novos adeptos e doações. Os primeiros associados contribuíram com a soma de Cr\$ 2.960,00 (o equivalente a R\$ 697,33, em março de 2020) no decorrer de 24 horas.

Outra parte do capital inicial da Associação, no valor de Cr\$ 307,20 (R\$ 72,37), veio de vaquinha feita para a “Comissão Pró-Aumento dos Servidores da CEF-SC”, movimento reivindicatório anterior à fundação e indício de que a maturidade de classe estava crescendo entre economiários daquela geração.

O total arrecadado, reservado para despesas imediatas, consta na ata da reunião do dia 3 de maio, que ocorreu em novo local, em sala do Edifício São Luiz, na Rua Felipe Schmidt, nº 37. Na mesma oportunidade, a diretoria aprovou um comunicado sobre a fundação da Associação, enviado às agências do interior. Outro item de pauta foi a elaboração do estatuto, que teve como base o anteprojeto elaborado pelo economiário João Gasparino da Silva.

CÁ PRA NÓS

BEM-VINDA AO CLUBE

Ao ser fundada, em 2 de maio de 1960, a APCEF-SC tornou-se a 15ª associação economiária a surgir no país, conforme lista abaixo:

- SP - 2 de abril de 1907
- PE - 21 de setembro de 1917
- BA - 22 de abril de 1930
- PR - 8 de março de 1935
- RJ - 15 de agosto de 1938
- CE - 1º de maio de 1949
- MG - 19 de Janeiro de 1952
- PA - 22 de outubro de 1952
- RS - 13 de junho de 1953
- AL - 2 de agosto de 1953
- AM - 30 de junho de 1954
- PB - 13 de julho de 1957
- MA - 22 de julho de 1958
- ES - 18 de setembro de 1958
- SC - 2 de maio de 1960
- GO - 15 de maio de 1960
- RN - 15 de agosto de 1960
- DF - 7 de setembro de 1960
- PI - 21 de setembro de 1960
- MT - 26 de outubro de 1962
- MS - 1º de junho de 1985
- RO - 28 de maio de 1988
- AC - 18 de maio de 1989
- RR - 22 de maio de 1991
- AP - 30 de janeiro de 1992
- TO - 20 de novembro de 1992

Fonte: FENAE

DE CRUZEIROS PARA REAIS

A atualização dos valores registrados em moedas antigas foram atualizados para março de 2020 via Índice Geral de Preços (IGP-DI/FGV).

PRESIDENTE

SEM VAIDADES

Miguel Digiácomo nasceu em 1931 e cresceu em uma casa na Rua Francisco Tolentino, a poucos passos do local onde seria proclamado primeiro presidente da APCEF-SC. Estudou no Colégio Lauro Müller e foi bolsista por sete anos do Colégio Catarinense, antes de tentar a sorte no Rio de Janeiro (RJ).

Foi com certo deslumbre que o jovem franzino desembarcou na capital do país, em 1951. Abrigou-se na casa de um tio e logo arranhou emprego em uma multinacional.

A habilidade com datilografia e o conhecimento em inglês fizeram de Miguel o preferido do gerente, chamado Emile H. Staubb, mesmo que ele considerasse traduzir documentos e notícias em português um serviço monótono. Quase dois meses depois na função, o jovem aproveitou a oportunidade para ocupar uma vaga na Filial de Santa Catarina da Caixa.

De volta a Florianópolis, passou a trabalhar na Agência Central, quase em frente à sapataria de seu pai, Vicente, que atendia clientes na Rua Conselheiro Mafra.

Sentiu-se em casa, otimista quanto ao seu futuro na empresa, a ponto de ingressar na Faculdade de Direito no mesmo ano. Casou-se com Edula Maria e teve um casal de filhos.

Fundamental no processo de oficialização da entidade, seu vínculo posterior com a instituição limitou-se ao pagamento ininterrupto da mensalidade. Não compôs diretoria, nem tornou-se frequentador da Sede Balneária ao longo dos anos seguintes.

Miguel ficou surpreso pela indicação do colega e amigo Arnaldo Tavares, mas aceitou, sem vaidade, coordenar os trabalhos iniciais da Associação. Foi para ele um compromisso a mais em sua carreira como economiário da Caixa, encerrada em 1980. Em quase 30 anos, chegou ao posto de gerente-geral. Foi ainda diretor de Hipotecas e chefiou, no Banco Nacional de Habitação (BNH) – órgão criado na Ditadura Militar e extinto em 1987 –, a carteira de operações especiais do Brasil.

Além de presidente fundador da APCEF-SC, o nº 0002 em Santa Catarina da Caderneta de Poupança, tem ainda como legado o fato de ter influenciado os caminhos profissionais da filha Denise, que também fez carreira como funcionária do banco.

MIGUEL DIGIÁCOMO,
FUNDADOR E PRIMEIRO
PRESIDENTE DA APCEF-SC,
EM RETRATO DA
DÉCADA DE 1970



LINHAGEM REAL NO BANCO DOS POBRES

Parte da insatisfação dos funcionários da CEF-SC (Caixa Econômica Federal de Santa Catarina), que culminou na fundação da AP-CEF-SC, tinha nome, sobrenome e sangue azul. Então presidente do Conselho Administrativo, Osny da Gama Lobo D'Eça personificava a antipatia que os economistas nutriam pelos apadrinhados políticos.

Sobrinho-neto de Manuel de Almeida Lobo D'Eça, o Barão de Batovi – federalista fuzilado no Forte de Anhatomirim, em 1894, pelas forças do presidente Floriano Peixoto (1891-1894) –, Osny possuía o status de ser descendente de seis dos sete primeiros reis de Portugal.

Embora membro de linhagem real, o ingresso na cúpula da CEF-SC careceu de certa paciência por parte do nobre. Ivo D'Aquino, senador Federal pelo estado e casado com a irmã de Osny, Irene Gama Lobo D'Eça, foi quem intermediou a nomeação, em duas tentativas. Getulio Vargas vetou a primeira delas, em 1953. Dois anos depois, D'Eça seria, enfim, efetivado como diretor da CEF-SC por meio de decreto, assinado pelo conterrâneo Nereu Ramos, 20º ocupante do cargo de presidente da República.

Naquele 1955, a Filial de Santa Catarina havia trocado a liderança de Newton da Luz Macuco por Jaú Guedes da Fonseca, ex-secretário da Fazenda, poliglota e orador admirável. Admitido no quadro de pessoal do banco na década de 1940, Fonseca era respeitado pelos funcionários. A presença de D'Eça na diretoria teria pouco efeito sobre os trabalhadores, não fosse um problema de saúde de Jaú. O economista afastou-se da presidência do Conselho Administrativo por diversas vezes, entre 1959 e 1961, ano de seu falecimento.

Pelo infortúnio, a administração do “banco dos pobres” foi entregue ao descendente real, fato que contribuiu, em certa medida, para a fundação da APCEF-SC. No período em que liderou o banco em Santa Catarina, Osny foi multado três vezes pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e acabou suspenso da função no Conselho em agosto de 1963, por determinação do auditor Carlindo Huguency.



CÁ PRA NÓS

SANGUE AZUL

Osny da Gama Lobo D'Eça, presidente da CEF-SC entre 1960 e 1963, era descendente de seis dos sete primeiros reis de Portugal:

- D. Afonso I (1106-1185), o **Conquistador**;
- D. Sancho I (1154-1212), o **Povoador**;
- D. Afonso II (1185-1223), o **Gordo**;
- D. Afonso III (1210-1279), o **Bolonhês**;
- D. Diniz (1261-1325), o **Lavrador**;
- Afonso IV (1290-1357), o **Bravo**.

LIMBO JURÍDICO

Além dos privilégios na cúpula do banco, funcionários da Caixa amargavam o histórico de serem excluídos sempre que a legislação voltada aos bancários avançava. Com o Decreto-Lei de nº 627, de 18 de agosto de 1938, por exemplo, os empregados Caixa de todo país foram obrigados a se associarem ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB). A medida não trouxe qualquer vantagem. Ainda proibidos da sindicalização como bancários, foi negada a eles a aposentadoria integral, padrão no serviço público.

PRESIDENTES DA ERA AUTÔNOMA

Fulvio Coriolano Aducci, Newton da Luz Macuco, Jaú Guedes da Fonseca, Osny da Gama Lobo d'Eça e Heriberto Hülse foram os principais nomes que dirigiram a Filial de Santa Catarina entre o ano de 1946, após a 2ª Guerra Mundial, e 1970, na ressaca nacional pelo título do trimundial da Seleção Brasileira, conquistado no México por Pelé e Cia.

APCEF-SC

SE TORNA OFICIAL

A fundação da APCEF-SC mereceu nota no jornal *Diário da Tarde*, na edição do dia 4 de maio de 1960. A notícia foi lida na reunião do dia seguinte, mas a diretoria optou por omitir qualquer manifestação.

Não há menção sobre o conteúdo da publicação na ata que registrou o quarto encontro da diretoria. Se positiva ou não, a notícia pareceu mera distração ao grupo, esforçado em abreviar o tempo de trabalho que iria conferir à entidade o reconhecimento das demais instituições. A oficialização era importante também para engajar alguns colegas, reticentes sobre a solidez do movimento.

Por outro lado, o Conselho Administrativo da unidade catarinense do banco não impôs resistência e chegou a apoiar os passos iniciais da Associação. A relação cordial entre dirigentes da recém-criada organização e a cúpula do banco, inclusive, acabou por ausentar Miguel Digícomo e Ary Silva da reunião que aprovou os 78 artigos do primeiro estatuto da entidade dos economistas, no dia 11 de maio de 1960. Os dois foram convocados a acompanhar o presidente em agenda pelo interior do estado. Coube ao vice João Gonzaga por fim à maratona de construção do texto, que levou cinco encontros, em um período de 10 dias.

Uma nova reunião só ocorreu no dia 18 de julho, quando o texto foi apresentado à diretoria. O documento foi datilografado pelos associados Luiz Carlos Machado e Osni Nunes, que mereceram votos de louvor por parte do presidente e demais colegas. Outro nome reconhecido na ocasião foi o do tabelião Edson da Silva Jardim, que se ofereceu para arcar com os custos de registro do estatuto. Pelo gesto, considerado altruísta, Amauri Farias Ramos sugeriu – e a Executiva aprovou – que Jardim fosse condecorado como o primeiro sócio benemérito da Associação.

O estatuto oficial seria validado pela primeira assembleia geral da APCEF-SC, no dia 25 de julho, na contadoria da sede da filial, na Rua Conselheiro Mafra, nº 60.

Foi um marco na consolidação das bases da entidade e, sobretudo, comprovou a eficiência da comissão eleita na tumultuada noite de fundação. Com a missão cumprida em curto espaço de tempo, empregando o mínimo de recursos, a diretoria provisória revestiu de credibilidade o órgão e atraiu maior interesse por parte dos colegas, que passaram a contribuir na construção da entidade.

A CHAPA VENCEDORA

Em 18 de outubro, na 7ª e última reunião da gestão liderada por Miguel, três chapas se inscreveram no processo eleitoral. Quatro dias depois, na votação que mobilizou dezenas de economistas, a proposta de Adhemar dos Passos (Chapa 2) sagrou-se vencedora na disputa contra os colegas Luiz Carlos Platt (Chapa 1) e Ruy José da Silva (Chapa 3).

Para atender ao estatuto recém-aprovado, que previa eleições anuais, com início dos mandatos sempre nos meses de maio, a diretoria liderada por Adhemar dos Passos teve gestão curta, entre 22 de outubro de 1960 e 2 de maio de 1961.

DIRETORIA EXECUTIVA

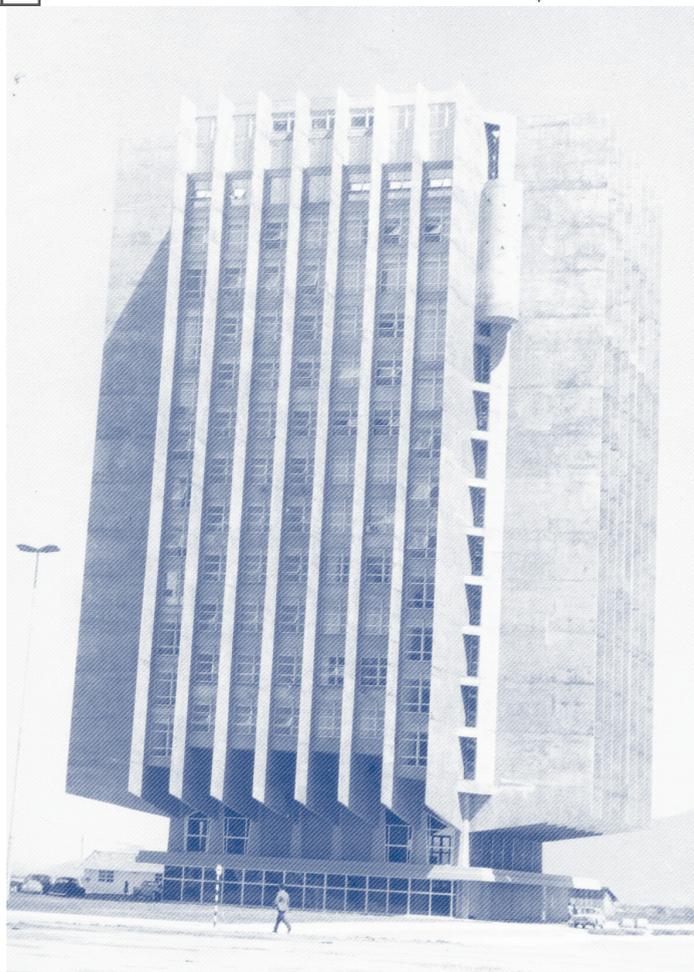
ADHEMAR DOS PASSOS - PRESIDENTE
SILVINO L. JACQUES - VICE-PRESIDENTE
GLADSTONE PALADINO FILHO - 2º VICE
ARNALDO TAVARES - ORADOR

CONSELHO DELIBERATIVO

ROBERTO G. STEINMETZ
DAURA COSTA VAZ
MÁRIO JORGE DA COSTA
LUIZ CARLOS MACHADO
NAIRTO DA SILVA
DJALMA LEBARBENCHOW
PEDRO A. P. DE MELLO
ELMO LEAL COELHO
JOÃO B. DE OLIVEIRA

CONSELHO FISCAL

MILTON DIGÍCOMO
FRANCISCO A. BARREIROS
BEATRIZ M. D'ACÂMPORA



PRÉDIO DA CAIXA, NA RECÉM-
INAUGURADA CAPITAL FEDERAL
BRASÍLIA, DÉCADA DE 1960
(ACERVO APCEF-SC)

CAIXA CENTENÁRIA

No assoprar das velas de seu centenário, em 4 de novembro de 1961, a Caixa Econômica Federal era uma entre tantas ideias que se concretizariam na inacabada Brasília. A nova capital da república ainda era um canteiro de obras, retrato fidedigno do que foi o empurrão dado no país pelo desenvolvimentismo forçado de JK e sua meta de “50 anos em 5”.

Nesse novo Brasil, que brotou no meio do Cerrado, o 100º aniversário da Caixa marcou a ruptura definitiva com práticas imperiais que ainda resistiam nas rotinas do banco público. Com novas fontes de receita

e a administração de vultosos recursos, a instituição financeira alcançou, finalmente, abrangência nacional, apoiada por uma crescente modernização de processos.

Além da gestão sobre a Loteria Federal (1962), em duas décadas a empresa passou a atrair milhões de poupadores, devido aos rendimentos fixados pela correção monetária (1964), e assumiu o controle do FGTS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (1966). Em 1970, a Caixa seria unificada como uma organização nacional, com controle sobre as decisões e estratégias das filiais estaduais.

CÁ PRA NÓS

FUNDAÇÃO DO BANCO

A história das Caixas Econômicas e Monte Socorro têm início com o Decreto nº 2.723, de 12 de janeiro de 1861, durante Império de Dom Pedro II. A operação começou em novembro do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). As províncias de São Paulo, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Minas, Espírito Santo, Ceará e Rio Grande do Sul foram autorizadas a criarem suas unidades em setembro de 1874, medida que só contemplou Santa Catarina 13 anos depois, com o Decreto nº 9.748, de abril de 1887. O funcionamento era anexo às Delegacias Fiscais (Tesourarias da Fazenda).

BUENAS DICAS

A história da Caixa está narrada no livro *Caixa: 150 anos de uma história brasileira (Buenas Ideias, 2010)*, de autoria do historiador Eduardo Bueno, o Peninha.

ECONOMIÁRIO

A origem do termo “economiário”, usado para identificar o funcionário da Caixa Econômica Federal, teria origem na festa de fundação da Associação dos Servidores da Caixa Econômica Federal de Alagoas, em agosto de 1953. O evento foi divulgado como “I Festa dos Economiários”. O nome pegou.

OU BANCÁRIOS?

Há bancários que negam o termo cunhado pelos alagoanos. Essa antipatia decorre do choque de gerações que determinou o movimento pela sindicalização e redução da carga horária, na década de 1980. Conquistados esses direitos, muitos passaram a ver o termo “economiário” como coisa “dos tempos da filial”.

AS ECONOMIÁRIAS

Veridiana Damasceno Assumpção, chamada carinhosamente de Dona Santa pelos colegas, foi admitida na Caixa por um acaso, em 1955. A Pensão Elite, gerenciada por sua família, vizinha da Agência Central, na Rua Conselheiro Mafra, atraía comerciantes e atravessadores de passagem pela capital catarinense.

Contou ela que um dia apareceu na pensão o contínuo Nelson Gonçalves. Disse ele que seu superior, Ari Mafra, havia lhe enviado, pois a sobrecarga de serviço estava tornando a preparação do café um verdadeiro inconveniente na repartição. O grito de socorro do funcionário acabou por integrar a vizinha à rotina do banco, tornando-a indispensável na gestão da fonte de energia do trabalhador brasileiro.

Dona Santa servia desde a diretoria, na edificação anexa ao sobrado, até a Contabilidade e o Setor de Consignação, instaladas no piso superior. O aroma do seu café percorria também o térreo, onde ficavam os Caixas de Atendimento, a Tesouraria e o Penhor. Por anos, ela cumpriu expediente como terceirizada, mediante recibo, com pagamento feito por Maria Laura Callado.

Da rotina daqueles anos, Dona Santa lembra da admiração que tinha por trabalhar com mulheres em posições de destaque no organograma de empresa pública tão importante. Além de Maria Laura, a secretária-geral, Rosalina Lima Bento era então chefe da Carteira de Depósitos, Onélia Teixeira, chefe de Hipotecas, e Linaura Oliveira de Souza, do Penhor.



FUNCIONÁRIAS DA CAIXA,
DURANTE O V FENAI, NA SEDE
DE JURERÊ, EM 1976



Veridiana era filha de pai ex-escravo, nascida nos anos 1920, casada desde os 14 anos. Para ela, trabalhar em uma repartição como aquela era experimentar diariamente o nascer de novos tempos. Mulheres em atividade nos outros bancos só se via nos serviços auxiliares, na limpeza ou na cozinha.

Na sede da filial catarinense do banco, portanto, Dona Santa era exceção de uma regra que havia se instituído na CEF-SC desde a década de 1940. Foi naquele ano, que se tornou comum a presença de economiárias catarinenses, admitidas com as mesmas atribuições de seus colegas homens, a exemplo do que já ocorria em outros estados.

Embora representassem 10% do quadro de pessoal da Caixa e enfrentassem mais resistência para progredirem na carreira, em comparação com eles, a presença feminina em funções de destaque na empresa significava, sim, um avanço.

Para se ter uma ideia, no Banco do Brasil, outra instituição de economia mista da União, o espaço destinado às mulheres como escriturárias foi conquistado somente depois de 1968, com a Lei nº 5.473, que proibiu a discriminação por sexo para o provimento de cargos nas empresas públicas e privadas.

No ano seguinte à promulgação, quando as primeiras escriturárias ingressaram no banco, a Caixa em Santa Catarina estava promovendo Rosalina, Onélia, Linaura e Maria Laura, juntamente com Daura da Costa Vaz, Dilma Lenga Platt, Elzira Serato Simon, Ingrid Alperstedt, Maria Souza Frasseto e Vera Ramos Moritz.

Associadas da APCEF-SC, algumas dessas mulheres deixariam o nome marcado na história da instituição já nos primeiros anos.

O espaço destinado às mulheres como escriturárias foi uma conquista posterior a 1968, com a Lei nº 5.473, que proibiu a discriminação por sexo para o provimento de cargos nas empresas públicas ou privadas.

CÁ PRA NÓS

ESCRITURÁRIAS

Servem de inspiração a todas economiárias as paulistas Thereza Ciccaio e Aurora Gouveia, primeiras mulheres a entrarem na Caixa Econômica Federal, em setembro de 1921. Mais de uma década antes do presidente Getúlio Vargas estender às mulheres o direito de voto, jornada de trabalho limitada a 8h por dia e licença-maternidade (1932).

QUER SER MISS?

Não se enganem, pois o patriarcado é que ditava os rumos do vanguardismo das economiárias. Na APCEF-SC, inclusive, como o caso verídico a seguir demonstra. Situado na Rua dos Ilhéus, o Clube Paineras era famoso por eventos inusitados. Nasceu lá, em 1964, o Enterro da Tristeza, tradicional folia que até hoje abre o Carnaval da capital catarinense. Em 1970, cinco anos antes de fechar as portas, foi lançado pela instituição o Concurso Miss Turismo de Florianópolis. O convite para participação chegou à mesa da diretoria da CEF-SC, que prontamente incubiu a Associação de escolher quem disputaria o prêmio.

ENTÃO, PAGA!

A filha de uma economiária estimada foi indicada para representar o banco no concurso, mas recebeu o convite da Associação junto ao aviso de que a entidade não pagaria qualquer despesa. A candidata, que nem teria saído de casa não fosse o pedido da instituição, insistiu para que houvesse, ao menos, o reembolso de parte do que iria gastar para se preparar. Afinal, a diretoria aprovou uma ajuda de custo à moça, com novo aviso: não será pago mais nada referente ao concurso.





MARIA LAURA CALLADO,
ÚNICA MULHER ENTRE OS
FUNDADORES DA APCEF-SC

PIONEIRAS DA ASSOCIAÇÃO

Dos 27 nomes da lista de fundadores da APCEF-SC, Maria Laura Callado foi a única mulher presente no encontro do dia 2 de maio de 1960. Secretária-geral do banco, a economiária era importante para o funcionamento de variadas engrenagens. Tudo passava por ela, de alguma forma. Eram atribuições dela a liberação de trocados para despesas imediatas, na logística do lanche dos funcionários ou para aquisição de artigos de escritório, além da organização da agenda dos chefes e diretores. As conversas mais descontraídas do expediente tinham início em torno da mesa dela, ponto que também servia como confessionário de colegas em apuros.

Foi com naturalidade, portanto, que Maria Laura se juntou aos camaradas que criaram a entidade dos economiários. Discreta, seu papel central no cotidiano da empresa serviu à Associação, posteriormente, como espécie de termômetro de como os colegas recebiam medidas superiores. Além disso, era ela um elo óbvio entre a repartição e o Conselho Administrativo.

Seguindo os passos da fundadora, outras mulheres da repartição embarcaram cedo na proposta. Os nomes de Daura da Costa Vaz e Beatriz Montenegro D'Acampora, por exemplo, constavam na chapa vencedora da primeira eleição da APCEF-SC, em 22 de outubro de 1960. Durante a gestão, presidida por Adhemar de Barros, Daura apoiou os trabalhos como membro efetivo do Conselho Deliberativo, enquanto a advogada Beatriz compôs o Conselho Fiscal.

Entretanto, foram necessários quase seis anos para que uma colega assumisse um cargo executivo na diretoria. Na terceira reunião da gestão do presidente Gladstone Paladino Filho, no dia 19 de maio de 1966, Vera Ramos Moritz assumiu a Procuradoria Jurídica da instituição, cargo que ocupou até meados de 1968.

No período, a advogada contribuiu para o aperfeiçoamento do processo de empréstimo – apoio disponibilizado aos associados, a partir de 1962 –, aprovou resoluções e mediu contratos importantes, como a compra do terreno da Praia de Jurerê, onde seria erguida a Sede Balneária Heriberto Hülse da APCEF-SC.



EDIÇÃO DE MARÇO DE 1984 D'O **ECONOMIÁRIO** ABORDEU O FEMINISMO E O PAPEL SOCIAL DA MULHER SOB O PONTO DE VISTA DE TRÊS GERAÇÕES DE ECONOMIÁRIAS. ELIANA MACHADO (À ESQ.) FOI UMA DAS ENTREVISTADAS DA MATÉRIA, QUE TROUXE O DADO DE QUE 41% DO TOTAL DE EMPREGADOS DA CEF-SC ERAM DE MULHERES, SENDO QUE 32% EXERCIAM ALGUM CARGO DE CONFIANÇA LEATRICE DORNBUSH AREÃO (ABAIXO), POR EXEMPLO, ERA RELAÇÕES PÚBLICAS DA FILIAL DE SANTA CATARINA



CÁ PRA NÓS

CRÉDITO FACILITADO

A partir de 1962, ano em que a APCEF-SC disponibilizou as primeiras linhas de crédito aos associados, o serviço só se aprimorou. No Art. 2º da Resolução 4/67, que regulava os "Empréstimos Especiais", constava que os valores seriam concedidos "a critério da Diretoria", para auxílio de natalidade, casamento, enfermidade, operação, para serviços funerários, entre outros. Nos registros de atas das reuniões, entre 1960 a 1971, há mais de 20 pedidos de crédito, de compra de óculos, que custavam NCr\$ 100,00 (R\$ 900,00), até o valor de cirurgias. No encontro de diretoria do dia 2 de outubro de 1968, foi aprovado um empréstimo especial de NCr\$ 100,00 a todos os membros da APCEF-SC, pagos em dez parcelas de NCr\$ 10,00 (R\$ 90,00).

DIFÍCIL PRA ELAS

Uma associada solicitou auxílio da entidade para cobrir despesas com médicos e anestesista da Maternidade Carlos Corrêa, de onde havia saído com o filho recém-nascido nos braços. No requerimento, a moça fez questão de evocar seu direito de contar com o convênio, oferecido pela Associação, em parceria com a CEF-SC. Era novembro de 1968 e fazia mais de 20 anos que mulheres ocupavam cargos na filial catarinense. Os homens da diretoria resistiram em conceder o auxílio, pois, justificaram, o marido da colega era associado ao Instituto de Previdência de Santa Catarina (Ipsc) e gozava, também, de benefícios. Decidiram, por fim, sondar no referido órgão quais despesas da internação já estavam pagas, evidenciando as suspeitas sobre a real necessidade da mãe.

APCEF-SC DE SECOS E MOLHADOS

Os cinco anos iniciais impuseram aos primeiros gestores da APCEF-SC o mesmo desafio: consolidá-la como instituição representativa dos funcionários, por meio da administração de recursos escassos. Criada intempestivamente e mantida, inicialmente, pela mensalidade de 150 associados, foi preciso certo esforço e criatividade para construir reserva que respaldasse as necessidades individuais e causas coletivas dos economiários.

Sobre essa fase, o ex-presidente Arnaldo Tavares (1963-1964) fez um breve histórico na publicação informativa *O Economiário*, edição nº 18, publicada em abril de 1984. No texto, o advogado descreveu como “grande luta” a maneira como as primeiras diretorias angariavam dinheiro.

“A Associação vivia apenas das contribuições dos associados. A Caixa nada oferecia, por falta de rubrica própria no orçamento, que era deficitário na época. A solução foi trabalhar com os próprios associados. Entramos, assim, na comercialização de alimentos.”

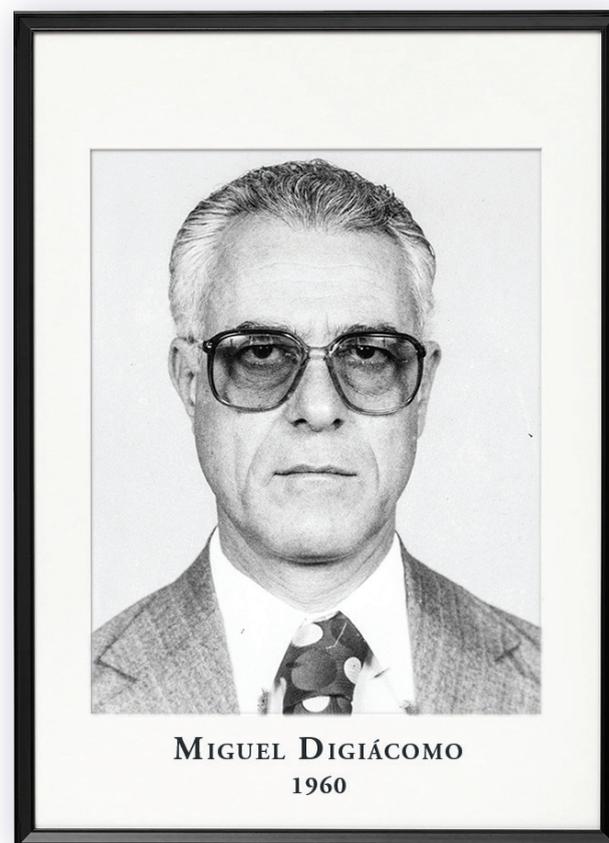
Conforme relato do advogado, havia então uma disparada nos preços de vários gêneros por conta das entressafras. Para compensar o valor cobrado nos estabelecimentos comerciais, as diretorias da APCEF-SC assumiram a função de atravessadores, comprando em grande quantidade dos fornecedores para revenderem aos associados.

FEIRA NO ALMOXARIFADO DA CAIXA

O almoxarifado da sede da Filial de Santa Catarina, instalado nos fundos do casario da Rua Conselheiro Mafra, serviu por anos para depósito de produtos alimentícios comercializados pela APCEF-SC.

Quando batata, cebola, açúcar, café, azeite e outras mercadorias básicas sumiam dos armazéns da cidade, cerca de 50 funcionários que cumpriam expediente no sobrado podiam recorrer ao mercadinho da Associação. Além da economia, o pagamento podia ser postergado até a data em que o vencimento era debitado na conta do empregado.

A vantagem para a APCEF-SC estava na arrecadação de 20 % sobre o valor de cada produto vendido – o acréscimo ainda deixava o



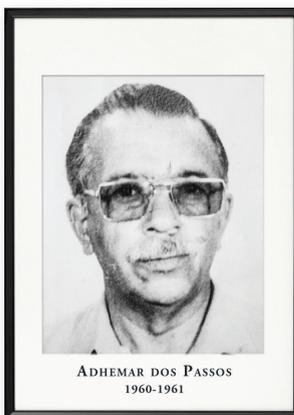
preço competitivo, em relação ao comércio da cidade.

A venda de gêneros alimentícios, primórdios das futuras políticas de convênios e benefícios, foi empregada pelas gestões de Adhemar dos Passos (1960-1961), Ruy José da Silva (1961-1962), Luiz Carlos Platt (1962-1963) e do próprio Arnaldo Tavares.

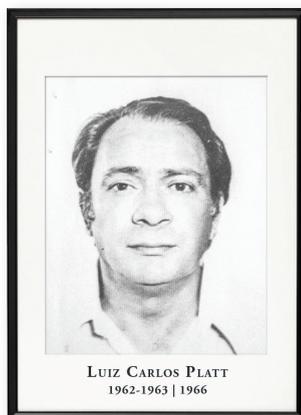
Não por acaso, uma das fontes de receita da APCEF-SC, a partir de 1968, viria de um restaurante próprio, também situado na Rua Conselheiro Mafra.



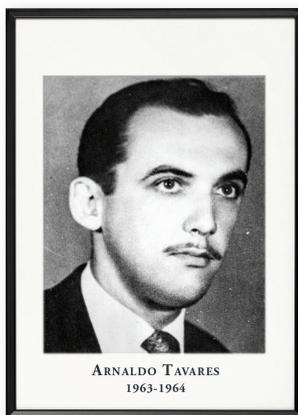
MURAL DE EX-PRESIDENTES APCEF-SC



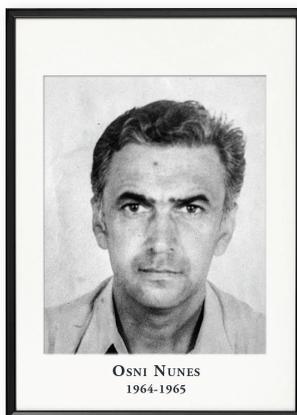
ADHEMAR DOS PASSOS
1960-1961



LUIZ CARLOS PLATT
1962-1963 | 1966



ARNALDO TAVARES
1963-1964



OSNI NUNES
1964-1965

*OUTRAS FOTOS DO "MURAL DE EX-PRESIDENTES DA APCEF-SC" PODEM SER CONFERIDAS NAS PÁGINAS 32, 42, 58, 77, 85 E 91

JOGO DE CINTURA

A dependência em relação à CEF-SC colocava diretores da APCEF-SC em saias justas, ao atuarem entre a repartição e a chefia. Na ata da segunda reunião presidida por Luiz Carlos Platt (1962-1963), em 10 de maio de 1962, a Executiva aprovou o envio de memorial ao Conselho Administrativo da Filial, a partir do consenso de que havia sido acertada a decisão de compra do edifício do Hotel La Porta, no Centro de Florianópolis, para instalação da sede do banco.

Em seguida, no mesmo encontro, foi colocado em discussão um abaixo-assinado, encaminhado pelos associados, que reivindicava melhores salários. Recém-empossados para defenderem causas assim, mas cientes da importância de manterem bom trânsito com a chefia, a questão foi tratada com cautela. O assunto seria levado ao conhecimento do Conselho pelo próprio Luiz Carlos Platt, por entrevista informal, sem ofício.

CÁ PRA NÓS

ECONOMIÁRIOS UNIDOS

Data de outubro de 1947 o 1º Congresso dos Empregados das Caixas Econômicas Federais. O evento foi realizado no Rio de Janeiro (RJ), de onde saiu uma lista de reivindicações e a decisão de busca por apoio político.

ULYSSES GUIMARÃES

Um dos primeiros políticos a defender a causa dos funcionários Caixa foi Ulysses Guimarães. Ainda em 1947, o parlamentar defendeu projeto de um programa de previdência específico para os trabalhadores do banco, ponto de partida para a criação do Seguro Social dos Economiários (Sasse), implantado uma década depois.

FUNCEF

A Fundação dos Economiários Federais (Funcef), substituiria o Sasse em 1º de agosto de 1977. Iniciada com 20 mil associados, o órgão destinava-se a proporcionar suplementação salarial aos aposentados e pensionistas. Em 43 anos, tornou-se o terceiro maior fundo de pensão do país, com R\$ 66 bilhões em ativos e 135 mil participantes.

ASSOCIAÇÃO ROMPE DIVISAS

Para o Congresso de Associações Economiárias, em Porto Alegre, no ano de 1963, a APCEF-SC designou como representantes o presidente, Arnaldo Tavares, além de Amauri Farias Ramos, Luiz Carlos Platt, Anísio Evaristo de Souza e Assonipo Schaeffer. Na ocasião, Ramos, Platt e de Souza atuaram na relatoria de comissões e foram destaques nas sessões plenárias.



“DE CRUZEIRO EM CRUZEIRO SE FAZ UM MILHEIRO”

O slogan antigo da Caixa valia para 50 mil correntistas que tinham conta na Filial de Santa Catarina, em 1960, mas servia também para indicar o desempenho financeiro dos primeiros anos da APCEF-SC. Levou dois anos até que as mensalidades e a venda de gêneros alimentícios deixassem de ser as únicas fontes de receita para que a Associação fizesse seu “milheiro”.

Na primeira reunião do presidente Platt, em 7 de maio de 1962, Adhemar dos Passos, então diretor do Departamento de Empréstimos, propôs que a instituição passasse a conceder ajuda financeira aos economiários, com limite máximo de Cr\$ 5.215,90 (R\$ 625), o que significava a remuneração de um gerente de agência, prazo de até seis meses e juros de 12 % ao ano.

O assunto tomou grande parte das duas horas do encontro. Ary Silva defendeu que fosse cobrada taxa de 1%,

Djalma Lebarbenchow – irmão do então 1º secretário, Odilon – sugeriu 2%, enquanto Anísio Evaristo de Souza achou por bem cobrar 3%. Ao final, a proposta aprovada levou em conta a cobrança de 2%, com a condição de que somente associados com doze meses ininterruptos de contribuições à entidade teriam direito ao crédito.

Nas circulares de nº 1/62 e 2/62, enviadas às doze agências existentes em Santa Catarina, na época, havia ainda a modalidade de empréstimo rápido, com teto de Cr\$ 2 mil (R\$ 240), mediante cobrança de Cr\$ 20,00 na retirada do dinheiro.

Em um contexto de descontrole da inflação e acirramento da polarização em torno da política de reformas de base prometidas pelo governo do presidente João Goulart (1961-1964), a iniciativa de emprestar valores aos funcionários em apuros tornou-se praxe na instituição e foi aprimorada pelas gestões posteriores.

A SORTE ALIVIA

OS COFRES

O Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais assumiu a gestão exclusiva da Loteria Federal durante o governo João Goulart (de 1961 a 1964). Com o sorteio inaugural, em setembro de 1962, no Rio de Janeiro (RJ), cada estado passou a receber uma cota de bilhetes.

Em Santa Catarina, era comum haver excedente, pois a demanda era inferior à quantidade de números destinados pela União. Representantes de lotéricas de estados do Sul e Sudeste vinham até Florianópolis em busca dessa sobra que, mais tarde, tornou-se também uma oportunidade de receita para a APCEF-SC.

No relato publicado em *O Economista*, Arnaldo Tavares conta que durante a gestão do presidente Osni Nunes (1964-1965), a administração local do banco concordou em repassar parte dos bilhetes ao órgão dos funcionários. Com efeito, a Associação incorporou os ganhos da revenda, “aliviando um pouco os cofres”, como descreveu o ex-presidente.

Com novas fontes de receita, a instituição passou a ter condições de respaldar causas coletivas dos empregados da filial. As economias ainda eram insuficientes para garantir maior autonomia à entidade, então dependente de concessões por parte da cúpula da filial catarinense.

No entanto, graças aos esforços de presidentes como Nunes, Tavares, Platt, Silva e Passos, a APCEF-SC pode se beneficiar dos ventos favoráveis da história. Ventos que mudariam significativamente a paisagem e conjuntura de Florianópolis (SC).



NEWTON DA LUZ
MACUCO, PRESIDENTE
DA CEF-SC NOS
ANOS 1950, DURANTE
INAUGURAÇÃO
DE AGÊNCIA EM
BLUMENAU (SC)

CÁ PRA NÓS

PRESIDENTES ECONOMIÁRIOS

Carlos Coimbra da Luz e Paschoal Ranieri Mazzilli foram os dois economiários presidentes da República. Por curto período. Da Luz substituiu Café Filho, que se afastou por problemas de saúde, em novembro de 1955, enquanto Mazzilli ocupou o Executivo entre a deposição de Jango e o início do Regime Militar, em abril de 1964.

"IHHS! CHEGOU O OSNI!"

O ex-presidente da APCEF-SC Osni Nunes ingressou na CEF-SC em março de 1952 e ocupou por anos a função de inspetor da filial. Na época, sua chegada em uma agência do interior mobilizava contadores do lugar para auditorias que duravam até meses. Em 1964, ano em que foi eleito presidente da Associação, o economiário foi escalado para verificar irregularidades na agência de Rio do Sul. A confusão era tamanha nas contas que foi preciso suspender por dias o atendimento ao público para análise dos fatos.

PELOS ARES

Empréstimos acima do limite, retiradas de recursos sem comprovação e falsificação de assinaturas eram as agulhas no palheiro do ofício de Osni Nunes. Sua atuação era mais fora da agência e quando não cruzava o interior por estradas de chão, estava nos ares do estado. Voar era um privilégio de parte ínfima da população. Porém, algumas situações mais urgentes exigiam que Osni ou colegas do setor se deslocassem de avião fretado para socorrer o gerente de alguma unidade do interior.

UM DIRETOR JOGA CONTRA

A gestão de Renato Francisco Cunha Cavallazzi (1965-1966) à frente da APCEF-SC era promissora. Em pouco tempo, a diretoria retomou a prática de venda de gêneros alimentícios, reforçando o caixa, e fortaleceu o braço esportivo da entidade.

Porém, o mandato seria interrompido antes do fim. Um desvio de recursos da Associação forçou a intervenção do Conselho Deliberativo, que destituiu dos respectivos cargos todos os membros da diretoria. O caso foi transformado em investigação criminal, conduzida pela Delegacia de Furtos e Roubos da Capital.

O burburinho tomou conta das agências, impactando na imagem que os economiários tinham da Associação. Até porque o dinheiro que havia sido retirado para fins particulares tinha origem, em boa parte, do pagamento regular das mensalidades.

Para gerenciar a crise instalada, Luiz Carlos Platt assumiu interinamente a presidência, apoiado nos trabalhos de apuração por Arnaldo Tavares e Moacir Ventura Cardoso. Ao final do processo administrativo, os três concluíram que somente um diretor tinha responsabilidade sobre o desvio. Portanto, Cavallazzi e demais ex-diretores foram eximidos de qualquer culpa. O documento elaborado foi entregue às autoridades policiais e ao Conselho Administrativo da CEF-SC.

O economiário que confessou o crime chegou a apelar por perdão à diretoria seguinte da Associação, mas já não era possível retirar a queixa. Embora tenha ressarcido o prejuízo causado aos cofres da APCEF-SC, por meio de pagamentos de promissórias, o ex-diretor foi demitido da Caixa em dezembro de 1966.

Em meio à instabilidade provocada pela maior crise interna da primeira década, Platt, Tavares e Cardoso se voltaram ao passado recente da instituição para a escolha do presidente que teria capacidade de apaziguar os ânimos e colocar a entidade nos trilhos, novamente. Mais uma vez, seria escalado um membro fundador.

FACHADA DE UMA DAS
AGÊNCIAS DO CENTRO DE
FLORIANÓPOLIS,
DÉCADA DE 1950



Arquivo pessoal: Friedrich Carl Franke

O clima entre os funcionários CEF-SC remetia ao contexto tumultuado que motivou a fundação da APCEF-SC, em 1960. Passados seis anos da gestão providencial conduzida por Miguel Digiácomo, o presidente da entidade seria escolhido de forma indireta.

Gladstone Paladino Filho tinha perfil parecido com o colega. Era pragmático, líder natural e aceitou sem resistência o desafio de restabelecer a credibilidade do órgão dos funcionários da Filial de Santa Catarina. Com medidas de efeito rápido e investimentos ousados, em pouco tempo o associado se reaproximou.

Se Digiácomo e diretoria ficaram marcados pela elaboração do estatuto inaugural e oficialização da entidade, a diretoria que tomou posse, em maio de 1966 foi eficiente em preparar as bases para a construção do patrimônio.

Em dois meses de administração, o estatuto foi reformado e se iniciou tratativas de convênio com cooperativa para comercialização de gêneros alimentícios, voltada aos associados, com subsídio da APCEF-SC. Os associados passaram a usar carteira de identificação, com foto 2x2 e a comunicação foi fortalecida, com a criação da primeira publicação informativa da entidade, intitulada *O Economiário*.

Uma das primeiras edições do jornal trouxe como destaque a vitória da equipe da CEF-SC no Torneio Início. A competição, disputada em um único dia, abriu a primeira temporada do Campeonato dos Bancários. Este último durava meses, com turno, retorno e jogos disputados aos sábados de manhã, principalmente. Ambos eram organizados pelo Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB), e colocava frente a frente peladeiros do Besc, Nacional, Bamerindus, Inco, Banco do Brasil.

A GOLEADA DA APCEF-SC

Era bom de bola o tal de Auri Silva. Na meia esquerda, no lado oposto do qual atuava o companheiro César Cruz, o economiário dividia a missão de municiar Chiquinho, goleador do time, para balançar alguma rede durante os jogos do Campeonato dos Bancários, promovido pelo SEEB. Não era sempre que o técnico Waldir Brazil contava com elenco completo. Com jogos aos sábados, a cervejada no Restaurante da Associação atrapalhava o rendimento dos peladeiros, quando não desfalcava o time de algum dos principais jogadores.

Contratado em 1966 para trabalhar na CEF-SC, Silva era presença garantida no selecionado titular, no final daquela década. Ele recorda-se de uma partida em que a equipe esteve completa, com jogadores poupados, sem a tradicional cervejinha da véspera. O jogo era um dos últimos da temporada e não valia nada para a equipe do banco, então acostumada a encerrar a competição no meio da tabela, entre os 10 times da disputa.

Com força máxima na derradeira partida, a APCEF-SC enfrentou os bancários do extinto Nacional do Comércio, que precisavam vencer para terem vantagem na disputa final contra o Besc. Motivados por uma noite bem dormida, a CEF-SC de Silva, Cruz & Cia. atropelou os favoritos, deixando o campo com um surpreendente placar de 10 a 1. Foi como um título de honra para os jogadores, recompensados com dez caixas de cervejas, bancadas pelo treinador.

O mesmo Brazil, entusiasta do esporte na Associação, deixaria seu nome marcado como idealizador dos Jogos de Integração, disputados a partir de 1974.



"RACHÃO" ENTRE PARTICIPANTES DO V FENAI,
NA SEDE DA APCEF-SC, EM JURERÊ, EM 1976

CÁ PRA NÓS

GLÓRIA

O título do Torneio Início, em 1966, mostrou à diretoria uma forma de se reaproximar dos associados. A descontração em torno dos jogos, a competitividade e o orgulho de vestir a camisa canalizaram atenções da administração ao departamento de esportes, até então subestimado.

Na primeira reunião de diretoria após o título, o ex-presidente Newton César Viegas, então responsável pelo setor, foi ao encontro com a moral de quem carrega o caneco embaixo do braço. No topo de sua lista de pedidos aos diretores estava o pagamento da taxa de Cr\$ 40 mil (R\$ 600,00) para inscrição do campeão no I Campeonato dos Bancários. Após a aprovação unânime, o irreverente cartola não perdeu tempo e solicitou joelheiras, chuteiras e meióes.

E CONFUSÃO

O otimismo dos economiários seria frustrado pela fraca campanha no torneio, mais longo. No primeiro jogo, disputado contra o selecionado do Inco, no campo do Abrigo de Menores, um verdadeiro vexame. Dois colegas do time da CEF-SC se estranharam e o caso mereceu julgamento da diretoria da APCEF-SC. Segundo registros em ata, a confusão teve início quando Moacir Vieira Cardoso foi reclamar com o árbitro da partida, atitude que só era permitida aos capitães de cada time. Temendo o prejuízo pro grupo, Luiz Carlos Luiz foi conter o amigo e, no calor do momento, exaltou-se a ponto de agredir Cardoso. Após considerações de quem havia testemunhado a cena, Cardoso recebeu uma advertência, mas Luiz foi suspenso por toda competição.

OPORTUNIDADE DE CR\$ 25 MILHÕES

A excursão partiu cedo do Centro de Florianópolis. Os dois ônibus só desligaram os motores quando o mato engrossou por entre as rodas. Eucaliptos sufocavam a restinga, deixando expostas dunas que indicavam o caminho até o mar. Estavam faceiros, como crianças em excursão, os adultos daquela viagem ao Norte da Ilha. Saltaram dos veículos fretados em algazarra, assim que avistaram o tal prédio inacabado, dispersando-se em vários grupos para explorarem o lugar.

Naquela segunda-feira, 15 de agosto de 1966, feriado municipal da Assunção de Nossa Senhora, cerca de 40 economiários deixaram pegadas no terreno onde a diretoria da APCEF-SC pretendia erguer uma colônia de férias para os funcionários.

A churrascada, que durou o dia todo, com direito a show de um conjunto orquestral, foi aprovada na reunião do dia 12 de agosto de 1966. Só embarcaram de volta para o Centro ao cair da tarde. Eufóricos pelas partidas de futebol e banhos de mar, diretores e associados já não queriam saber de outro lugar para servir como sede da Associação.

Com efeito, passou-se três meses até que uma proposta definitiva fosse apreciada e aprovada pela Executiva, em reunião extraordinária na sede da filial, no dia 5 de novembro de 1966. O secretário Francisco Américo Barreiros foi quem apresentou a oferta da Imobiliária Jurerê Ltda (destaque abaixo).

“Ilmo Sr. Gladstone Paladino Filho, diretor presidente da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina.

Nesta, prezado senhor, confirmando os entendimentos verbais mantidos com vossa senhoria, vimos, pela presente, ofertar a essa Associação a venda do imóvel de nossa propriedade, que é o seguinte:

Um terreno de forma retangular medindo 50x90 metros (cinquenta por noventa metros), sito na Praia do Forte, e no qual está iniciada a construção de um edifício de apartamentos, medindo

40x10 metros (quarenta por dez metros), pelo preço global de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Sendo só o que nos oferece para o presente, firmamo-nos atenciosamente.

*Annito Zeno Petry
Procurador”*

REPRODUÇÃO DO REGISTRO NO LIVRO ATA DA REUNIÃO DE 5 DE NOVEMBRO DE 1966, DIA EM QUE A COMPRA DO TERRENO DE JURERÊ FOI APROVADA PELA DIRETORIA (ACERVO APCEF-SC)

Ata da Reunião Extraordinária da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, realizada nos dias cinco de novembro de mil novecentos e sessenta e seis. -
Nos cinco (5) dias do mês de novembro de 1966 (mil novecentos e sessenta e seis), às 18,45 horas, no prédio onde funciona a Matriz da C.E.F. de Santa Catarina, à Rua Conselheiro Mafes, nº 60/62, em Florianópolis, Capital do Estado, reuniu-se, sob a Presidência do associado Gladstone Paladino Filho, a Diretoria da C.E.F. de Santa Catarina, em caráter extraordinário, para apreciar e tomar as providências cabíveis, com relação à proposta de venda de um imóvel, feita a esta Associação pela Imobiliária Jurerê Ltda.
Aberto os trabalhos, o Sr. Presidente deu conhecimento aos presentes do objetivo da reunião, incumbindo a seguir o Sr. Secretário de proceder a leitura da proposta feita pela Imobiliária Jurerê Ltda, que está assim redigida: “Ilmo Sr. Gladstone Paladino Filho, PD. Presidente da Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina. Neste. Prezado senhor, confirmando os entendimentos verbais mantidos com v. S. vimos, pela presente ofertar a essa Associação a venda do imóvel de nossa propriedade, que é o seguinte: “Um terreno de forma retangular medindo 50x90 metros (cinquenta por noventa metros), sito na Praia do Forte, e no qual está iniciada a construção de um edifício de apartamentos, medindo 40x10 metros (quarenta por dez metros), pelo preço global de Cr\$ 25.000.000 (vinte e cinco mil cruzeiros, digo (vinte e cinco milhões de cruzeiros), sendo só o que nos oferece para o presente, firmamo-nos atenciosamente. Annito Zeno Petry. Procurador.”
Após tecidas várias considerações sobre o assunto, e tendo em vista o preço conveniente e a localização agradável do imóvel em foco, que vem de encontro às aspirações dos associados, no sentido da consecução de uma colônia de férias, a Diretoria resolveu, por unanimidade,

REGISTRO DO PRIMEIRO
CHURRASCO NO TERRENO DA
PRAIA DE JURERÊ,
EM AGOSTO DE 1966



Acervo pessoal Ovídio Silva

BASTIDOR MOVIMENTADO

As conversas estavam adiantadas quando os detalhes da proposta foram expostos à diretoria. Uma outra oferta, de terreno na Lagoa da Conceição, havia sido recusada em outubro pela diretoria, sem qualquer ponderação.

Nos bastidores, Aderbal Ramos da Silva já havia concordado em dar um desconto sobre os Cr\$ 40 milhões (equivalente a R\$ 545 mil, em março de 2020) que pretendia receber, desde que Cr\$ 15 milhões (R\$ 204,5 mil) fossem revertidos em publicidade. Outras duas condições foram omitidas na ata da reunião que aprovou a proposta. A Imobiliária Jurerê só aceitaria o negócio se recebesse à vista. Além disso, a Associação teria seis meses para concluir a obra inacabada no terreno.

Como havia pouco mais de Cr\$ 4 milhões (R\$ 54,5 mil) em caixa, os diretores concordaram, na mesma reunião, pela viabilização de um empréstimo junto à CEF-SC. Com a cidade se desenvolvendo rumo ao Norte da Ilha, aquela era uma oportunidade boa demais para deixar passar.

CÁ PRA NÓS

BASTIDORES DA CHURRASCADA

Aprovada na reunião do dia 12 de agosto de 1966, o primeiro churrasco em Jurerê teve orçamento de Cr\$ 298 mil (R\$ 4.337,24), sendo Cr\$ 80 mil (R\$ 1.164,36) para o transporte e Cr\$ 30 mil (R\$ 436,63) para a contratação do conjunto musical. O evento deixou a melhor das impressões nos associados, algo que todo leitor deste livro pode imaginar.

CONTEXTO NACIONAL

A construção de patrimônio da APCEF-SC, a partir de 1966, coincide com o início do período conhecido por "milagre econômico". No plano do Regime Militar, centralizar a administração e ampliar a atuação da Caixa Econômica Federal no país acabou por favorecer as diretrizes da Associação, voltada na época para atender questões práticas e urgentes de seus associados, facilitando crédito e auxílios, além de oferecer infraestrutura básica para proporcionar atividades de lazer, fora da repartição do banco.

MENOS TRÊS ZEROS

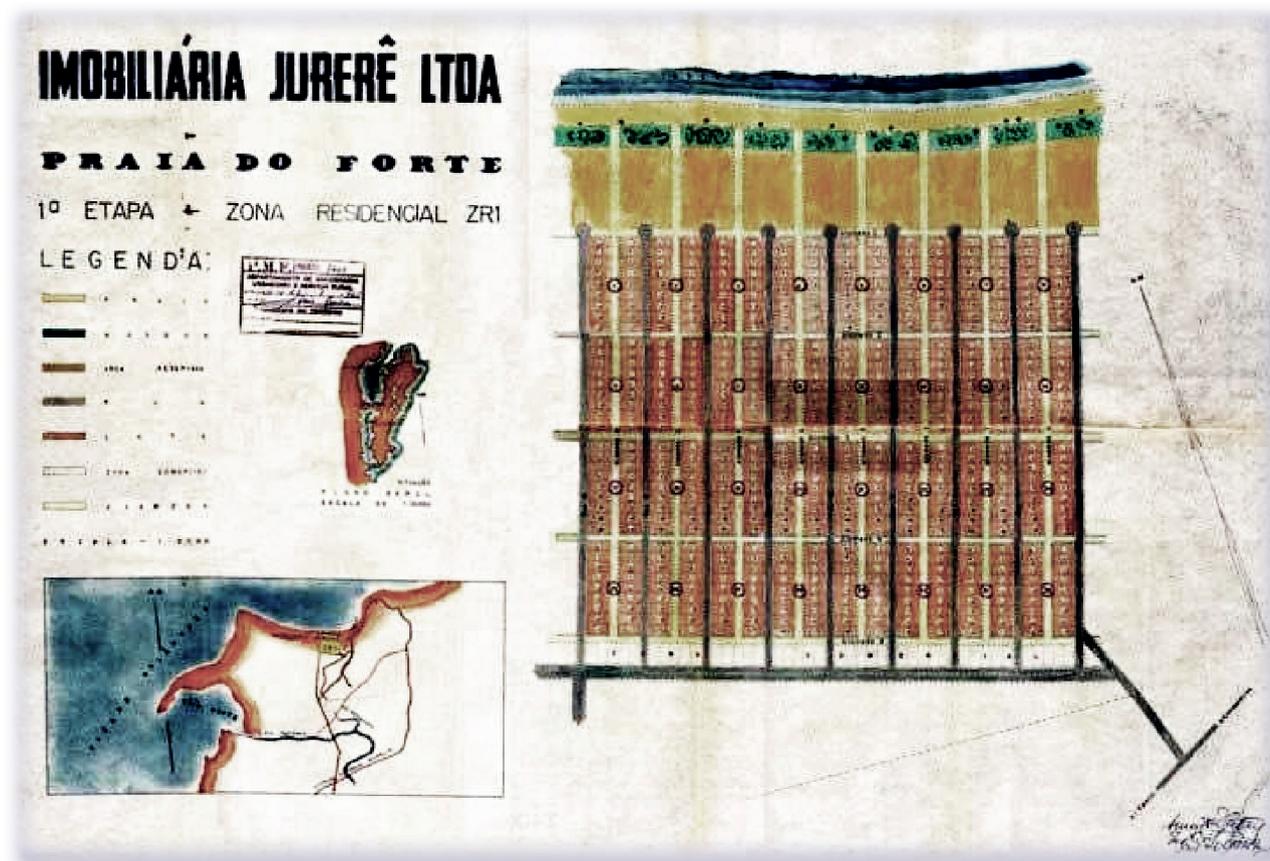
O cruzeiro novo (NCR\$) foi instituído pelo Decreto-Lei de nº 1, de 1965, assinado pelo marechal Humberto Castelo Branco, e foi implantado em fevereiro de 1967, Cr\$ 1 mil cruzeiros passou a valer NCR\$ 1,00.

ASSOCIATIVISMO

Articulados com associações economiárias de outros estados da Federação, os economiários catarinenses participaram da criação da Federação Nacional das Associações do Povo da Caixa Econômica Federal (FENAE), em 1971, após congresso em Curitiba.



PLANTA DO PROJETO URBANÍSTICO
QUE A DIRETORIA DA APCEF-SC
DECIDIU APOSTAR, EM 1966



NEGÓCIO FECHADO

Efetivar a compra do terreno em Jurerê só foi possível no segundo semestre de 1967, durante novo mandato de Gladstone – desta vez, por meio do voto dos associados. Na primeira reunião da recém-empossada gestão, no dia 12 de maio, foi apresentada à diretoria o recebimento de subvenção, por parte da CEF-SC, aprovada pelo Conselho Superior do banco, em Brasília. A conquista que foi celebrada com novo churrasco.

O processo envolveu até o presidente da filial, Heriberto Hülse. O ex-governador de Santa Catarina (de 1958 a 1961) era favorável à compra e se dispôs a defender a causa perante à cúpula da empresa, desde que a Associação encontrasse maneira legal do banco repassar os recursos.

Quem se debruçou sobre o caso foi João Gasparino, o mesmo autor do anteprojeto do primeiro estatuto da entidade e que seria promovido a gerente-geral, na década de 1970. Ao estudar as possibilidades na rubrica do orçamento, ele descobriu que o Conselho Administrativo local poderia destinar até 10% do superávit para obras de beneficência de entidades que fossem geridas por funcionários e não visassem fins lucrativos.

Na época, o valor correspondia a cerca de Cr\$ 46 milhões, quantia suficiente para comprar o terreno e garantir as obras de conclusão do edifício inacabado.

A escritura do imóvel foi assinada no final de agosto de 1967. O acordo foi o ápice da relação simbiótica entre APCEF-SC e Caixa, construída desde os primeiros anos. Enquanto o banco apoiou, estrutural e financeiramente, os passos iniciais do órgão, a Associação cumpriu o papel de mediar demandas dos economiários e promover eventos recreativos e esportivos, com reflexos positivos no ambiente de trabalho.



JURERÊ, A VILA DO CALDEIRÃO

A cobiça pelo reduto de pescadores artesanais do Norte da Ilha, onde foi erguida a estrutura da APCEF-SC, tem origem nas tratativas para a construção da Ponte Hercílio Luz, nos 1920. Para mudar a localização do cemitério, situado na cabeceira insular, a administração do prefeito Henrique Rupp Júnior, trocou terras do Norte da Ilha por uma área no Itacorubi. Antônio Amaro da Costa mantinha no Itacorubi um estaleiro e uma padaria e não hesitou em se desfazer de ambos para se estabelecer na calmaria prometida por uma vida na Vila do Caldeirão.

A área de 6.511.465 m² só recebeu o nome de “Jurerê” em 1951. O termo em tupi, que significa “boca d’água pequena”, foi dado por Annito Zeno Petry, com objetivo de ressignificar a propriedade que fora de Costa. Tão logo encerrou o mandato de governador, em 1951, Aderbal Ramos da Silva juntou-se ao empreendimento, constituindo a Imobiliária Jurerê.

Com ambição de modernizar o lugar, os sócios tentaram atrair o interesse de Oscar Niemeyer. O arquiteto, porém, limitou-se a emprestar seus traços para definição de alamedas de acesso à praia e construção do Catetinho. O restaurante foi concluído em 1957. Era revestido de vidro, com vista para o mar e remetia a um dos projetos de Brasília (DF).

À oeste do único prédio construído com a assinatura do mineiro famoso, separado apenas por resquícios de mata nativa, resistente aos eucaliptos invasores, encontrava-se a construção inacabada que a APCEF-SC transformaria nos primeiros apartamentos para uso de seus associados.



CÁ PRA NÓS

CENÁRIOS DO PASSADO III

Inaugurada em 13 de maio de 1926, a Ponte Hercílio Luz levou dois anos para ser finalizada. Inicialmente chamada de Independência, a ponte pênsil projetada com 5 mil toneladas de aço, 14 mil metros cúbicos de concreto e duas torres de 70 metros, recebeu o nome de seu idealizador. O engenheiro Hercílio Luz faleceu em 9 de maio de 1924, durante seu terceiro mandato como governador de Santa Catarina, iniciado em 1922.

O ENCARREGADO

Em 16 de novembro de 1967, quando a APCEF-SC formou comissão para adquirir materiais para conclusão do edifício inacabado no terreno de Jurerê, Luiz Almir Salvi foi contratado como zelador da propriedade e da obra, com salário mensal de NCr\$ 30,00 (R\$ 330,00). Luizinho, como Salvi era conhecido na região, foi indicado pela Imobiliária Jurerê.

O CUNHADO

Luiz, um dos primeiros funcionários da APCEF-SC, morava na região desde 1961. Mudou-se para ser uma espécie de faz tudo do projeto urbanístico encabeçado por Aderbal Ramos da Silva, Júlio de Souza Teixeira e seu cunhado Annito Zeno Petry. Em 1980, Luizinho era responsável pela manutenção dos equipamentos hidrossanitários e elétricos, quando foi desligado do quadro de funcionários da entidade por “fraca atuação”, de acordo com justificativa registrada em ata.

EM 1984

A Habitasul deu início ao projeto residencial de Jurerê Internacional.



AGÊNCIA DA CEF-SC DA
RUA FELIPE SCHMIDT, EM
FLORIANÓPOLIS (SC, 1960)

Arquivo pessoal: Friedrich Carl Franke

O ASSOCIATIVISMO NA DITADURA

Em meados do século XX, o cabograma era um dos meios de comunicação mais eficientes para envio de textos urgentes. Uma mensagem, disparada por cabos submarinos de São Paulo, mereceu atenção da diretoria da APCEF-SC, em março de 1967.

O comunicado breve apelava pela presença de um representante da entidade em um encontro de lideranças associativistas no estado paulista.

Na medida em que a Associação se fortalecia como instituição, ao longo da década de 1960, os economiários catarinenses passaram a ser acionados na mediação entre organizações de funcionários Caixa do país, com relativo protagonismo.

Em 18 de abril, quase um mês após o cabograma de São Paulo (SP), um recado da Associação do Pessoal da Caixa Econômica do Rio de Janeiro manifestava preocupação sobre o Congresso Nacional de Associações Economiárias. Os colegas fluminenses pediam na mensagem que Santa Catarina endossasse o pedido para que a APCE de Brasília agilizasse a realização do evento, para o devido alinhamento dos discursos em torno do Decreto Lei nº 266/1967, que aguardava regulamentação.

Publicado em 28 de fevereiro, a lei enquadrou os funcionários de todas as Caixas Econômicas Federais à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Embora fosse considerado um avanço, na época, o parágrafo único do Art. 2º fixava a carga horária em 40 horas semanais, dez a mais do que os demais bancários gozavam por direito desde os anos 1930.

Em reação ao comunicado da APCE do Rio, a entidade catarinense enviou telegramas para Nilson Bastos, do estado da Guanabara, e às associações de economiários de Brasília, Mato Grosso, ao diretor da Caixa de São Paulo, bem como ao próprio marechal Costa e Silva, recém-empossado como presidente do Regime Militar. Aos dois últimos, o comunicado pedia para que intercedessem pelo funcionalismo das Caixas, com atenção ao decreto já aprovado por Castelo Branco, o antecessor no poder.



PANORÂMICA DO ATERRO DA BAÍA SUL,
CENTRO DE FLORIANÓPOLIS (SC),
NA DÉCADA DE 1970

UM PORTAL QUE SE FECHA

O tom cauteloso dos cariocas na costura de uma posição homogênea e o desejo de pressa na organização do Congresso eram reflexos do contexto ambíguo de um determinado período da Ditadura (1964-1985).

Em 3 de outubro de 1966, o Marechal Costa e Silva foi eleito indiretamente para dar continuidade ao regime de exceção, desagradando até parte considerável da sociedade civil que apoiou o Golpe Militar, em 31 de março de 1964.

Movimentos contra o governo eclodiram pelo país no período, pedindo pacificação política e a plena restauração do regime democrático. Estudantes, profissionais de imprensa, membros da classe artística, intelectuais, uma parcela da Igreja Católica, além de organizações sociais e de trabalhadores – como as APCEFs e sindicatos – viam na escalada da violência do governo um sinal de desespero, o enfraquecimento do regime.

O Ato Institucional de Número Cinco (AI-5), promulgado em dezembro de 1968, revelaria que o pior ainda estava por vir.

Da eleição indireta de Costa e Silva, em outubro de 1966, até a saída de Castelo Branco do cargo, em março de 1967, grupos de oposição apostaram que uma pressão das ruas pudesse por fim ao Regime.

CÁ PRA NÓS

ANTES DO SMS

O cabo submarino para mensagens (p. 28) foi usado em Florianópolis(SC) durante quase cem anos. A operação era da *Western Telegraph Company Ltda.*, empresa do grupo britânico *Cable and Wireless*. Entre 1874 e 1973, foi a melhor tecnologia para a comunicação da cidade com o mundo.

O “ANO QUE NÃO ACABOU”

O AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, após resistência da Câmara dos Deputados em autorizar que o governo processasse o deputado Márcio Moreira Alves, colocou reticências angustiantes naquele “ano que não acabou”.

“AME-O OU DEIXE-O”

No Brasil do “Ame-o ou Deixe-o” – slogan do regime da época –, o título da Seleção Brasileira na Copa do Mundo do México, em 1970, vestiu de verde amarelo apoiadores do regime, patriotas contra uma suposta ameaça comunista ao país.

CAIXA UNIFICADA

Em julho daquele ano, Giampaolo Marcello Falco assumiu a Caixa Econômica Federal unificada. O primeiro presidente da nova organização tinha respaldo pelo Decreto nº 759, em 12 de agosto de 1969, publicado em um dos períodos mais turbulentos do Brasil, na esteira do AI-5. Dezenove dias depois do decreto, Costa e Silva deixou a Presidência vítima de uma trombose. Ao invés do vice, Pedro Aleixo, um civil, o poder ficou com uma junta militar. Até 30 de outubro, quando assumiu o general Emílio Garrastazu Médici.

DE FRENTE PARA O MAR

Gladstone Paladino Filho e os economiários Walter Clímaco e Ademar Carvalho Filho formaram a comissão responsável por acompanhar a obra da colônia de férias dos associados. O grupo apresentou três propostas de mão de obra, no dia 11 de janeiro de 1968. Entre as ofertas, a escolhida foi a do empreiteiro Wladyslaw Kluczewski, que sinalizou com um prazo de seis meses para execução da obra, sob o preço de NCr\$ 31 mil (R\$ 332,5 mil).

O projeto foi elaborado sob o pagamento de NCr\$ 240,00 (R\$ 2.575,00) a um desenhista, de nome não registrado na ata da reunião do dia 16 do mesmo mês. Coube ao artista compor uma planta que aproveitasse a parte térrea construída no

lugar, com inclusão das plantas elétrica e de esgoto.

O croqui foi validado gratuitamente pela assinatura do engenheiro Gilberto da Fontoura Rey. Em retribuição ao gesto, a diretoria presenteou o profissional com dois litros de uísque.

O edifício de 400 m², em Jurerê, ficou pronto em outubro daquele ano, com saldo final superior a NCr\$ 60 mil (R\$ 535,5 mil). A quantia, inimaginável para diretorias da AP-CEF-SC da primeira metade da década de 1960, correspondia a terça parte de apenas um dos repasses feitos pela CEF-SC entre 1967 e 1969.



PRAIA DE JURERÊ,
DÉCADA DE 1980



GLADSTONE PALADINO FILHO,
EX-PRESIDENTE DA APCEF-SC
QUE LIDEROU A COMPRA DO
TERRENO DE JURERÊ, EM 1966

DIRETORES DE VISÃO

Banhar-se no mar tornou-se um lazer socialmente aceitável somente a partir dos anos 1960. Bem antes das praias da Joaquina e de Jurerê ganharem projeção internacional, Coqueiros e Bom Abrigo, na parte continental da capital, eram as preferidas de famílias que habitavam as regiões do Centro e Estreito, principalmente. Muitas famílias ricas ergueram ali, do outro lado da Ponte Hercílio Luz, suas casas de veraneio. Da mesma forma, associações representativas, como o Clube Doze de Agosto e a Atlética do Banco do Brasil (AABB), investiram em terrenos situados nessas praias.

Passada meia década, ante o aumento na poluição das águas da Baía, que banhava os balneários antigos, constata-se que os diretores da APCEF-SC estavam certos ao apostarem no Norte da Ilha.

Na época da compra do terreno, a intenção de políticos e alguns empresários em levarem o desenvolvimento de Florianópolis em direção a Jurerê era papo de reuniões regadas a uísque e charuto. A população, em geral, menosprezava o chamado “mar grosso” das areias de horizonte infinito.

Por isso, o concreto teve pouca pressa em cobrir os lotes vagos da Imobiliária Jurerê Ltda. Chegar lá, partindo do Centro, era uma aventura que podia levar mais de hora.

Ainda resistia sobre a Rodovia Virgílio Várzea o cascalho da estrada velha, principal acesso ao Norte. O caminho serpenteava pelos bairros João Paulo e Saco Grande, circundava a orla do Cacupé até tomar a direção de Canasvieiras, última localidade antes de alcançar a colônia de férias da APCEF-SC.

CÁ PRA NÓS

CASA CHEIA

Somente na temporada de verão de 1970 é que os economiários de Florianópolis e região puderam usufruir dos novos apartamentos. O difícil acesso e a falta de atrativos para funcionários do interior não evitaram que as acomodações fossem insuficientes para a demanda, logo na estreia. A colônia de férias era o assunto das repartições da capital.

SEM GRAVATA, PODE TUDO

A partir dos anos 1980, a obrigatoriedade no uso da gravata pelos funcionários Caixa passou a ser suspensa no pico do verão, de dezembro a março. A tolerância foi o sinal verde para que muitos exibissem exóticas estamparias, com bolinhas, divisas militares, etc. “Por quê?”, indagou Augusto César dos Santos, o baiano, que assinava a coluna Escrevo e Assino, n’*O Economiário*. Para ele, havia ousadia demais por parte dos colegas. “Vaidade excessiva, vontade de aparecer? Seja o que for, porque não utilizam em outros locais e horários para suas mostras?”, questionou.

LUA DE MEL

Sem assumir cargo de importância, Orivaldo dos Santos foi sempre um associado participativo. O economiário ingressou na Caixa em 1961 e esteve presente ao primeiro churrasco no terreno de Jurerê, em 1966. Em 1970, um dos quartos do prédio recém-inaugurado serviu de ninho de amor para sua lua de mel.

DOIS NOMES DE UM MESMO PLANO

Gladstone Paladino Filho e César Corrêa do Nascimento alternaram-se na presidência da APCEF-SC de 1966 a 1973. As diretorias formadas por ambos, ao longo do período, foram responsáveis por ampliar a infraestrutura de atendimento ao associado, além de diversificar as fontes de receita da entidade, em um período próspero na relação com o Conselho Administrativo da CEF-SC.

O terreno de Jurerê, adquirido no primeiro mandato de Gladstone (1966-1967), dobrou de tamanho nos três anos seguintes, saltando dos 4500 m² iniciais para 10 mil m² de área, em mais de R\$ 1,5 milhão em investimentos (valores corrigidos para março de 2020/IGP-DI/FGV).

Administrativamente, ambas diretorias tiveram em comum a construção de parcerias com organizações e empresas externas à CEF-SC, como por exemplo a Somesa. Idealizada na gestão de Paladino Filho, o consórcio de automóveis denominado Sociedade Mercantil de Empreendimentos Santa Catarina (Somesa), foi consolidado pela diretoria de Nascimento.

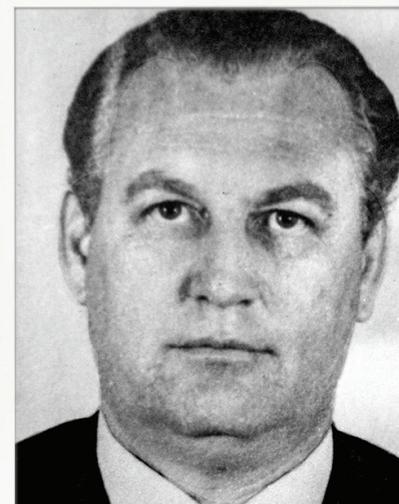
Com maior atenção ao Centro, o modelo de ampliação do patrimônio foi continuado por Nascimento, a partir de 1968. Em seus dois primeiros anos de mandato, foram incluídos aos bens da Associação o 3º andar do edifício União dos Bancos, na Rua Trajano, nº 16, e o 8º andar do prédio Bianchini, na Rua Tiradentes.

Em 1968, a APCEF-SC passou a ser reconhecida como Associação Beneficente dos Economistas Federais de Santa Catarina (ABEFSC). A nova denominação era uma prerrogativa para garantir os recebimentos de parte do lucro das atividades da CEF-SC (até 10% do superávit). Pela regra, o valor só podia ser repassado às entidades sem fins lucrativos, geridas por funcionários da instituição, que tivessem atuação em prol do quadro de pessoal do banco. O novo nome só foi mudado pela reforma estatutária de 1988, durante a Gestão Novo Tempo (1987-1992).

Em seu terceiro e último ciclo como presidente da Associação, entre 1970 e 1971, Gladstone aumentou o número de acomodações do prédio, colocou alambrado em torno da quadra de futebol e instalou um parque infantil. Além disso, a diretoria disponibilizou aos funcionários capital e do interior descontos na compra de medicamentos da rede de farmácias da Drogaria Catarinense, com matriz em Joinville – o convênio foi um dos primeiros que se tem registro nos arquivos da APCEF-SC.



MURAL DE
EX-PRESIDENTES
APCEF-SC



GLADSTONE PALADINO FILHO
1966-1967 | 1967-1968 | 1970-1971



CÉSAR CORRÊA DO NASCIMENTO
1968-1969 | 1969-1970 | 1971-1973



RESTAURANTE DA
APCEF-SC, NA RUA
CONSELHEIRO MAFRA,
NA DÉCADA DE 1960

PETISCOS E PEDRAS DE MARFIM

A APCEF-SC marcou posição no Centro de Florianópolis com um empreendimento na Rua Conselheiro Mafra, em frente à Agência Central da CEF-SC, inaugurado em agosto de 1968.

Restaurante no almoço, bar à noite, o estabelecimento gerenciado pela diretoria, em ponto alugado, deu pouco retorno financeiro, mas serviu para estimular a convivência entre economiários de gerações distintas. Foi o primeiro espaço da Associação voltado à recreação dos associados, já que o uso do prédio da colônia de férias, em Jurerê, demorou a ser liberado pela Prefeitura de Florianópolis (SC) – solicitado em 22 de outubro de 1968, levou sete meses até a emissão do Habite-se sanitário.

O sobrado de arquitetura eclética foi também a primeira sede administrativa própria da Associação para reuniões, assembleias e confraternizações. Nilton José Kretzer, economiário contratado para gerenciar o estabelecimento à noite, cumpria expediente no local das 18h às 23h e tem lembranças de um ambiente descontraído, amigável e agitado. Falava-se de trabalho, debatia-se sobre futebol e, discretamente, sobre política.

Cerveja Antártica, conhaque e cachaça branca regavam o conversê nas mesas, enfumaçadas por baforadas de trabalhadores ainda estressados pelo dia de labuta. Ao cair da noite de um dia da semana qualquer, dezenas de economiários podiam ser vistos cruzando a porta da filial e indo direto ao bar.

A música era tão comum quanto o dominó, jogado sempre na mesma mesa, onde os aperitivos saborosos de Tereza Besti disputavam atenção dos que acompanhavam o encaixar coordenado das pedras de marfim. Eventos da Associação ocorriam com frequência no espaço, o lugar preferido dos funcionários, na época, para celebração informal de aniversário ou comemoração pela promoção de algum colega. Na visão de quem frequentou o lugar, o restaurante contribuiu para reforçar a identificação do associado com a entidade.

CÁ PRA NÓS

ABEFSC

As conquistas do mandato de Gladstone e a crescente expectativa para a abertura da colônia de férias impuseram certa pressão sobre as intenções de César do Nascimento de assumir a presidência. Para garantir apoio, o inspetor da CEF-SC cercou-se de alguns dos fundadores mais ilustres para formar a diretoria que tomou posse em maio de 1968. A Associação foi denominada como ABEFSC até 1988, mas no livro mantemos o uso de “APCEF-SC” por clareza.

ASSOCIADO NA NOMEAÇÃO

A gestão Nascimento também foi responsável pela medida que associava funcionários recém-contratados pela CEF-SC à Associação, no ato de nomeação, o que garantia maior representatividade.

ILUSTRES

Integravam a diretoria da gestão 1968-1969, de César Corrêa do Nascimento, fundadores como Arnaldo Tavares (vice-presidente), Nairto da Silva (1º tesoureiro), Adhemar dos Passos (diretor de Empréstimos), Waldir Brazil (diretor Social), Elmo Leal Coelho (diretor do departamento de Esportes) e Luiz Carlos Machado (2º secretário).

VOTE NO MACHADO

Airton Perrone Machado, administrador dos bens da APCEF-SC, em 1970, aceitou fazer também a contabilidade da entidade, gratuitamente, desde que recebesse apoio para candidatura a síndico do edifício União dos Bancos.

CIDADE EM TRANSFORMAÇÃO

Os tapumes que cercaram por anos a reforma do edifício do Hotel La Porta, a partir de 1962, seriam como prenúncio para as toneladas de asfalto e cimento que aterrariam a essência do que tinha sido Desterro (nome da capital da Província de Santa Catarina até 1894).

Florianópolis atravessou os anos 1960 com significativas transformações urbanas, dos costumes e no perfil populacional, o que determinou o desenvolvimento da cidade nos anos seguintes. As implantações da UFSC e da Eletrosul, nos bairros Trindade e Pantanal, respectivamente, diversificaram os sotaques do dia a dia da capital catarinense.

Ao longo da década, estradas e rodovias cortaram restingas, morros e mangues, em busca das belezas guardadas por regiões remotas como Santinho, Barra da Lagoa e Brava. A moda carregou de cores as estampas da época, em meio a novidades como jeans, vestidos petit poá e maiôs mais ousados. A TV, inovação tecnológica da década no Brasil, atraiu a cobiça de donas de casa que antes choravam escutando novelas ao pé do rádio.

No limiar de novos tempos, as obras no La Porta ressignificavam o edifício inaugurado em 1932. Localizado na esquina

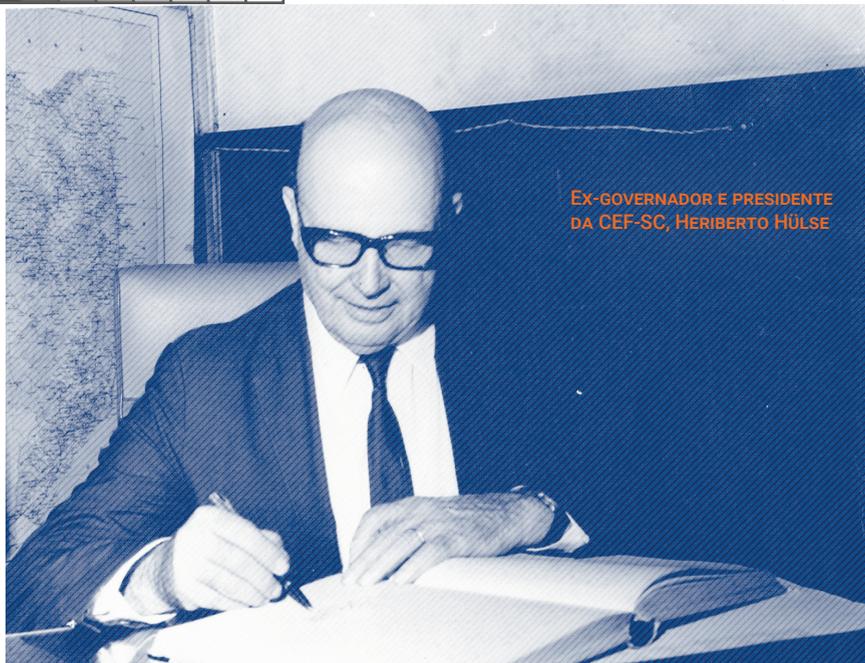
da Rua Conselheiro Mafra, entre a Praça XV e o Miramar, o hotel abriu as portas como ícone de modernidade arquitetônica, em meio a abertura de ruas e construções mais elevadas que surgiram a partir da Ponte Hercílio Luz. O aristocrático estabelecimento de Angelo Malaguarnera La Porta ostentou por anos o status de mais sofisticado de Santa Catarina, com aparatos luxuosos e inovadores à época. Todos os quatro pavimentos contavam com telefone e seus hóspedes tinham acesso a água quente, lavanderia a vapor e elevador.

A paisagem do Centro não passou incólume pelos governos Celso Ramos (1961-1966) e Ivo Silveira (1966-1971), a partir do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis, comandado pelo urbanista Luiz Felipe da Gama Lobo d'Eça.



**EDIFÍCIO LA PORTA, NA PRAÇA XV, EM FLORIANÓPOLIS (SC),
INSTALAÇÕES DA AGÊNCIA MIRAMAR, E CENTRO
ADMINISTRATIVO DA CAIXA EM SANTA CATARINA.**

Comprado pela Caixa, após 30 anos de funcionamento como hotel, o prédio foi modificado para tornar-se a sede da filial. Pilastras internas foram removidas e dois andares adicionados à estrutura original, em uma obra que se arrastou até a década seguinte. Em 1970, ao abrir as portas para correntistas e economiários que trabalhavam na antiga sede da Rua Conselheiro Mafra, a região central era um canteiro de obras.



EX-GOVERNADOR E PRESIDENTE
DA CEF-SC, HERIBERTO HÜLSE

BRINDES E DESPEDIDAS

Heriberto Hülse teve dificuldades em permanecer sentado por muitos minutos, durante jantar que a APCEF-SC promoveu para sua despedida do cargo de presidente do Conselho Administrativo. Funcionários da CEF-SC que foram à churrascaria Lindacap, naquele 31 de agosto de 1970, enfileiravam-se para cumprimentar o dirigente, sócio benemérito da Associação e que deu nome à colônia de férias dos economistas – em outubro de 1968, o terreno de Jurerê passou a ser reconhecido como Sede Balneária Heribert Hülse da APCEF-SC, uma sugestão do então vice-presidente da entidade, Arnaldo Tavares.

Desde que assumiu a presidência do banco, em 1965, Hülse foi determinante para a construção do patrimônio da Associação, ao garantir o repasse continuado à entidade, referente aos 10% de superávit do balanço financeiro estadual.

Em sua noite de despedida, bem à vontade, o ex-governador estava ao lado do diretor Dante de Patta, acompanhado de familiares, em uma mesa compartilhada com membros da diretoria da APCEF-SC. Diferente do ambiente tenso que imperou no salão do Querência Palace, dez anos antes, no limiar de fundação da Associação, o clima no Lindacap era festivo, de franca camaradagem, com brindes de cerveja e vinho.

Dias depois do evento, enquanto Hülse folheava o álbum de fotografias que ganhou como recordação daquele jantar, a diretoria da Associação tinha de assimilar a nova relação com o banco, centralizado em Brasília. Mais do que um evento de despedida, o churrasco era o fechamento de 24 anos de autonomia da filial.

CÁ PRA NÓS

PRIMO DO OSNY

O arquiteto Luiz Felipe da Gama Lobo d'Eça, que elaborou o Plano Diretor de Florianópolis, em 1976, e reordenou o eixo de desenvolvimento da cidade para o Norte da Ilha, era filho do advogado e poeta Othon da Gama Lobo d'Eça, primo de Osny, o presidente da CEF-SC quando da fundação da APCEF-SC. São projetos com participação direta do arquiteto o aterramento hidráulico da Baía Sul, a construção da Ponte Colombo Salles e da SC-401.

HAPPY HOUR

Caía bem uma cerveja no bar da Associação. Naquele 1968, o limite de 40 horas semanais previsto para os funcionários da CEF-SC era desrespeitado frequentemente pela chefia, com turnos diários que chegavam a 12 horas. Principalmente, em dias de pagamento ou no processamento de juros das poupanças.

RESTAURANTE DE TODOS

Muito próximos da diretoria, os clientes do restaurante da APCEF-SC deixavam cheia a caixa de recomendações, influenciando em sucessivas mudanças nos preços e valores e regras de funcionamento, em curto espaço de tempo. As polêmicas eram pauta frequente das reuniões da diretoria. "Acompanhantes pagam o mesmo valor do associado?", "pode a entrada de pessoas externas ao quadro de pessoal da Caixa ou não?", "e os filhos, menores de dez anos, quando terão entrada franca?". Deviam achar estranho terem de seguir normas em lugar tão familiar. Em um mês, a venda no fiado foi suspensa.

CULTURA, PRA QUÊ?

Nos primeiros dez anos de APCEF-SC, as sucessivas diretorias resistiram a dar espaço para a cultura ou mesmo apoiar significativamente manifestações artísticas. Havia, por assim dizer, assuntos mais urgentes para garantir o futuro da entidade e o esporte bastava como forma de entretenimento aos associados.

O próprio trabalho na Caixa deixava pouca margem para que funcionários tivessem tempo para lazer, subjetividades, recreação coletiva. Sem terem ingressado por concurso, cerca de um terço do quadro de pessoal não estava regularizado. Por temerem uma dispensa repentina do serviço, até então prestado mediante recibo, muitos aceitavam carga horária acima do previsto para a função, sem qualquer garantia de que fossem receber pelo trabalho adicional.

Por coincidência ou não, depois que essa situação foi resolvida, em meados de 1969, dois anos depois da Reforma Ad-

ministrativa de 1967 (Decreto nº 200/1967), as pautas culturais passaram a ganhar espaço nas reuniões de diretoria.

Uma das pautas do encontro do dia 23 de julho foi a criação de uma campanha do livro, que fosse aproveitada para a formação de uma biblioteca da APCEF-SC. A ideia partiu de Osni Nunes, então vice-presidente da segunda gestão César Corrêa do Nascimento (1969-1970).

A proposta foi bem recebida pelos membros da Executiva, com direito a manifestações elogiosas. O colega Hélio Bussolo foi um dos que endossaram o coro por um espaço literário que estivesse à disposição dos associados e pediu ampla divulgação no número seguinte do jornal *O Economiário*, então coordenado por Osmar Silva, um dos grandes nomes da era de ouro do rádio em Florianópolis.



A FESTA DE SÃO JOÃO FOI UMA DAS PRIMEIRAS A SE TORNAR TRADIÇÃO NO CALENDÁRIO DE EVENTOS DA APCEF-SC. NA FOTO, ARRAIÁ DE 1978.

EDITOR DE LUXO

O nome de Osmar Silva na chapa que concorreu à reeleição, em 1969, foi mais um dos indícios de que a Associação estava se voltando verdadeiramente ao potencial artístico de seus associados. Até participar da candidatura, Silva era alheio aos assuntos da APCEF-SC. Limitava-se ao pagamento da mensalidade, a presença em eventos e alguns pedidos de empréstimo.

A aproximação do renomado radialista teve início no ano anterior, quando a diretoria aprovou a compra de 25 exemplares do livro “Trovas do meu cantar”, de sua autoria, como forma de ajudá-lo com o lançamento. Foi o gatilho para atrair gradualmente o economiário talentoso, prestigiado membro da Academia Catarinense de Letras (ACL).

Com a vitória nas urnas, Silva assumiu o cargo de diretor social e a responsabilidade de editar o jornal da Associação. Sua contribuição extrapolou as atribuições do departamento. Com a demora da liberação do Habite-se do prédio de Jurerê, Osmar



TROVAS DO MEU CANTAR (1968)

Osmar Silva

11
SE OS INFELIZES CHORASSEM
SUAS MÁGOAS DIA A DIA,
VINHA O SEGUNDO DILÚVIO
E O MUNDO SUBMERGIA.

16
SEU VIGÁRIO QUANDO OUVIU
MEU NOME NOS LÁBIOS TEUS,
NÃO DISSE NADA...SORRIU...
PENSOU NOS PECADOS SEUS.

25
SAUDADE É COMO A CANÇÃO
QUE A GENTE SABE DE COR
NAS CORDAS DE UM VIOLÃO
SOLUÇANDO EM DÓ MAIOR.

40
TEU CIÚME, QUE EU LAMENTO,
EM TI USEIRO E VEZEIRO...
LEMBRA O AMOR DO AVARENTO
QUE VIVE A CONTAR DINHEIRO.

100
NESTE MUNDO TÃO INCERTO,
EU CANTO. É O MEU VIVER.
CANTAR AS MÁGOAS, POR CERTO,
É UM MODO DE SOFRER.

se ofereceu para uma audiência com o prefeito da época, Acácio Garibaldi Santiago, seu amigo pessoal.

A rede de contatos de Silva foi construída ao longo de sua carreira no rádio, na Florianópolis das décadas de 1950 e 1960. Jornalista, escritor, músico e compositor, foi o roteirista de radionovelas de sucesso, como “A casa do ódio” e “O direito de viver”, transmitidas em 1958 pela *Diário da Manhã*. “Trovas do meu cantar”, publicado dez anos depois, tinha os versos curtos e ritmados do veículo que o consagrou. Versos que dão uma noção da qualidade empregada nas páginas d’*O Economiário*.

A carreira artística de Silva foi dividida pelo emprego no banco, onde ingressou em 1939. Naquele ano, Silva abandonou o cargo de sargento da Polícia Militar de Santa Catarina para ocupar função na instituição, que na época era um anexo da Delegacia Fiscal da Tesouraria da Fazenda (sua admissão foi anterior ao Decreto nº 8.257/45, que deu autonomia à CEF-SC). Entre uma opção e outra de carreira, o trabalho no banco deu mais condições para que ele dedicasse tempo às produções radiofônicas, sua verdadeira paixão.

CÁ PRA NÓS

O ECONOMIÁRIO

Primeira publicação informativa da Associação, o jornal rodava periodicamente desde 1966. Impresso em mimeógrafo – equipamento gráfico em desuso, a partir de 1990 – e distribuído por meio de malotes, que circulavam entre agências do estado e fora dele, o jornal trazia em suas páginas decisões de diretoria, legislação, mudanças no regimento do banco, além de amenidades, avisos, convites e resultados do esporte.

RELÍQUIA

Durante apuração para o livro *Das raízes às flores - Os 60 anos de história da APCEF-SC*, não foi encontrado qualquer exemplar da primeira fase do jornal *O Economiário*. A publicação é mencionada em atas de reuniões das diretorias que conduziram a Associação entre 1966 e 1970. Portanto, se o amigo associado encontrar algum jornal com esse título, datado em algum momento no intervalo de tempo referido, trata-se de uma relíquia histórica para todos nós.

FESTA DE SÃO JOÃO

A estruturação do departamento social e a aproximação de economiários ligados a cultura foi possibilitando maior organização dos eventos. O primeiro temático da APCEF-SC que se tem registro foi uma festa de São João, datada de 20 de junho de 1970. Para a realização da mesma, foram contratados os funcionários do restaurante da própria Associação, que receberam um extra pela função. A festa não saiu mais do calendário de promoções da entidade.

O NOME DA RUA

A Alameda César do Nascimento, nº 700, onde está localizada a Sede Balneária da APCEF-SC, em Jurerê, foi batizada com o nome do ex-presidente da entidade em 1984, por meio da Lei Municipal de nº 2017. Embora sua atuação à frente da Associação fosse digna de tal honraria, o reconhecimento deveu-se mais por sua carreira na política.

Em 1970, meses após dar posse ao colega Gladstone Paladino Filho na Associação, o inspetor da CEF-SC candidatou-se a deputado federal pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Os 10.214 votos foram insuficientes para elegê-lo, mas possibilitou que ele ocupasse a primeira suplência do partido. Entre idas e vindas a Brasília, César venceu as eleições para a Associação uma terceira e última vez, em maio de 1971. Assumiu naquele ano para dois anos de gestão, uma novidade do estatuto reformulado.

Os ventos já eram outros e a Caixa unificada dava pouca margem para que a entidade dos funcionários pudesse crescer como antes. Foi preciso encerrar o consórcio Somesa, manter alugadas as salas dos imóveis do Centro de Florianópolis e cuidar da Sede Balneária com o mínimo de recursos, evitando uma indesejada perda do patrimônio recém-adquirido.

Em março de 1973, Pedro Ivo Campos, então eleito prefeito de Joinville, liberou a vaga em caráter definitivo para Nascimento. Em pouco mais de um ano no cargo, o economiário ocupou assento na Comissão Especial de Desenvolvimento da Região Sul, além das comissões permanentes de Finanças e de Economia, Indústria e Comércio.

Ao final do curto mandato, em 1974, candidatou-se novamente para a Câmara e recebeu 28.156 votos, o que lhe

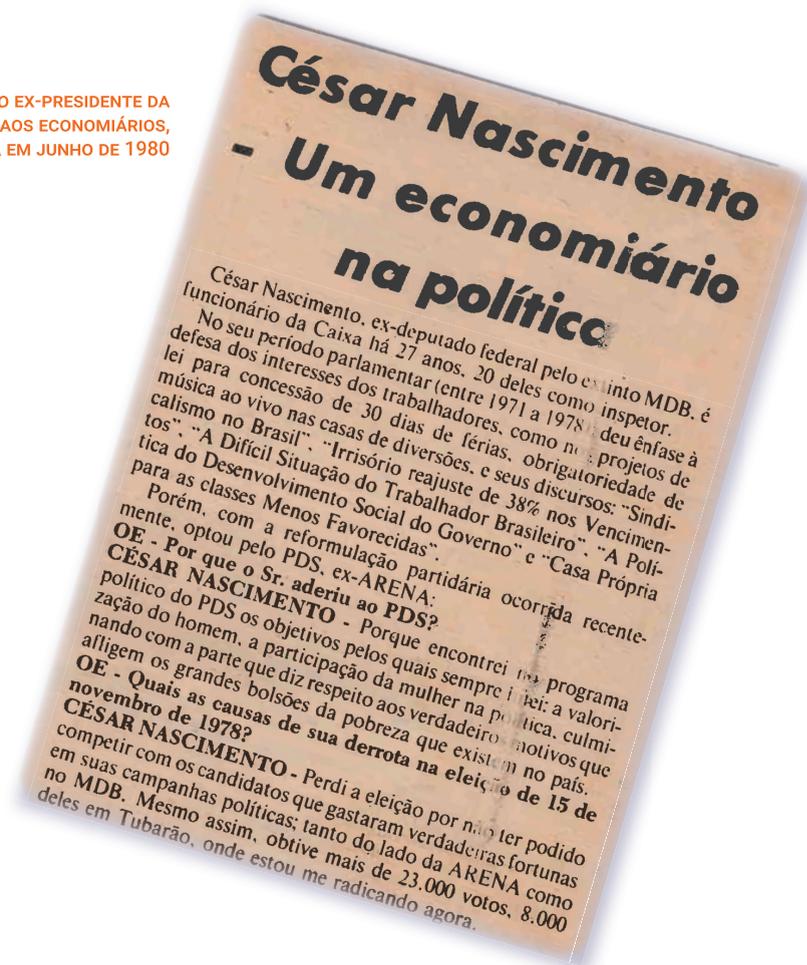


CÉSAR CORRÊA DO
NASCIMENTO,
EX-PRESIDENTE DA
APCEF-SC E
DEPUTADO FEDERAL
NOS ANOS 1970

garantiu nova suplência. Mais uma vez, César teve de esperar pela eleição municipal de Joinville para tomar posse, em 1977, no lugar de Luiz Henrique da Silveira.

Na eleição seguinte, em 1978, o ex-presidente da APCEF-SC concorreu uma vez mais, mas só alcançou a quinta suplência com os 23 mil votos que conseguiu. A derrota não desanimou o economiário, determinado a seguir na política. Em 1980, migrou para o PDS (Partido Democrático Social), que havia sido criado em janeiro daquele ano, em substituição à Arena.

ÚLTIMA ENTREVISTA DO EX-PRESIDENTE DA
APCEF-SC DIRIGIDA AOS ECONOMIÁRIOS,
PUBLICADA EM JUNHO DE 1980



Em entrevista ao jornal *O Economiário*, (reproduzida na p. 41) em junho, na edição comemorativa sobre os 20 anos da Associação, César comentou os motivos que o levaram a mudar de lado, entre outros assuntos. Na mensagem que pôs fim à conversa com o colega Renato Goulart de Souza, o entrevistado deixou uma mensagem aos empregados Caixa.

“Desejo aos economiários catarinenses muito sucesso em suas atividades, ao mesmo tempo que faço um apelo para que participem ativamente do esforço para vencer seus problemas. Toda participação é importante ao país”, disse.

Estava então radicado em Tubarão (SC), cidade onde buscava se reerguer para concorrer a deputado estadual na eleição seguinte, Nascimento teve de enfrentar o agravamento de um problema de saúde que ele havia diagnosticado anos antes. Seu falecimento foi em 25 de dezembro daquele 1980, no mesmo dia em que completaria 51 anos.

CÁ PRA NÓS

MÉRITO

Para aumentar os repasses da CEF-SC para a APCEF-SC, César assumiu, pessoalmente, em 1969, o serviço de regularizar o vínculo empregatício dos funcionários que ainda prestavam serviço mediante recibo, três anos depois da Reforma Administrativa de 1967.

AUSÊNCIAS

Dividido entre CEF-SC, APCEF-SC e carreira política, César do Nascimento ausentou-se oito de 23 encontros de diretoria, entre 1968 e 1970. As faltas eram compensadas pela experiência dos ex-presidentes Arnaldo Tavares e Osni Nunes, respectivos vices dos dois primeiros mandatos de Nascimento. Fundadores respeitados, não deixavam de puxar a orelha do presidente nas reuniões. Em 30 de janeiro de 1970, Osni abriu a sessão com críticas ao presidente, que havia pedido licença no dia 9 daquele mês, para ir ao Rio de Janeiro (RJ) e a Brasília (DF) apelar pela permanência de Hülse e Patta a frente da administração do banco e ainda não havia regressado.

“VOZES EM DISCORDÂNCIA”

Tavares, o vice da gestão 1968-1969, chegou ao ponto de convocar os conselhos Fiscal e Deliberativo para reunião, ocasião em que ele abriu com uma mensagem incomum à ocasião. Tão logo foi elogiado por César pela iniciativa de convocar aquela extraordinária, o vice retribuiu o gesto pedindo explicações pela presença de pessoas estranhas ao quadro social da Associação almoçando no restaurante.

VOCAÇÃO

PARA CAMPING

A prática de camping entre os economiários nasceu com a própria Sede Balneária de Jurerê. A privilegiada localização atraía mais associados do que os 20 apartamentos podiam acomodar em um domingo de sol. No primeiro verão aberto aos funcionários da Caixa, em 1970, algumas lonas já podiam ser avistadas no terreno.

Para aumentar a capacidade de hospedagem, a Associação ergueu, anexo ao prédio principal, um puxadinho de madeira que marcou uma geração de frequentadores do lugar. O arranjo improvisado, derrubado no final daquela década, dispunha de dez cabines individuais, mobiliadas apenas com uma cama de solteiro.

Com efeito, foi a única iniciativa tomada pela instituição para resolver o déficit de dormitórios até 1996, quando foi inaugurado um novo edifício, com dezesseis apartamentos.

Nilton Kretzer entrou na Caixa em 1961 e foi contemporâneo dos fundadores da Associação, além de vice-presidente de Edgar Lopes Silva, entre 1977 e 1981. O economiário lembra das redes esticadas, em meio aos eucaliptos situados entre a praia e o prédio solitário.

Nos finais de semana mais convidativos, sempre eram encontrados por lá os amigos Almerindo Alves Nunes, Mário Guilhon, Jaime Ouriques, Arnaldo Tavares e Dario Paranhos Pederneiras, turma que ficou conhecida na época como “esquadilha da fumaça”.

Acampados ou divididos nas cabines de madeira, de onde se ouvia o ronco e outros sons indesejáveis dos vizinhos, os cinco puxavam a animação do lugar, com festas em torno da churrasqueira de 8 metros de comprimento, ao lado da cancha de bocha e da quadra de futebol de areia (no lugar onde seria construído o Salão Nobre, no final dos anos 1970).

PÁTIO INTERNO PARA AS
20 HOSPEDAGENS DA SEDE BALNEÁRIA,
EM JURERÊ, NOS ANOS 1960



EX-PRESIDENTE ARNALDO TAVARES, AO LADO DO FUNDADOR NAIRTON DA SILVA, DURANTE ALMOÇO NA SEDE DE JURERÊ DA APCEF-SC, EM 1976



REGIME EM DECLÍNIO

A inflação e dívida externa em descontrole, somada a perda considerável de apoio popular, forçaram uma abertura “lenta e gradual” por parte do Regime Militar, a partir de 1974. Com Ernesto Geisel na presidência, foi extinto o AI-5. Chegou-se ao fim o ciclo conhecido como milagre econômico, sepultado pela Crise do Petróleo.

No mesmo período, a Caixa assumiu novas atribuições da estrutura econômica do regime. Um exemplo foi a administração de parte do espólio do Banco Nacional da Habitação (BNH), tornando a empresa o maior agente nacional de financiamento da casa própria.

A gestão de mais recursos e a ampliação de serviços prestados refletiu na ponta, com sobrecarga no trabalho dos economiários. Em contraponto ao aparente relaxamento do Regime Militar, algumas batalhas passaram a ser travadas mais abertamente. Representados pelas associações, base para delinear a linha política defendida pela FENAE, os funcionários conquistaram o Plano de Cargos e Salários e ajudaram a criar a Fundação dos Economistas Federais (Funcef). Entre as derrotas, a mais sentida foi a extinção do Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economistas (Sasse), em 7 de julho de 1977 (Lei nº 6.430/77), que transferiu os segurados da Caixa para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

O último ingrediente no processo de amadurecimento da consciência de classe viria da própria União, através da promoção de sucessivos concursos públicos na segunda metade daquela década. A renovação do quadro de pessoal e o choque de gerações acabou por tirar da gaveta insatisfações antigas da categoria. Empurrados por uma energia juvenil, desperta pela campanha dos auxiliares de escritório, o movimento nacional dos economistas se fortaleceu para conquistar direitos significativos.

CÁ PRA NÓS

ARNALDO TAVARES

Entre tantas contribuições para os primeiros anos da Associação, o advogado e ex-presidente também pode ser considerado um dos historiadores da APCEF-SC. Seu relato sobre as origens da entidade, publicado originalmente em 1984, no jornal *O Economiário*, foi republicado mais de uma vez, em informativos da casa.

TAVARES II

Então vice-presidente de César Corrêa do Nascimento, entre 1968 e 1969, o fundador foi quem sugeriu o nome de Heriberto Hülse para a Sede Balneária. Na mesma oportunidade, em um lapso de vaidade, propôs que cada quarto do prédio recebesse o nome dos respectivos diretores.

FENAE E A UNIFICAÇÃO

A Federação Nacional das Associações Economiárias (FENAE) foi criada como resolução final do 6º Congresso Nacional das Associações Economiárias, realizado em Curitiba, no clube Água Verde, em 29 de maio de 1971. O evento foi apoiado pelo presidente Giampaolo Marcello Falco, primeiro presidente da Caixa unificada, que viu no órgão uma oportunidade de centralizar o diálogo com os empregados.

UNANIMIDADE

O primeiro economista a presidir a FENAE foi Arthur Ferreira de Souza Filho, então presidente da Associação dos Empregados da Caixa da Guanabara. Contador, economista, jornalista, advogado e professor, Arthurzinho ficou no cargo por 12 anos.

MISTER FRANZKE

Friedrich Carl Franzke, o 10º nome a ocupar o cargo de presidente da APCEF-SC, entre 1973 e 1977, reunia atributos que definiria um homem culto. Em qualquer época.

Advogado, fluente em alemão e inglês, foi “primeiro violino” da Orquestra de Câmara de Florianópolis, colecionador de selos, moedas antigas, “recuerdos” de viagens aos países do Norte, entre excentricidades. Por exemplo, guardava um grande envelope, na sua antiga propriedade da Av. Beira-mar, apelidada de “Bambu do Vento Norte”, com dezenas de correspondências endereçadas a ele, com seu nome grafado de forma errada. Era ainda orquidófilo dedicado e definia-se como cinófilo, com um apreço por cães de raça que alcançava o afeto que dispndia aos dois filhos que teve com Vera, sua primeira esposa.

Essas credenciais de um típico homem culto eram complementadas pelos traços de homem simples, de um Franzke que

vestia bermuda e chinelo para ocupar assento em arquibancadas populares e aceitou o pedido de amigos para assumir a APCEF-SC, então sem recursos. O fim da autonomia da filial, em 1970, impactou no caixa da Associação, que deixou de contar com os repasses de parte do lucro da unidade catarinense.

Na época, a CEF-SC atendia 12 agências no estado, com aproximadamente 300 funcionários. Instituída em 1968, a regra que associava automaticamente novos trabalhadores do banco à APCEF-SC, garantia um quadro societário que se equiparava ao número de empregados catarinenses. Esse contingente garantia as contas básicas, por meio do pagamento regular das mensalidades.

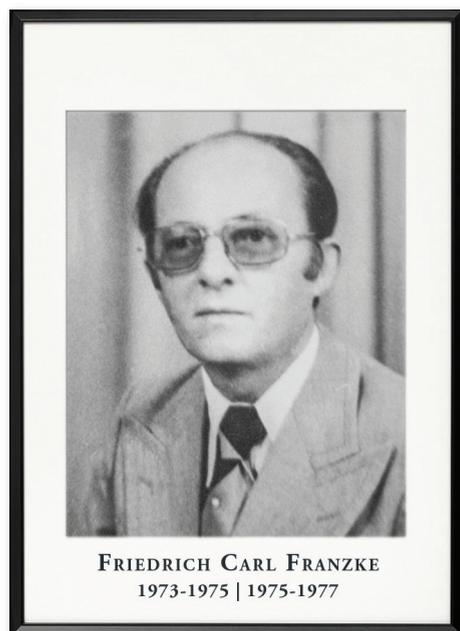
Para retribuir o voto de confiança dado pela categoria, as duas gestões de Franzke abriram os caminhos da Associação para o interior, promovendo a integração por meio do esporte.

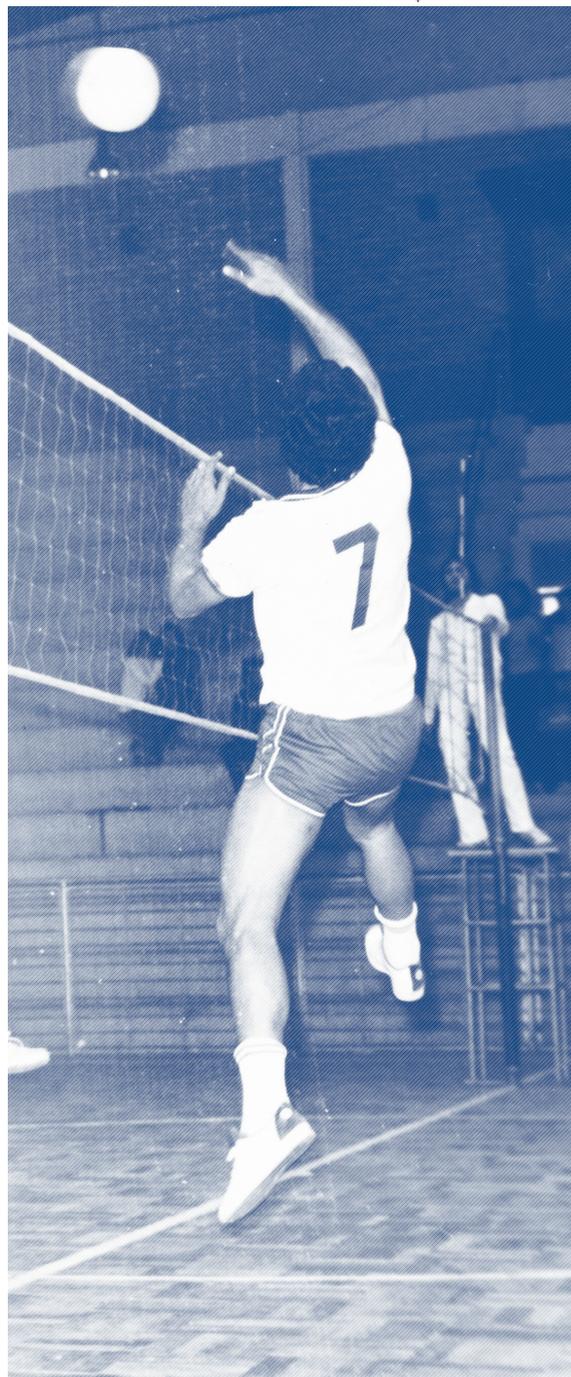
DIÁLOGOS GERMÂNICOS

Idealizados pelo fundador da Associação Waldir Brazil, diretor de Esportes da primeira gestão Franzke, os Jogos de Integração foram a iniciativa mais importante para a APCEF-SC, na primeira metade da década de 1970. Os eventos anuais possibilitaram a reeleição de Franzke, em 1975, apesar do fraco desempenho financeiro. No período, as medidas de austeridade implementadas resultaram na entrega do ponto alugado na Rua Conselheiro Mafra, onde funcionava o restaurante da Associação, e na interrupção da publicação do jornal *O Economiário*.

Sem efeito, a Executiva da entidade se viu obrigada a vender o 8º andar do edifício Bianchini, na Rua Tiradentes. Com o rendimento do obtido no negócio, depositado na Poupança da Caixa, foi possível manter despesas e o funcionamento da Sede Balneária de Jurerê. Não sem o empenho adicional dos diretores.

Franzke recorda-se de assumir a direção da Kombi da Associação para dar cobertura nos afazeres em torno da Sede Balneária Heriberto Hülse. Ao lado de diretores como Dario Pederneiras, ele partia do Centro às sextas-feiras, rumo ao





Norte da Ilha. Sem recursos para manter uma equipe razoável trabalhando no terreno, era comum assumirem funções básicas na administração do patrimônio e no atendimento dos associados.

A situação só melhorou no segundo mandato de Franzke, quando a Caixa voltou a apoiar entidades representativas dos economiários, por meio do Plano de Auxílio às Associações. Tal política possibilitou repasses para investimentos e até patrocínio de eventos culturais e esportivos da FENAE e APCEFs.

Para Santa Catarina, essa reaproximação teve um ingrediente a mais, visto que o presidente nacional do banco, na época, era o blumenauense Karl Rischbieter, descendente de alemães, assim como o presidente da Associação.

Rischbieter, aliás, comandou a empresa entre 1974 e 1977, em uma gestão marcada pelo crescimento de 120% no volume de depósitos.

CÁ PRA NÓS

KOMBI

O primeiro veículo da APCEF-SC foi adquirido na segunda gestão de César Corrêa do Nascimento, em 1969. O veículo servia tanto para compras e outras tarefas demandadas pela Associação, quanto para transporte de passageiros que quisessem ir do Centro até a Sede Balneária, em Jurerê. A diretoria que assumiu, a partir de 1970, com Gladstone Paladino Filho na presidência, instituiu a cobrança de Cr\$ 10,00 (R\$ 68,19) para quem fizesse a viagem de ida e volta ao Norte da Ilha.

REGULAMENTOS

A Sede Balneária Heriberto Hülse e o restaurante da APCEF-SC também mereceram regulamentos próprios, tão logo a diretoria começou a lidar com irregularidades cometidas pelos associados.

EM JURERÊ

O primeiro regulamento de uso da sede foi republicado no jornal *O Economiário*, em setembro de 1969, depois que chegou aos diretores uma carta com uma denúncia. A economiária Francisca Espíndola reclamou que o jovem José Gaiola teve comportamento "não condizentes com o ambiente".

NO RESTAURANTE

O gerente do restaurante encaminhou ofício à diretoria, no dia 28 de agosto, para denunciar que um economiário havia ofendido uma colega nas dependências do estabelecimento. Aos dois servidores, foi dado o prazo de 48 horas para que se justificassem sobre o desentendimento.





TEM JOGO NO VALE

INTERROMPIDOS ENTRE 1983 E 1987,
OS JOGOS DE INTEGRAÇÃO DA APCEF-SC
ATINGIRAM A MARCA DE 31 EDIÇÕES EM 2018

Blumenau (SC) está na primeira linha das principais histórias do esporte da Associação. A cidade do Vale do Itajaí recebeu a primeira edição dos Jogos de Integração, no dia 21 de setembro de 1974, foi palco da retomada do evento, em 1988, e sediou os Jogos FENAE de 2006, evento nacional, inédito no estado.

Os Jogos de nº 1 atraíram menos de 100 atletas amadores para disputadas de futebol de salão, vôlei e basquete. A maioria dos participantes eram da capital, onde o burburinho em torno do evento contava com o estímulo presencial dos integrantes da diretoria.

Joinville, Itajaí, Curitiba e Lages, além dos donos da casa, foram as principais cidades representadas naquela edição. Entretanto, levou anos até que fosse constituída rivalidades entre delegações. Nos primeiros eventos, predominava a rivalidade entre times de uma mesma localidade. As equipes se organizavam entre si para definição de alojamento e transporte. Os participantes viajavam, na maioria, em carros próprios, ao contrário das excursões que movimentariam os jogos, anos mais tarde.

Para o evento inaugural, essa configuração proporcionou algumas partidas frias, quase sem torcida. O silêncio na arquibancada só era quebrado pela corneta ruidosa do presidente Friedrich Franzke. O instrumento, que era aguardado nos eventos esportivos da entidade, era recordação da Copa do Mundo de 1970, no México, e tinha acabado de acompanhar o diretor em viagem à Alemanha, onde ele torceu mais uma vez pela Seleção Brasileira.

COMO FINAL DE COPA

A corneta de Franzke ditou o som da final do futebol de salão dos I Jogos de Integração de Blumenau, em 1974, disputada entre duas equipes de Florianópolis (SC), com alguns dos atletas que representariam a APCEF-SC em torneios nacionais, anos depois.

Os favoritos tinham a favor a experiência do elenco e o entrosamento de anos de peladas e competições pela CEF-SC. Auri Silva estava no auge, como um dos craques do Cupido, time profissional de salão, campeão catarinense de 1971 e 1974.

A equipe do setor de Habitação do banco, desafiante, era mais jovem, formada por alguns funcionários que haviam entrado na empresa recentemente. Um time que ganhou respeito ao longo da competição e chegou ao jogo decisivo com Eduardo Piazero no topo da artilharia.

Para frear o ímpeto da “meninada” empolgada, os adversários empregaram tática antiga da boleiragem. Auri, Cruz e companhia ficaram um tempo a mais no vestiário, enquanto Piazero, Julio, Gabriel, Paulo Lima, Reinaldo,

Moacir e Ian aqueciam a toda na quadra. Pelo menos naquela tarde, o tiro sairia pela culatra.

Quando a bola rolou, os mais novos não escondiam a irritação pelo atraso proposital dos rivais. O jogo foi feio, truncado, nervoso, de muito estudo entre as equipes, como é comum às finais de Copas do Mundo, decididas por detalhes.

Com um único gol do artilheiro do torneio, o primeiro campeão da modalidade nos Jogos da Integração foi revelado. Premiado pelo título da Habitação e a medalha de goleador, Eduardo Piazera iniciaria ali sua coleção de conquistas pelo esporte da APCEF-SC.



JULIO, JOEL, GABRIEL,
PAULO LIMA, REINALDO E EDUARDO,
TIME CAMPEÃO DO I JOGOS DE INTEGRAÇÃO, EM 1974

CRAQUE DO ASSOCIATIVISMO

Os Jogos de Integração se consolidaram como alicerce fundamental para a identificação dos associados para com a APCEF-SC. Um caminho sem volta para o esporte da Associação, que tornaria economiários de diferentes praças, colegas de uma mesma bandeira.

A FENAE, criada em 1971, também despertaria para a importância de promover a prática esportiva entre funcionários Caixa. Com essa perspectiva, foi organizado o 1º Torneio Nacional de Futebol Economiário, com patrocínio da Caixa. Santa Catarina e outros 17 estados foram representados para a disputa das partidas no campo da Associação dos Economiários Federais, na Pampulha, Belo Horizonte (MG). Após três dias chuvosos, a equipe do Rio Grande do Sul sagrou-se campeã, em uma final que foi acompanhada pelo presidente do banco, o catarinense Karlos Rischbieter, que autorizou o patrocínio do torneio.

O ex-presidente da FENAE, Sérgio Nunes, era o segundo atacante do time gaúcho e tinha apenas três meses como escriturário do banco. Sua admissão na Caixa, inclusive, tinha sacramentado o fim do seu sonho de ser profissional no futebol. Com o título inédito, Serginho acabou se aproximando das atividades da FENAE. O início de uma outra carreira, mais próspera de feitos e conquistas.

Essa e outras histórias constam no livro *Tijolo por Tijolo*, produzido em celebração aos 50 anos da FENAE pela Editora Perfil.

CÁ PRA NÓS

GOLEADOR ERA ELE

Primeiro artilheiro dos Jogos de Integração, em 1974, Eduardo Piazera foi também o primeiro artilheiro do I Campeonato de Futebol Society da APCEF-SC, além de integrar o time campeão. No I Torneio de Inverno da Associação, em 1979, ele figurou novamente no topo entre os goleadores. No salão, jogava na ala, no gramado, na meiúca. Nos I Jogos Caixa, em agosto de 1980, promovido em Brasília, Piazera saiu com a medalha de vice-campeão de futebol de salão com o elenco catarinense. Isso para ficarmos só nos cinco anos iniciais dele no esporte.

REDEENÇÃO

Auri Silva levantaria o caneco nos Jogos de Integração de Tubarão (SC), em 1976, com uma vitória de 2 a 1 sobre o selecionado de Lages (SC). A equipe da agência da Serra catarinense contava com três atletas que jogavam no futebol amador. O economiário Celso Matos se destacava. Não tinha um dos braços, mas ninguém conseguia tirar a bola sob seu domínio.

PRIMÓRDIOS DO ESPORTE

Bem antes de surgirem times competitivos para as disputas dos Jogos de Integração, antes mesmo que a fundação da própria APCEF-SC, existiu um time que fez bonito na liga amadora florianopolitana. A equipe CEFAL (sigla antiga da Caixa Econômica Federal) foi vice-campeã do torneio. Integravam o elenco: João Gasparino da Silva, Nairto, Júlio, Walter, Rubinho, Getúlio, Carlinho, Osmar e Jaques; Anísio, João Ivo, Meirelles, Ernani, Ruy e Ary Silva.

URDA KLUERGER, UM MARCO CULTURAL

Em 1968, quando o economiário e radialista Osmar Silva lançou seu livro “Trovas do meu cantar”, a diretoria da APCEF-SC adquiriu 25 exemplares, durante reunião, sem qualquer pompa ou cerimônia para o fato.

Uma década depois e a catarinense Urda Alice Klueger, economiária lotada na Agência de Brusque (SC), foi o centro das atenções de uma noite de gala, organizada para o lançamento de “Verde Vale” – primeiro título de sua carreira como escritora.

O evento, no dia 24 de julho de 1979, na Agência Central, em Florianópolis (SC), foi considerado pela diretoria da época como “o início de uma campanha de atualização intelectual introduzida pela APCEF-SC”. Com promoção da Caixa Econômica Federal, e da própria Associação, além do jornal *O Economiário* e da editora Lunardelli, a noite de autógrafos reuniu autoridades, escritores e amigos da autora, que assinou 128 dedicatórias naquela noite.

O gerente-geral da Filial de Santa Catarina, Euler Carneiro Monteiro da Cunha, homenageou Urda com uma placa de prata, enquanto o presidente da FENAE, Arthur Ferreira de Souza Filho, que veio especialmente para prestigiar a estreia, teceu elogios quanto ao talento da escritora de 27 anos.

A partir daquela noite, a publicação informativa da APCEF-SC seguiria de perto os passos da carreira literária da autora. Na edição de fevereiro de 1984, quase cinco anos após se lançar como escritora, Urda foi entrevistada d’*O Economiário* para falar sobre seu terceiro romance, “No tempo das tangerinas”.

Embora tenha colhido bons retornos de público e crítica nos primeiros dois trabalhos, a autora não tinha intenção de abandonar suas funções no banco. Por isso mesmo, vivenciou situações curiosas, como a vez que um cliente a reconheceu pela assinatura dela na papelada para abertura da caderneta de poupança. Questionada sobre suas motivações como escritora, Urda falou de uma força interior, presente desde a infância, que a levava a seguir escrevendo – em março de 2020, a autora tinha mais de 20 títulos publicados, traduzidos para outros países e, alguns deles, com mais de 15 edições, como o próprio “No tempo das tangerinas”, seu maior sucesso.



ARTE NA FLORIANÓPOLIS DOS ANOS 1970

Urda Alice Klueger costurou nostalgias com fatos históricos comuns aos povos formadores de Santa Catarina para publicar livros que refletiam sua visão de mundo. Descrita pela escritora como “força interior”, essa vontade irresistível de expressar-se moveu toda uma geração de jovens nos anos 1970.

Diferente do comportamento na década anterior, caracterizado por um misto de deslumbre apático e pessimismo ante os acontecimentos do mundo, a juventude contemporânea de Urda acreditava na capacidade do indivíduo de transformar o mundo através de suas ideias.

Correntes artísticas, inspiradas na contracultura, invadiram Santa Catarina nesse período e, sobretudo, na capital Florianópolis, cabeças dispostas a reagir ao *status quo* e ao concreto se apresentaram à sociedade para marcarem época.

Contra a nova ponte, a verticalização, a ocupação acelerada e a desigualdade social, armaram trincheiras as

NA PÁGINA 46, URDA É CUMPRIMENTADA POR ARTHUR FERREIRA DE SOUZA FILHO, PRESIDENTE DA FENAE. NA FOTO ABAIXO, A AUTORA É O CENTRO DA ATENÇÃO DE LAERTE SILVIO TAVARES, ERNANY BAYER, EULER MONTEIRO DA CUNHA (GERENTE-GERAL DA CEF-SC), ZILTON ANTÔNIO LUIZ, NEWTON C. VIEGAS (EX-PRES. APCEF-SC), WILMAR DALLANHOLL, MIGUEL DIGIÁCOMO (EX-PRES. APCEF-SC)



artes de Vera Sabino, Eli Heil, Hassis, Meyer Filho, Rodrigo de Haro, Max Souza e Peninha. Criaturas e criadores do Estúdio A2, iniciativa do jornalista Beto Stodieck e de Pedro Paulo Peixoto.

Contra o descaso com o patrimônio histórico e cultural da cidade, os ares libertários do teatro de Sérgio Lino contagiaram o ameaçado Miramar.

Contra o despertar do potencial turístico e a ameaça das tradições ilhoas, o rico trabalho de Franklin Cascaes encontrou razão de existir.

Contra a rigidez dos costumes, hippies experimentaram três dias de liberdade no Palhostock, antes de embarcarem no movimento “Rock, Surf & Brotos”, que revelou a Praia da Joaquina ao mundo.

Por fim, contra a Ditadura Militar, a Novembrada desferiu um golpe na orelha do Regime Militar.

Em áreas distintas, a “força interior”, nascida da busca por liberdade de expressão, golpeou as bases da censura e repressão militar e abriu espaço para que Urda florescessem.

No âmbito da Caixa e da Associação, foi inevitável que esse desejo de manifestar-se contagiasse os funcionários, que se descobriram poetas, cronistas e jornalistas, testemunhas de fatos e costumes de um novo tempo.

CÁ PRA NÓS

VIRADA CULTURAL

O Departamento Cultural foi uma das novidades da reforma do estatuto da APCEF-SC de 1978. O setor só ganhou corpo no início do ano seguinte, com a nomeação de Gilberto Pinheiro dos Santos como responsável.

INTERESSES MÚLTIPLOS

Para definir as ações do setor, o diretor elaborou uma pesquisa para traçar o perfil do economista catarinense. Com o resultado do questionário, constatou-se que “na cabeça dos empregados da CEF-SC não passam só números”, segundo trecho do texto sobre o resultado, publicado na edição de janeiro de 1980. “Há interesses múltiplos entre os economistas: os que preferem o esporte, os que se deliciam com encontros sociais e os que se ligam à cultura”, observou Gil Santos, como era conhecido.

RESOLUÇÕES

As respostas demonstraram que haviam, entre os economistas, pintores, músicos, escritores, cantores, atores e artistas, além de leitores. A partir daí, o departamento traçou um plano para dar espaço para que esses colegas pudessem se manifestar. Entre as metas, estava a criação de uma biblioteca e a formação de um coral, conduzido por Luiz Carlos Laus, o Tibi. Uma das primeiras iniciativas colocada em prática foi a projeção de filmes. Com curadoria do associado Orivaldo dos Santos, ex-responsável pelo Cineclube da Faculdade de Filosofia (Fafi), ele rodou películas japonesas, italianas, inglesas, americanas e nacionais no auditório da filial.



EXPRESSÃO ECONOMIÁRIA

A retomada do jornal *O Economário*, publicação dos servidores catarinenses, foi decretada no dia 4 de janeiro de 1979, em reunião da diretoria da APCE-F-SC, presidida então por Edgar Lopes Silva (1977-1981). A proposta partiu de Nilton Fraiberg Machado, que havia entrado no banco em 1976 e figurava como diretor de Comunicações, Publicidade e Relações Públicas.

Repórter esporádico do jornal *O Estado*, Fraiberg trouxe conceitos e processos da imprensa tradicional para estruturar o informativo que cobriu todas as agências catarinenses, através de correspondentes em praças pelo estado onde haviam associados ou funcionários da CEF-SC. Comparável ao conselho editorial das grandes redações estavam os representantes de cada departamento, principalmente, os responsáveis pelo Social, Roberto Luiz Gonçalves, e pelo Cultural, Gilberto Pinheiro dos Santos.

A edição e o fechamento do informativo ocupavam o tempo de folga dos diretores, que se reuniam na Sede Social da Rua Trajano, no edifício União dos Bancos, nº 16, para discutir pautas, transcrever textos e decidir como cobrir os inevitáveis espaços vazios. Fraiberg lembra que o trabalho muitas vezes ia madrugada adentro.

A comunicação com correspondentes e colaboradores de outras cidades era precária. A maioria das entrevistas era feita por correspondência ou, em último caso, por telefonemas, caríssimos, que atormentavam o tesoureiro Francisco Tholl Jonck.

Mais de uma vez, recorda-se Nilton, a impressão foi adiada por não haver previsão no orçamento para cobrir as despesas, já que o preço do papel oscilava bastante – quase sempre pra cima.

Outro fator era a gráfica, que abria uma janela na agenda de produção para rodar os exemplares d'*O Economário*. Quando este não era fechado a tempo, perdia-se uma semana ou mais até que houvesse outra chance para impressão.

Tinha “periodicidade irregular e preços astronômicos”, conforme título do editorial da edição de junho de 1980, a de nº 11.

“Em que pese toda a boa vontade de equipe deste

CORRESPONDENTES

AGÊNCIA CENTRAL - FLORIANÓPOLIS
ROSITA SILVA

BLUMENAU
URDA ALICE KLUEGER

BRUSQUE
CARLOS ALBERTO PEREIRA

CANOINHAS
ALZIRA PEIXOTO E JEQUIEL PADILHA

CAÇADOR
SILMAR BOHRER

CHAPECÓ
CÍCERO LUIZ POMPEO

CONCÓRDIA
ARNOLDO LEITE SKIBA

CRICIÚMA
JERÔNIMO ARGENTE

CURITIBANOS
GENÉSIO MINELLA

HERIBERTO HÜLSE - TUBARÃO
PEDRO PAULO BURATTE

ITAJAÍ
SÍLVIO FERNANDO CORDEIRO

JARAGUÁ DO SUL
ÉDIO J. GIANESINI

JOAÇABA
HENRIQUE GLASER FILHO

JOINVILLE
EDMAR REIS BERTI

LAGES
ALEXANDRO MOLLERI REIS

LAGUNA
VALDEMAR MANOEL DE SOUZA

PORTO UNIÃO
ALVIR GALLE

RIO DO SUL
AUXILIADORA TORINELLI

SÃO BENTO DO SUL
CARLOS ALBERTO LEÃO

SÃO FRANCISCO DO SUL
DAGMAR CAREGNATO MOREIRA

SÃO MIGUEL D'OESTE
MARINA INÊS SCUR

TIMBÓ
ANTONIO LENZI

TUBARÃO
RENATO GOULART DE SOUZA

XANXERÊ
ANÉSIO DEMARCO

jornal, declaramos aos nossos companheiros e leitores a impossibilidade de manter a regularidade das suas edições, que eram mensais.

(...)

*De fevereiro de 1979, quando foi publicado o primeiro número de **O Economiário**, até esta edição, o preço da publicação subiu 488,2%.*

Isto vem a tornar proibitiva a publicação de um jornal que, sobretudo, não visa lucro.”

CÁ PRA NÓS

AUTÓGRAFOS

A edição nº 12 d'**O Economiário**, de agosto de 1980, destacou o lançamento do livro "Shalon", do economista José Nunes. Um dos colaboradores frequentes do jornal, Nunes é autor dos títulos "Acorrentado em rosas", "Mãe como és bela", "A moreninha da Ilha", "Terra dos meus amores" e "Filosofia de vida", todas pela Lunardelli. Em sua carreira no banco, foi delegado do Sasse, Relações-Públicas da filial CEF-SC. Fora do banco, foi professor da UDESC, com doutorado em Psicologia na USP.

ANUNCIANTES

O público da publicação atraiu um bom número de anunciantes para as páginas d'**O Economiário**. O jornal contava também com uma seção de Classificados. Na edição de nº 13, de agosto de 1983, os leitores tiveram contato com as ofertas de uma casa no Jardim Atlântico, máquina de costura Singer, um apartamento no Residencial Itambé, na Trindade, um Jeep Willys 1956, além de dezoito volumes da Enciclopédia Barsa.

UPGRADE I

O **Economiário** foi editado como revista, a partir do nº 16 (fevereiro de 1984), e chegou a ter 64 páginas na 20ª e última edição, de abril de 1985.

UPGRADE II

Diferente de Osmar Silva, Nilton Fraiberg e Gilberto dos Santos não foram remunerados pelo trabalho à frente do jornal. Demorou seis meses até que a diretoria comprasse uma máquina de escrever portátil para a redação do informativo.



ECONOMIÁRIO NO FRONT

Nilson Vasco Gondin foi chefe da Carteira de Depósitos, tesoureiro-geral, inspetor e chefe de Pessoal da CEF-SC, além de presidente da Acacef (1994-1995). Seu ingresso no banco ocorreu em 1946, pouco tempo depois de retornar da Itália, onde integrou a Força Expedicionária Brasileira, a FEB, durante a 2ª Guerra Mundial. Embarcou no Rio de Janeiro, no navio americano "General Mann", no dia 3 de julho de 1944. Inicialmente como 3º sargento e, após desembarcar em Nápoles, como comandante do grupo de combate que tomou o Monte Prano dos alemães, a uma altitude de 1.200 metros.

PRODUZIDO POR E PARA O ASSOCIADO

Editorial, notas, notícias, reportagens, entrevistas, crônicas, artigos de opinião, humor, esporte, além de crítica musical, de cinema e teatral. Os gêneros jornalísticos mais populares foram contemplados nas edições d'*O Economiário*, sempre com o foco nos interesses dos associados da APCEF-SC.

Nilton Fraiberg Machado, o diretor responsável, assinava a coluna *Cá Pra Nós*, com opiniões, reflexões, insights e com brecha para reclames de colegas.

Novidades e informações de utilidade pública sobre os convênios do Funcef também tinham espaço fixo, assim como a coluna de Esporte (que se chamaria, posteriormente, *Sem Pulo*), além das seções denominadas *Crônica* e *Poesia*, *Discos*, *Som*, *Cinema*, *Livros* e *Televisão*.

O Economiário tinha até seu colunista social, o *Vivi News*, face polêmica, debochada e sem moderação do economiário Wilson Freitas Corrêa. No verso do jornal, na chamada contracapa, os editores publicavam a história de alguma agência do interior e as características de sua respectiva cidade ou região.

Progressista, participativo, democrático, com espaço ao leitor, diverso, plural, bem humorado, com linguagem simples e próxima da realidade dos associados. A maior parte dos envolvidos na iniciativa era de uma nova geração de economiários, jovens, fatigados pelo limite às liberdades de expressão e de ideias.

Mais do que se abrir a pensamentos novos, a publicação

atraiu a contribuição de funcionários de longa data, que enviavam seus textos com frequência, quando não eram reverenciados por citações respeitadas durante alguma das coberturas da publicação.

Além do intrépido *Vivi News* e dos diretores Nilton Fraiberg, Gilberto Santos e Roberto Gonçalves, o time de colaboradores mais recorrentes contava com José Nunes, Silmar Bohrer, o ex-presidente Hélio Cervelin e Erádio Quintino Pereira, com textos publicados na seção *Crônicas* e *Poesias*.

Sérgio Goulart fazia a curadoria de LPs, na coluna *Discos*. Orivaldo dos Santos era o responsável pelas críticas e dicas da editoria *Cinema*. *Som*, que trazia uma entrevista ou resenha sobre algum artista ou movimento da música catarinense, era dividido por Gil Santos e Márcio Santos, que também se revezavam em análises sobre o universo da *Televisão*.

Claudionor Pereira assinava o *Sem Pulo*, com opiniões e fatos do esporte economiário e sobre os times catarinenses de futebol. Havia espaço até para que o iconoclasta Airton Speck Neves desferisse seu olhar de ranzinza clássico às novidades e aos costumes.

**O Economiário
teve o mérito
de abrir
espaço às
distintas
vozes que
formavam
o quadro de
pessoal da
Filial de Santa
Catarina**

O PENHOR

Um texto assinado pelo funcionário Gilberto Pinheiro dos Santos, publicado na edição de agosto de 1979 d'**O Economiário**, retratou o ambiente no Penhor, serviço que nasceu junto com a Caixa, em 1861.

“A senhora de meia idade, bem vestida, desce o sub solo da Agência Central, no calçadão da Felipe Schmidt, direto ao Penhor.

– Gostaria que me avaliassem isto.

Abre a bolsa, busca o minúsculo anel.

– É brilhante – adianta-se ela. A dona dele diz que vale seiscentos mil.

Nilton, o avaliador, ajeita, no olho esquerdo, a pequena lente, seu instrumento de investigação, roça a pedra na manga da camisa e examina.

Em dois minutos fulmina:

– É safira, minha senhora!

A expressão da mulher transmuta de interrogação em decepção. Depois de ruminar algum tempo, repõe o anel na bolsa e sai apressada.

Ela queria apenas a palavra final do avaliador sobre a pedra que estava pensando em comprar como brilhante.

Mas quase todos os que se dirigem ao balcão querem mesmo penhorar suas joias de estimação.

Motivo? Necessidade financeira e facilidade em conseguir empréstimo imediato. Nem todos, porém.”

O texto continua com informações técnicas sobre o serviço, que recolhia o bem até o pagamento total do empréstimo tomado pelo cliente. Alguns dos objetos eram leiloados, em sessões que ocorriam no corredor, em frente aos caixas da Agência Central. Colares, broches, brincos, pulseiras, anéis, alianças e relógios atraíam uma aglomeração de interessados, em busca de uma pechincha. O burburinho era tamanho que o atendimento foi transferido em 1983 para a Agência Miramar, no Edifício La Porta.



CÁ PRA NÓS

TOP 4 DAS REPORTAGENS

A face da miséria (1979), sobre a realidade do menor abandonado; As rendeiras da Caixa (1980), sobre o cotidiano das mulheres que vendiam seus produtos na porta da Agência Miramar; Os Sambaquis da Ilha de Santa Catarina (1980) e A mulher moderna (1984), um diálogo feminista entre economiárias de diferentes gerações.

ENTREVISTA COM UMA IRMÃ

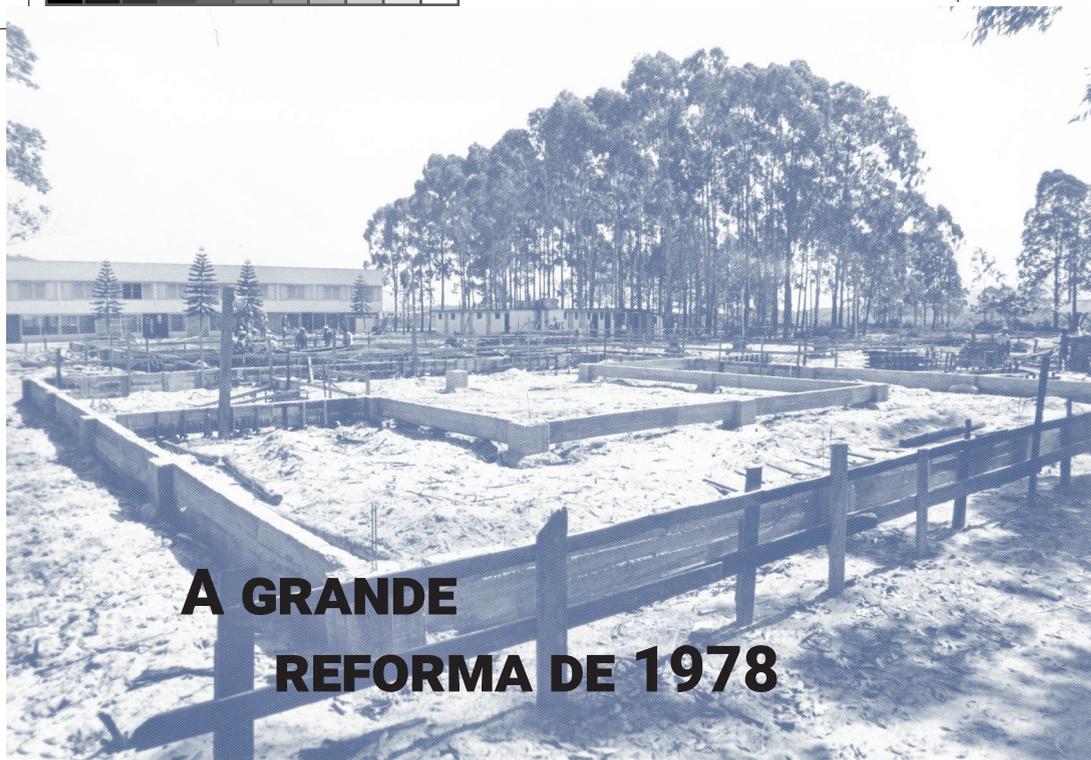
Pelo inusitado, mereceu destaque na publicação de nº 16, de fevereiro de 1983, uma entrevista com a economiária Maria Zarpellon, freira pela ordem das Irmãs Salvatorianas. Sua admissão na CEF-SC deu-se após a extinção do Sasse, onde trabalhava. Com a criação da Funcef, Maria passou a desempenhar trabalho na área de assistência e saúde, o que para ela ia de encontro aos objetivos religiosos.

APLAUSOS

Maria, conhecida por seu bom humor, contou à publicação detalhes da gafe que viveu em pleno Congresso Nacional, em Brasília. Ao entrar no salão principal, deputados, senadores e demais presentes que lotavam o lugar se levantaram para aplaudi-la. Congelada de susto pela reação, a Irmã demorou a perceber que, na verdade, o presidente da República havia entrado no local, no mesmo instante. “Não sabia se desmaiava ou se sumia dali”, disse.

COINCIDÊNCIA

O último número d'**O Economiário** foi impresso na Gráfica Elbert, de São José-SC, a mesma empresa que rodou 3.100 exemplares deste livro.



A GRANDE REFORMA DE 1978

Os fogos de artifício sobre a Praia de Jurerê, no dia 28 de abril de 1979, anunciaram os novos espaços de lazer e recreação erguidos sobre o terreno de 21.360 m² da APCEF-SC. Autoridades locais e nacionais estiveram na Sede Balneária Heriberto Hülse, naquele fim de tarde, para a inauguração dos blocos formadores do eixo principal da estrutura física da entidade.

As tratativas para a obra tiveram início ainda na segunda gestão de Friedrich Carl Franzke (1975-1977), período em que a Caixa voltou a conceder incentivos às entidades representativas dos economiários, através do Plano de Auxílio às Associações.

Em ritmo acelerado de expansão para o interior do país, o banco apostou no programa para garantir o engajamento de funcionários e entidades como FENAE e APCEFs. O apoio era feito por patrocínio para eventos esportivos e culturais, bem como por financiamento em infraestrutura voltada aos empregados, a exemplo da reforma da Sede Balneária Heriberto Hülse, em Jurerê.

Edgar Lopes Silva tomou posse à frente da APCEF-SC em maio de 1977 e precisou de sete meses para assinar o contrato com a Emplaco Construções, no valor de Cr\$ 9 milhões (R\$ 9,7 milhões).

O acordo foi sacramentado no dia 28 de dezembro de 1977, no edifício La Porta, sede da Filial de Santa Catarina. Representantes da Associação e da empresa se reuniram na sala de reuniões do gabinete do primeiro presidente da Associação, Miguel Digiácomo, então ocupante do cargo de gerente-geral da CEF-SC.

Cinco dias depois da assinatura, no dia 2 de janeiro de 1978, os operários da empresa desembarcaram no terreno de Jurerê para a retirada dos postes

de concreto do alambrado que cercava a área para começarem os trabalhos.

Após quatro meses, a diretoria da Associação aprovou a cotação de preços para incluir uma piscina semiolímpica e uma hidromassagem ao projeto. Fora o acréscimo ao plano inicial, a Emplaco solicitou prorrogação no prazo final em duas oportunidades. Além disso, o engenheiro responsável por fiscalizar os trabalhos para a APCEF-SC teve de ser substituído pela arquiteta Carmem Seara Cassol, responsável pelo projeto.

Os contratemplos resultaram em atraso de 215 dias na entrega da obra, prevista para 2 de outubro de 1978. No dia 28 de abril do ano seguinte, na data do evento de inauguração, a piscina ainda estava interditada, devido a vazamentos constatados na vistoria final.

O fato não ofuscou a cerimônia, que teve como anfitrião o presidente Edgar Lopes Silva. Seguido por cobertura fotográfica contratada especialmente para registro daquele dia histórico em 20 anos da Associação, Edgar Lopes Silva guiou os convidados em visita pelos novos ambientes.

A cerimônia foi iniciada pela execução do Hino Nacional e o hasteamento das bandeiras. Em seguida, Dom Afonso Niheues procedeu com a bênção da nova estrutura.

Quem puxou a fila de discursos elogiosos foi o sucessor de Digiácomo no cargo de gerente-geral da CEF-SC, Luiz Carlos Aragão, que enalteceu a força do associativismo economiário por trás de mais aquela conquista. Com o descerramento da placa, último ato formal do evento, os convidados puderam desfrutar do jantar dançante em celebração à nova APCEF-SC.

Os espaços construídos: restaurante, bar, cozinha, salão de eventos, de jogos, dois vestiários, saunas, depósito e sanitários, além de quadra de bocha, próxima à área de camping.



EX-PRESIDENTE EDGAR LOPES SILVA RECEBE HOMENAGEM DAS MÃOS DO PRESIDENTE DA FENAE, JOSÉ GABRIELENSE, DURANTE CERIMÔNIA DE INAUGURAÇÃO DA ÁREA DE LAZER DA SEDE BALNEÁRIA HERIBERTO HÜLSE, EM 28 DE ABRIL DE 1979.

ABAIXO, IMAGEM DO BLOCO A E DA KOMBI DA APCEF-SC



CÁ PRA NÓS

QUASE PRESO

A pretexto da reforma, os velhos eucaliptos do terreno, espécie exótica ao habitat de Jurerê, vieram abaixo. O presidente da APCEF-SC, Edgar Lopes Silva, quase foi preso por não ter obtido autorização prévia para o corte das árvores.

PISCINA, UMA PAUTA NACIONAL

A proposta de inclusão da piscina ao projeto de reforma da Sede Balneária Heriberto Hülse, em Jurerê, contou com aval da matriz da Caixa e foi apresentada pelo presidente Lopes Silva no VII Congresso do Conselho Deliberativo Nacional da FENAE, em Fortaleza (CE), em março de 1978.

BATISMO

No verão de 1979, Urda Klueger acampou no terreno da APCEF-SC, em Jurerê, com sua irmã, Margaret, e os amigos da Agência de Brusque (SC), Dieter Klaus Bubeck e João Luiz Floriani. Certo dia, o grupo foi conferir de perto como ia ficar a piscina, após o fim da reforma. A água no reservatório estava turva, sem qualquer tratamento. Dieter nem quis saber e se jogou na água. Os três riram da maluquice, mas não se demoraram em mergulhar também. Foi assim o batismo de um dos principais pontos de lazer da APCEF-SC. Por sorte, ninguém passou mal com a água de qualidade suspeita.

CONCORRENTES

A construtora Emplaco venceu a licitação, no modo carta-convite, com a menor proposta. Na concorrência estavam a Jat Engenharia, Serramar, Eichstaedt e CEISA.

GESTÃO (DES)CENTRALIZADA

Além d'*O Economiário* e reforma da Sede Balneária Heriberto Hülse, os dois mandatos de Edgar Lopes Silva determinaram as bases de medidas que floresceram em gestões posteriores.

A administração descentralizada, melhor percebida no final dos anos 1980, por exemplo, teve origem na reforma do estatuto, publicada na página 30 do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, no dia 26 de maio de 1978. O documento criou os departamentos de Interior, de Patrimônio de Comunicações, Publicidade e Relações Públicas e Cultural, que se somaram aos já existentes Esportivo, Social, Jurídico e de Benefícios (antiga diretoria de Empréstimos).

O texto compartilhava responsabilidades sobre a gestão e ampliava a capacidade de atendimento para o associado. Mas, na prática, a resistência de Silva em conceder autonomia financeira aos responsáveis por cada setor, impediu o avanço do processo de descentralização.

Ponto ilustrativo da referida reforma estatutária de 1978, o Departamento do Interior só foi efetivado em janeiro de 1980. Sem orçamento definido, com pouco mais de um ano para o fim da gestão, o diretor César do Canto Machado limitou-se a estabelecer objetivos e iniciar alguns dos diálogos que surtiria efeitos concretos nos anos 1990, com as construções de sedes regionais.

Outra iniciativa da gestão Silva não concretizada envolveu a abertura de um bar e restaurante no imóvel da APCEF-SC, no Centro de Florianópolis. Em meados de 1977, o INPS devolveu a sala alugada no edifício União dos Bancos. Ao discutir a questão, a diretoria decidiu por ressignificar o espaço, sob o nome de Sede Social Dario F. P. Pederneiras. A ideia era abrir no local um estabelecimento que fosse de uso exclusivo dos associados.

Ao longo de quatro anos, as experiências com profissionais e empresas que administraram o empreendimento foram decepcionantes e a ideia só prosperou, de fato, na gestão do presidente Israel Gomes Caldeira Júnior, em endereço cedido pela CEF-SC, na Rua Bocaiúva.

A parceria entre APCEF-SC e o banco, aliás, restabelecida e fomentada a partir da segunda metade da década de 1970, permitiu que a entidade atravessasse pelos turbulentos

anos 1980 sem perdas de patrimônio.

Em alguns trechos pinçados nos registros de atas das reuniões da administração de Edgar Lopes Silva, prevalece o tom amistoso em relação à Caixa. Em 6 de outubro de 1977, a diretoria aprovou compra de presente de casamento para a filha do então presidente do banco, Humberto Barreto. Já no encontro de 29 de maio de 1980, foi aprovado o envio de telex para felicitar Gil Macieira – sucessor de Barreto no comando da matriz – por seu aniversário, comemorado no dia 21 de maio.





EX-PRESIDENTE EDGAR LOPES SILVA, JOSÉ NUNES E O GERENTE-GERAL SIGFRIDO GRAZIANO

UMA SEMANA PARA COMEMORAR 20 ANOS

Para a celebração duas décadas de Associação, em 1980, a programação contou com sete dias de atividades variadas. O objetivo da organização, liderada por Gilberto Pinheiro dos Santos, era agradecer todos os perfis representados na pesquisa elaborada meses antes.

Para estimular o pensamento crítico, na segunda-feira, 28 de abril, houve um debate entre o Pe. Francisco Bianchini e o doutor Holdemar Menezes sobre aborto. Aos cinéfilos, no dia seguinte, foram exibidas duas animações de Normal McLaren, vencedor do Oscar com “Os vizinhos”, no auditório da Agência Miramar. No mesmo local, na quarta-feira, a Orquestra de Câmara de Florianópolis apresentou um repertório eclético, de Vivaldi a Pixinguinha, passando pela composição regional intitulada “Suíte do Boi de Mamão”, de Carlos Alberto Vieira. O Coral de Câmara da Associação Coral de Florianópolis, regido pelo Luiz Carlos Laus de Souza, o Tibi, apresentou músicas renascentistas na Sede Balneária, em uma sexta-feira que terminou com animada roda de samba, puxada pelos economiários Luiz Nunes, Rui Farias e Paulo Lima. A atração de sábado foi o Grupo Engenho, com forró de Gilberto Gil, Dominginhos, Amelinha, entre outros.

Com tanto evento, a entrega dos prêmios aos vencedores dos torneios comemorativos de soquete, futebol de salão, voleibol feminino, natação, sinuca e dominó, no domingo à noite, não atraiu público. O espaço esvaziado, inclusive pela ausência de competidores que receberiam alguma medalha, pesou negativamente no discurso do gerente-geral Sigfrido Graziano, que estava em seus primeiros meses à frente da Filial de Santa Catarina. Quatro anos mais tarde, o esporte da Associação iria recompensá-lo por aquela premiação vazia.

CÁ PRA NÓS

DESVIO

O presidente Edgar tinha lá certa razão em manter o controle sobre a grana. Como Renato Cavallazzi, ele também teve de enfrentar desvios no caixa da entidade, cometidos por um membro da diretoria. O caso ocorreu nos primeiros meses de gestão e o processo arrastou-se por três anos. A pessoa, responsável pelo pagamento de fornecedores de gêneros alimentícios, embolsou cheques que somavam Cr\$ 80 mil (R\$ 95 mil). Ao admitir a culpa, devolveu apenas Cr\$ 36 mil (R\$ 33 mil). O restante teve de ser cobrado judicialmente, em 1978.

ASSEMBLEIA PARA UM

Orivaldo dos Santos foi único associado presente em uma das reuniões para proposição de mudanças no estatuto. O encontro contou com o presidente, Edgar Lopes Silva, e o secretário Nilton Fraiberg Machado.

PRESENTE DE 20 ANOS

Para celebrar duas décadas de histórias, a APCEF-SC adquiriu, em 1980, dois projetores de cinema de 16mm, por Cr\$ 86 mil (R\$ 31 mil).

SALVE, RENDEIRAS!

A Agência Miramar, situada na Praça XV de Novembro, era ponto de venda das tradicionais peças tramadas por bilros. Reuniam-se cerca de 50 rendeiras nos arredores do edifício. O comércio só foi interrompido com a implosão do prédio, em 1991.

ENTRE 1977 E 1981

A mensalidade da APCEF-SC foi de Cr\$ 15,00 (R\$ 19,00) para Cr\$ 250,00 (R\$ 38,71). Um aumento de 1.566%!

EMBALOS DE SÁBADO À NOITE

Até a inauguração dos novos blocos da Sede Balneária Heriberto Hülse, nenhum evento da APCEF-SC havia merecido tanta preparação. Cobertura fotográfica, cerimonial, buffet e ritos de uma programação roteirizada fizeram parte da organização dos festejos. Para se ter ideia da dimensão, o presidente Edgar Lopes Silva tomou emprestado Cr\$ 100 mil (R\$ 66,5 mil) da Caixa para garantir os comes, bebes e toda a cena.

O êxito com a cerimônia impôs um novo padrão para os eventos da Associação. Cada festa tinha de superar a anterior e atrair desde novos a antigos associados, bem como crianças e adolescentes.

Rosita Silva Medeiros tem saudade das festas da APCEF-SC, em seus primeiros anos como funcionária da CEF-SC. Nomeada em 1977, ela passou a trabalhar na Agência Central, no edifício La Porta. Adaptou-se rapidamente ao novo trabalho e aos colegas. Após dois anos, tornou-se correspondente do jornal *O Economiário* em sua unidade, repassando ao diretor Nilton Fraiberg Machado as últimas do prédio da Miramar.

Na época, a Caixa promovia 15 dias de integração para

os recém-contratados. Os funcionários ficavam hospedados em um mesmo lugar, onde recebiam treinamento, assistiam a palestras e trocavam experiências.

Muitas amizades nasceram a partir dessa convivência, em um ambiente de descobertas, onde cada um se apresentava, falava de suas respectivas famílias e cidades de origem. A mistura de sotaques e costumes era um entretenimento à parte e fonte de apelidos aos colegas mais extrovertidos.

Daqueles tempos, Rosita recorda-se da festa junina de 1979, quando foi escolhida como a noiva da quadrilha. Em outra ocasião, que envolvia concurso de beleza, membros da organização insistiram para que ela concorresse.

Os traços de sua juventude, que atraíam tanta atenção dos colegas, foi emoldurado em composição que decorava o Salão Nobre da Sede Balneária, em março de 2020. No retrato, ao lado de amigos, a jovem Rosita posa fantasiada de havaiana, durante o Carnaval de 1981.



FANTASIADA DE HAVAIANA, NO CENTRO DA FOTO, ROSITA MEDEIROS CAI NA FOLIA DO CARNAVAL DE 1981, FESTA PARA TODAS AS IDADES. NA PÁGINA 57, JANE NUNES RECEBE PREMIAÇÃO DAS MÃOS DO EX-PRESIDENTE EDGAR LOPES SILVA

A FOLIA NA APCEF-SC

No quesito fantasias, Jane Nunes, esposa do ex-presidente Osni Nunes, integrou o grupo imbatível das “Amigas do Patrão”, uma das sensações do mesmo Carnaval de 1981. O evento, aliás, foi um dos primeiros a lotar o Salão Nobre e abriu caminho para consolidar a folia no calendário social da APCEF-SC. Até então, os economiários buscavam clubes de maior tradição da capital catarinense, como o Doze.

Após dois anos sem ser realizada, a festa foi retomada em 1984, através da decoração da própria Jane e Maria Helena Viegas, a Nena. Os cenários montados para o Salão Nobre mereceram destaque nas páginas d’*O Economiário*.

“Para a bonita decoração dos salões, com motivos do mar, elas utilizaram plásticos, papel laminado e outros materiais. Todas as colunas e paredes foram revestidas, compondo um grande oceano povoado de muitos peixes coloridos. Ficou uma beleza extraordinária.”

A partir daí, o caráter familiar da festa passou a atrair cada vez mais público, com prêmios voltados para crianças, adultos e aposentados. A folia nas dependências da Associação tornou-se, dessa forma, uma tradição.



CÁ PRA NÓS

PAPAI NOEL

Para os pequenos, já tinha evento desde 1977. No Natal daquele ano, Maria Terezinha Medeiros, então no Departamento Social, organizou uma festa para os filhos dos associados, com distribuição de brinquedos, balas, balões e apresentação de peça infantil do grupo teatral Nós.

OPORTUNIDADE

Concluídas as obras, em Jurerê, a APCEF-SC pode alugar dormitórios, espaços de lazer e restaurante para promoção de cursos, treinamentos e encontros profissionais. O próprio banco arrendou a sede, por diversas vezes, para integrações e capacitações para funcionários. Em um dos cursos da CEF-SC na sede, realizado entre 10 e 18 de setembro de 1979, rendeu à APCEF-SC o valor de Cr\$ 186 mil (R\$ 102 mil), quantia que garantiu a compra de uma TV e de um receptor AM-FM para sonorização do restaurante do lugar. Artigo de luxo à época, a aparelhagem toda custou Cr\$ 45 mil (R\$ 24,5 mil).

ASSUNTO NOS PAMPAS

Itacir Ambrosi, do *Correio do Povo*, de Porto Alegre, escreveu nota sobre a Associação, em 1979. “Se não fosse duas escolas e a APCEF-SC, o dia do Folclore, 22 de agosto, teria passado despercebido em Florianópolis”. No referido dia, no auditório da Agência Central da CEF-SC, a Associação promoveu palestras de Nereu do Vale Pereira e Franklin Cascaes, dois expoentes da cultura ilhoa, com os temas: “Folclore, ciência e cultura” e “Farinhada”.

ECOS DA GESTÃO EDGAR

Há um ano para as eleições de 1981, o presidente do Conselho Deliberativo, Olímpio Vargas, foi entrevistado n' *O Economiário* para falar de sua pretensão de concorrer ao pleito. O economiário se juntava aos nomes de Vasco Gondin, Friedrich Carl Franzke e Itamar Xavier, citados pela publicação, como postulantes ao cargo de presidente da APCEF-SC.

A principal motivação de Vargas para candidatar-se estava calcada na percepção de que Edgar Lopes Silva havia avançado pouco no processo de descentralizar a gestão da entidade. De proposta, o pré-candidato expôs a intenção de avançar na interiorização da Associação e citou um projeto para a construção de um ginásio esportivo, o que ele classificou como “uma reivindicação antiga” dos economiários.

O patamar alcançado pelas diretorias lideradas por Silva elevou o nível de exigência dos associados, com demandas cada vez mais complexas e imediatas. Nessa equação, o número de opções para a tomada de decisão dos gestores reduziu consideravelmente. As diretorias tinham de escolher entre uma prioridade e outra. No caso do ginásio esportivo, levaria 30 anos até que a Associação encontrasse meios de construir a estrutura, durante gestão

de Marcelo Sandin Boeing, em 2011. Outros presidentes que manifestaram a disposição de levar a cabo projeto semelhante, foram contrariados pelas circunstâncias ou necessidades mais urgentes dos funcionários.

Vargas não venceu em 1981, nem os nomes que se adiantaram na corrida à presidência da entidade. Embora tenha caído na contradição de formular diretrizes e teorias que ele próprio não efetuou, na prática, Silva encerrou seu segundo ciclo prestigiado e pode indicar Newton César Viegas para o suceder.

Eleito, Viegas cumpriu dois anos de um mandato de continuidade da gestão Silva. Não entregou um ginásio esportivo, mas encontrou meios de inovar para contribuir com a saúde e bem-estar dos associados através da instalação de uma academia no Centro de Florianópolis. Na época, considerada a mais moderna da cidade.

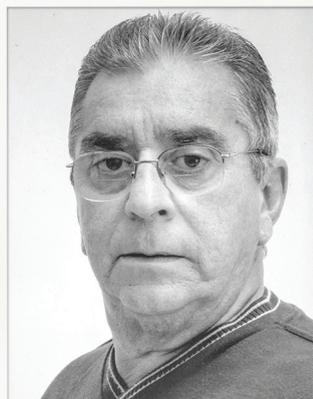
Além da construção dos espaços de lazer e a reforma estatutária, outros feitos das gestões de Edgar foram o levantamento patrimonial e a criação de regras para que pessoas externas à Caixa pudessem se associar à APCEF-SC.



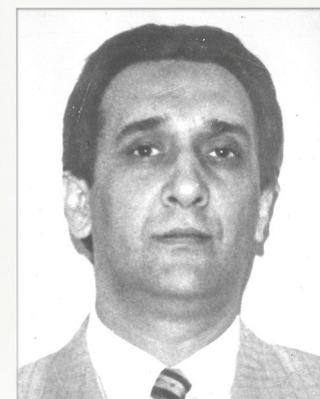
MURAL DE EX-PRESIDENTES APCEF-SC



EDGAR LOPES SILVA
1977-1979 | 1979-1981



NEWTON CÉSAR VIEGAS
1981-1983



ISRAEL GOMES CALDEIRA JÚNIOR
1983-1985 | 1985-1987

PRESIDENTE AUTÊNTICO

Newton César Viegas foi mais um a dividir a carreira no banco com participações nos meios de comunicação de Florianópolis. Entre as décadas de 1960 e 1970, atuou como repórter de campo e comentarista esportivo, com participação nas rádios *Diário da Manhã*, *Guarujá* e em emissoras de TV, como *RBS (Globo)* e *Barriga Verde (Band)*. Mais tarde, formou o time de cronistas esportivos do Clube do Mané, do Canal 20, ao lado de Walter Souza, Antunes Severo e Maurício Amorim.

Nos I Jogos da Caixa, de 1980, realizado em Brasília (DF), o economiário acompanhou como supervisor a delegação catarinense, formada por times de salão, futebol soçaite, tênis de mesa e sinuca. Pela primeira vez, os atletas vestiram agasalhos confeccionados com a identidade da Associação. Na competição comemorativa, em alusão aos dez anos de unificação do banco, os catarinenses trouxeram um vice-lugar no salão, com Eduardo Piazero como o artilheiro do torneio.

Newton Viegas contribuiu por anos para o esporte da APCEF-SC, onde pode empregar a experiência acumulada como cronista profissional do esporte catarinense.

Viegas se lançou candidato ao cargo de diretor-presidente da APCEF-SC em 1981 e teve o nome aceito prontamente pelos colegas, devido a reconhecida ligação dele com a entidade e a Sede Balneária Heriberto Hülse, em Jurerê.

O ex-presidente era pauta recorrente d'*O Economiário*. Em nota da publicação da APCEF-SC, no início dos anos 1980, Nilton Fraiberg Machado elogiou a participação do colega nas telas da filial da emissora gaúcha *RBS* no estado. “Newton César Viegas, o ‘comentarista autêntico’ do rádio, firma-se no vídeo do Jornal do Almoço, programa diário, de Florianópolis”, destacou.

Ironicamente, durante seu mandato, o jornal da Associação deixou de ser publicado – retomado em 1983. Sobre seus feitos, além da criação da academia, é creditado a ele o plantio da maioria das árvores que fazem sombra na sede, incluindo o flamboyant que cobre o parque infantil e que inspirou o título desta obra.

Viegas manteve-se frequentador assíduo da Sede Balneária, em Jurerê, até falecer, em 2018, aos 76 anos. Era querido pelos funcionários e gozava de um privilégio dado a poucos: tinha xícara cativa para o seu café com adoçante.

CÁ PRA NÓS

HOMEM DO ESPORTE

Newton César Viegas era diretor na APCEF-SC desde 1966, com Gladstone Paladino Filho. Comandou o Esporte na primeira gestão de Edgar Lopes Silva e foi elogiado por classificar o time de futebol soçaite da APCEF-SC para os III Jogos Economiários da FENAE, de 1978, em Recife (PE). A competição mudaria de nome em 1980, para atender a Caixa, a patrocinadora.

APOIO ÀS ARTES

O prédio Caixa Cultural, em Brasília (DF), inaugurado em 1980 com rico acervo, era um sinal de que a área receberia atenção nas ações promocionais da empresa. Em Santa Catarina, naquele mesmo ano, o banco patrocinou o 1º Concurso Estadual de Dramaturgia de Santa Catarina, promovido e coordenado pela Fundação Catarinense de Cultura, com premiação total de Cr\$ 90 mil (R\$ 29 mil).

E O BRAZIL, HEIN?

No ano do concurso, o destaque dos palcos no estado era um economiário. Fundador da APCEF-SC e idealizador dos Jogos de Integração, Waldir Brazil recebeu, em 1979, o título de melhor ator de Santa Catarina pelo papel de Otávio, na peça “Eles não usam black tie”, de Gianfrancesco Guarnieri.

Espia o currículo artístico do colega: *crooner* de antigos conjuntos vocais de Florianópolis; rádio-ator de sucessos das rádios *Diário da Manhã* e *Guarujá*; deu vida ao personagem de humor Zecatau; foi autor de músicas carnavalescas premiadas; participou do filme “Prata Palmares”, premiado em Cannes.

O ÚLTIMO DOS ECONOMIÁRIOS

A ruidosa geração de associados que ingressou na década de 1970 na CEF-SC teria Israel Gomes Caldeira Júnior como o primeiro representante a liderar a Associação. Presidente eleito em 1983, com mandato renovado em 1985, Caldeira foi também o último gestor assumidamente economiário. O termo, definidor do funcionário Caixa, seria depreciado pelo discurso dos movimentos que conquistaram os direitos à sindicalização como bancário e à carga horária diária de seis horas.

Por seu perfil conciliador, Israel foi rotulado como “pelego” por muitos dos líderes das greves que inflamaram parte dos empregados da empresa. Um grupo que defendia o rompimento total – sem meio-termo – com as estruturas que sustentaram o Regime Militar para solucionar o caos econômico e social expostos no processo de redemocratização.

A motivação de Caldeira para concorrer nas eleições de 1983 da Associação surgiu por influência de Juarez Alves Nunes, membro do Conselho Deliberativo do ex-presidente Edgar Lopes Silva, ao lado de fundadores como Osni Nunes e Maria Laura Callado. A percepção era que Caldeira, embora de geração distinta, possuía virtudes e disposição para manter a boa relação com os dirigentes do banco e prosseguir com a consolidação da identidade da APCEF-SC, apoiada pela participação do maior número de associados possível, valorização das origens da entidade e da participação dos mais antigos. Sob essa perspectiva, os quatro anos de gestão foram um sucesso.

A aparente passividade de Caldeira em relação aos movimentos de economiários, em meados da década de 1980, possibilitou avanços para a construção da identidade da APCEF-SC.

Não bastou ele ter disponibilizado a APCEF-SC como instrumento para muitas das negociações travadas em torno da causa dos Auxiliares de Escritório – o próprio Israel defendeu a classe no I Encontro Nacional dos Auxiliares de Escritório (ENAE), em 28 de janeiro de 1984, no Rio de Janeiro (RJ). Nem convenceu ele ter aberto as portas da estrutura da entidade para realização de debates e assembleias para definir ações e debater direitos.

Caldeira acabou marcado pela participação em eventos da Caixa, pela parceria com o banco na criação do restaurante dos funcionários, que funcionou na Rua Bo-caiúva, bem como pelos investimentos feitos no “supérfluo” Centro de Cultura Física, a academia da Associação que funcionou por anos na cobertura do edifício Emedaux, na Praça Pereira Oliveira, próximo ao Teatro Álvaro de Carvalho (TAC).

Seu pai, Israel Gomes Caldeira, petebista e ex-diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos, foi preso pela Ditadura no Quartel da Polícia Militar, em 2 de abril de 1964. A acusação sobre ele era a participação, em Santa Catarina, no Grupo dos Onze, corrente trabalhista liderada pelo deputado federal Leonel Brizola, que visava consolidar e cimentar a unidade de forças populares e progressistas. Às vésperas do golpe militar, as dependências dos Correios serviam para promoção de palestras e cursos com figuras da esquerda nacional, na tentativa de fortalecer o lado da polarização que buscava sustentar João Goulart (PTB) na presidência.

Talvez pelas consequências sofridas pelo pai, Israel, o filho, tenha optado por uma atuação política mais moderada. Embora menosprezada pelos agentes de oposição ao regime que iriam liderar a APCEF-SC e o SEEB, a partir de 1987, a habilidade de equilibrar os interesses em torno da Associação possibilitou conquistas históricas à entidade no período.



EX-PRESIDENTE ISRAEL CALDEIRA JÚNIOR



ISRAEL CALDEIRA JÚNIOR, DURANTE ASSINATURA DE CONVÊNIO COM O CLUBE DE CAÇA E TIRO DE LAGES (SC)

DE EDGAR PARA ISRAEL

A publicação *O Economiário* virou revista, eventos como o do Carnaval de 1981 tornaram-se tradição na Sede Balneária e o Departamento do Interior apoiou grêmios e iniciativas de associados lotados em agências fora da capital catarinense. Ex-presidentes da Associação foram homenageados com mural de fotos, 25 anos depois da fundação da APCEF-SC. Aposentados da Caixa passaram a ter uma sala para reencontros e atividades, no Centro de Florianópolis, e a primeira colônia de férias que merece registro reuniu 71 crianças, no verão de 1985.

As diretorias formadas nas duas gestões de Israel Caldeira Júnior avançaram com o processo de modernização principiado com Edgar Lopes Silva, a partir de 1977. A ponte entre as duas administrações teve no restaurante o maior símbolo.

Voltado aos empregados Caixa, subsidiado e em ponto da Rua Bocaiúva cedido pelo banco, o estabelecimento foi inaugurado em 23 de março de 1984. Abriu as portas com 16 funcionários e capacidade para servir até 300

refeições por hora. O ticket do almoço saía por Cr\$ 200,00 (R\$ 2,70) para o economiário. O acesso ao local podia ser feito pelo micro-ônibus da Associação, que fazia um circuito pelas agências da Grande Florianópolis, durante o horário de almoço.

Israel também instalou a Biblioteca na Sede Balneária Heriberto Hülse, no final de 1984, e apoiou os ensaios do grupo de coral na Agência Miramar, sob a direção do maestro Fernando Lopes.

Em termos de interiorização, uma série de convênios foram fechados, a exemplo do Clube de Caça e Tiro 1º de Julho, de Lages (SC), e o Clube de Caça e Tiro de Curitiba (SC), que permitia o uso das dependências desses locais, mediante o pagamento da mensalidade da APCEF-SC. No sentido contrário, atletas de praças de fora da Ilha de Santa Catarina passaram a integrar equipes ou representar a Associação em competições nacionais com a camiseta amarelo e preto - cores da instituição, na época.

CÁ PRA NÓS

TRAGÉDIA NO VALE

As pontes construídas ao longo dos anos com economiários de outros estados, através da participação em competições esportivas e encontros da categoria, foram empregadas a favor da solidariedade em 1983 e 1984, por conta dos estragos causados pelas cheias do rio Itajaí-Açú. Economiários da capital catarinense foram deslocados para a Rodoviária Rita Maria para fazerem a triagem dos donativos que vinham em nome da CEF-SC. Uma conta "Auxílio-Enchente" foi criada pelo banco e a Associação mediu o levantamento dos bens perdidos nas unidades e residências dos empregados.

TELEX DE CANOINHAS

"A situação é crítica. 50% da cidade está alagada e o nível continua a subir. Estamos isolados de todo estado, não há água potável e os postos de gasolina estão submersos. Penalizante é a situação dos mutuários que chegam chorando, informando que perderam tudo."

NÚMEROS DA APCEF-SC

Em meados de 1984, o quadro societário da Associação contava com 1.433 inscritos, dos quais 1.289 eram funcionários do banco (o número de economiários na Filial de Santa Catarina era de 1.313, na época), 94 inativos e 50 residentes fora de Santa Catarina. A mensalidade custava Cr\$ 1.710,00 (R\$ 23,00), o que somava aos cofres da entidade Cr\$ 2,450 milhões (33.225,17), todo mês.

Em balanço do primeiro ano de gestão de Israel Caldeira Júnior, publicado em abril de 1984, a Associação tinha mais de Cr\$ 193 milhões (R\$ 2,6 milhões) na conta.



SANTA CATARINA, CAMPEÃ NACIONAL

Mereceu notinha com foto n' *O Economiário* a conquista do vôleibol feminino da Associação no torneio bancário de 1979, organizado pelo SEEB. Disputado por seis equipes, as economiárias só perderam dois sets para a equipe do Bamerindos, em nove partidas.

Cinco anos depois, em outubro de 1984, a seleção da Associação seria destaque no *Jornal da Caixa*, em edição especial sobre os jogos do banco de 1984, disputados no Rio de Janeiro (RJ), na Escola de Educação Física do Exército, na Praia de Fora, aos pés do Pão de Açúcar.

Marli, Vilma, Ana, Julieta, Marília e Rosane venceram o torneio diante de equipes favoritas, como Minas Gerais e Brasília (DF), e se tornaram símbolo de uma das campanhas mais vitoriosas de Santa Catarina em nível nacional. Com 51 medalhas, os atletas colocaram o estado em primeiro lugar no número de premiações entre as 16 delegações representadas na competição.

A grande estrela do atletismo foi Lourdes Meller, de Criciúma (SC), com duas medalhas de ouro (no salto em distância

e no revezamento 4x100) e uma de prata (100 metros rasos), a Lourdinha foi a maior premiada dos Jogos. Marli Alice Ranzoni, de Concórdia (SC), craque da equipe invicta do vôlei, foi eleita melhor atleta dos esportes coletivos.

O evento ainda revelou Paulo Roberto de Moura Ferro para as competições nacionais de economiários. Mourinha estreou batendo o campeão anterior do tênis de mesa, por dois sets a zero. A cada adversário, os saques e cortes ia levantando a torcida, que reagia com o coro de "Mooooooooooura!". Invicto em todas as partidas, o catarinense levou pra casa a medalha de ouro.

O ouro também foi conquistado por Sérgio Simas, pela vitória nos cinco mil metros masculino, e as equipes de vôlei, basquete e futebol de salão masculino receberam o bronze.

Na coordenação da delegação estava Newton César Viegas, o presidente Israel Caldeira Júnior e um entusiasmado Sigfrido Graziano, gerente-geral da Filial de Santa Catarina.

MARLI RAZONI (EM PÉ, À DIREITA), FOI A MELHOR ATLETA DOS ESPORTES COLETIVOS. ABAIXO, O GERENTE-GERAL SIGFRIDO GRAZIANO, AO CENTRO, E ISRAEL CALDEIRA JÚNIOR, PRESIDENTE DA APCEF-SC, NO PÓDIO COM SÉRGIO SIMAS, DESTAQUE INDIVIDUAL DOS JOGOS DA CAIXA DE 1984



CÁ PRA NÓS

EFICIÊNCIA NA REDE

Marli Alice Razoni vestiu a camisa 10 para marcar sua participação nos Jogos da Caixa de 1984 como a melhor atleta dos esportes coletivos daquela edição. A economiária tinha 30 anos e era caixa-executiva da agência de Concórdia na época. Sua relação com o vôlei vinha desde 1971 e já havia participado dos Jogos Abertos de Santa Catarina pelo time da cidade.

ACREDITE SE QUISER

No início dos anos 1960, quando foi tenente do Exército, o gerente Sigfrido Graziano, contou que teve Pelé como um de seus soldados, na Fortaleza de Itaipú, em São Vicente (SP). Em certa ocasião, Pelé precisou ser levado às pressas à cidade vizinha para participar de um jogo do time do quartel, que estava perdendo. Coube ao economiário levar o Rei em sua Harley Davidson.

JOGOS DA FENAE

A hiperinflação e as perdas geradas pelo Plano Cruzado provocaram uma adesão crescente dos economiários aos movimentos grevistas pós-Ditadura Militar. Em 1986, 500 mil bancários paralisaram as atividades em todo país. No ano seguinte, foram 800 mil. Como retaliação, a Caixa retirou o patrocínio dos Jogos, que passaram a ser chamados de Jogos da FENAE. O primeiro evento solo sob gestão da entidade nacional foi em Belo Horizonte (MG), palco da edição inaugural, 12 anos antes. A história do esporte economiário está contada no livro *Tijolo por tijolo (2019)*, sobre os 50 anos da FENAE.



ONDE AS FAMÍLIAS SE ENCONTRAM

A edição d' *O Economiário* sobre os 24 anos da APCEF-SC, em maio de 1984, estampou na capa a foto da jovem Denise Digiácomo. No ensaio, em trajes de tecido sintético, brilhoso e bufante, adornada com joias de prata, a funcionária da Agência Anita Garibaldi representava mais do que a moda jovem da época. Era ela um símbolo da renovação do quadro societário e retrato da maturidade da entidade.

Mais de duas décadas desde a gestão inaugural do pai de Denise, Miguel Digiácomo, a Associação tornou-se ponto referencial de todo funcionário em exercício no estado, a segunda casa para a maioria dos economiários, ponto de encontro e de lazer de grupos com idades e interesses distintos.

Os finais de semana na Sede Balneária Heriberto Hülse, em Jurerê, ofereciam agenda cheia para quem se hospedasse em algum dos 20 apartamentos ou sob barracas instaladas na área de camping, onde jovens pés de sete copas ainda não faziam sombra.

O sábado era de feijoada com roda de samba, na beira da piscina, animada pelo grupo CEF-Aleia, puxado pelo colega Waltamir Kulkamp. Equipes das agências da Grande Florianópolis disputavam partidas acirradas em mais uma edição dos tradicionais torneios de Verão. Enquanto a bola rolava no gramado, crianças seguiam tutores da colônia de férias, divertindo-se no *playground*, vigiado pelo flamboyant em crescimento, ou com brincadeiras na quadra poliesportiva.

Sauna, piscina, hidromassagem, carteados ou jogos de mesa eram opções para quem buscasse sossego depois de uma caminhada na praia ou mergulho no mar. Aos exploradores, a scuna comandada pelo Da Penca partia aos domingos, cruzava a baía Norte até atracar na histórica Ilha de Anhatomirim. Aos que ficavam em terra firme, era esperado que providenciassem um bom churrasco.

De Miguel a Denise, essas cenas corriqueiras aos frequentadores da APCEF-SC eram a materialização de um sonho compartilhado por solteiros e recém-casados que correram pela restinga da Vila do Caldeirão naquele primeiro churrasco, em 1966. Uma segunda-feira abençoada, quem diria, onde as preces feitas, que pediram por dias de paz, sombra e água fresca, foram realizadas sobre o terreno. Um retiro construído por sucessivas administrações para o benefício de gerações de economiários.

Na década de 1980, estavam evidenciados os traços da identidade pela qual a APCEF-SC seria reconhecida no século XXI. Um lugar de família.

CÁ PRA NÓS

MANECA

Manoel Brasileiro da Silva, o Maneca da portaria, aposentou-se na CEF-SC no dia 1º de setembro de 1983. O fato mereceu nota de Nilton Fraiberg Machado, que divulgou a nova sobre a contratação do colega para a gerência da Sede Balneária. Como administrador do clube e encarregado das equipes, Maneca foi por anos o regente que garantia a harmonia e tranquilidade dos associados.

PROCURA-SE COMPOSITOR

Em 1985, por ocasião dos 25º aniversário de fundação da Associação, foi aberto concurso para a escolha do hino da entidade. O valor do prêmio: Cr\$ 600,00 (R\$ 3,10).

CRIATIVIDADE

Os nomes dos times das competições esportivas eram atração à parte. No Torneio de Inverno de Futebol Suíço, em 1988, a segunda rodada tinha confrontos entre Anita 51 x Miramar, Mixtão da Filial x Engenharia, além do clássico Processamentos x Os Ignorantes.

CANSEIRA NOS BONECOS

Em setembro de 1988, a APCEF-SC promoveu uma grande festa das crianças, com 200 baixinhos, ao estilo do Show da Xuxa. Com energia de sobra, os pequenos exigiram tanta atenção dos bonecos Zé Carioca, Michéy, Picapau e Urso, que eles manifestaram cansaço antes que acabassem as brincadeiras.



ECONOMIÁRIO GILMAR REFOSCO, DE XAXIM (SC),
COM AS FILHAS MONICA, VANESSA E CYNTHIA,
NA PISCINA DA SEDE BALNEÁRIA DA ASSOCIAÇÃO

A CADA VIAGEM, UMA NOVA AVENTURA

Os Jogos de Integração, a partir da década de 1970, os cursos e treinamentos do banco, realizados na capital, além dos movimentos trabalhistas dos anos 1980, foram alguns dos fatores que explicam a aproximação de funcionários CEF-SC lotados no interior do estado com a APCEF-SC. Muitos desses economiários elegeram a Sede Balneária Heriberto Hülse como local preferido para as férias, construindo uma relação de anos.

Gilmar Antonio Refosco nem precisou desfrutar de cenas como as descritas na página 77 para ter certeza de que a sede no Norte da Ilha abrigaria o descanso da família que ele pretendia construir com Ivani. Aos 24 anos, o compromisso firmado com a jovem tornara-se mais sério desde que ele havia passado no concurso do banco. Em agosto de 1984, quando desembarcou na Ilha para 15 dias de integração em hotel do Centro de Florianópolis, Gilmar era só saudade, planos e otimismo.

Somente em janeiro de 1987, porém, que o economiário conseguiu trazer a companheira, esposa desde outubro de 1985. Ivani pode entender, então, porque o marido se empolgava tanto ao falar do lugar. De sua primeira vez no terreno de Jurerê, ela recorda-se de ter ficado maravilhada com cada canto

apresentado. Naquela vez, o casal e a primogênita Monica, então com dez meses, acamparam perto da churrasqueira do camping, onde Gilmar havia assado carne para os colegas na tão comentada integração.

Ambos lembram com saudade daquele início de vida a dois, repleto de desafios, em que Florianópolis (SC) e a Associação se encaixaram como uma fonte de recarga. Depois de 1987, os Refoscos pegariam todos os anos o caminho rumo ao litoral, desde Xaxim (SC), distante 700 km, a oeste da capital.

Uma das férias, em 1995, contém episódios guardados com carinho na memória da família. Monica era uma criança com pernas que invadiam o espaço de Cynthia, sua irmã de 5 anos. Ambas compartilhavam o banco de trás, transformado em cama por sacolas, cobertas e outras bagagens que a mãe acomodava no vão, atrás das poltronas da frente do Jeep Willys. O carro, comprado e reformado em 1988, era o xodó de Gilmar e uma das poucas coisas que sobraram, depois que a família se desfez de alguns bens para garantir a compra da casa própria.

O Jeep provou seu valor na BR-116, no trecho entre os

municípios de Correia Pinto (SC) e Lages (SC). Um guarda mandou Gilmar encostar, assustando a todos. Ao se aproximar, o agente só perguntava sobre os ralis e viagens que o motorista tinha feito com o carro. Estava apenas interessado no veículo, o que para um apreciador de automóveis antigos, como Gilmar, era causo bom para se gabar durante a canastra dos finais de tarde.

O funcionário esperava encontrar na praia os amigos de sempre, que escolhiam a mesma época para tirarem férias com a família. Essa era uma expectativa que tomava as conversas dos Refoscos, durante os preparativos, que tinham início um mês antes da viagem. As meninas escolhiam novos maiôs, ficavam imaginando quais das amigas encontrariam e lembravam juntas das brincadeiras do verão anterior, que só tinham graça sob os pés do flamboyant.

Dos dias festivos acampados na sede, naquele 1995, a família trouxe como recordação uma muda de pitangueira, mãe de dez pés que preencheram de verde e aroma o quintal de casa.

Junto aos primeiros frutos, dois anos depois, nasceu Vanessa. A caçula do casal veio costurar lembranças à trama de décadas entre os Refoscos e a APCEF-SC. Histórias que foram contadas para a produção deste livro em um encontro de toda família – mais genros –, durante churrasco do agora aposentado Gilmar, na APCEF-SC, em um sábado quente de novembro de 2019.



O CASAL GILMAR E IVANI
REFOSCO, MAIS DE 30
ANOS DE RELAÇÃO COM A
APCEF-SC

A viagem entre Xaxim (SC) e Florianópolis (SC), em 1995, durava entre 10 e 12 horas. O trajeto envolvia trechos complicados, poucas paradas decentes na beira da estrada, toca fita K-7 rodando no painel e vento balançando os cabelos.

CÁ PRA NÓS

A BR-282

Projetada em 1950, a BR-282, principal rodovia de ligação entre o litoral e o oeste do estado, teve sua construção iniciada em 1983, no governo Esperidião Amin (1983-1987). Depois de anos sem investimento, o mandato de Vilson Kleinübing (1991-1994) executou as obras que asfaltou praticamente toda a estrada.

HISTÓRIAS

Em setembro de 1989, Eleonora Maria dos Santos veio de Curitiba (PR), onde morava com o marido Celso, para um feriado romântico de 7 de setembro, no camping da APCEF-SC. O casal montou no lote 7 sua pequena barraca, “modelo Transa-A2, pouco maior que um túmulo, onde não se conseguia ficar em pé”, para usar a descrição da própria colega. Com o tempo nublado, havia apenas mais uma barraca no espaço, maior, para cinco pessoas, com varanda e tudo. Seus moradores, Eleonora lembra, estavam jogando cartas na pista da cancha de bocha (atual Centro de Eventos).

NINGUÉM SAI

Veio a noite e o vento nordeste sacudiu toda a pequena estrutura da barraca dela. No outro dia, Eleonora conta que bateu um vento oeste, que trouxe uma chuva forte, que pôs abaixo a varanda dos vizinhos. O aguaceiro invadiu o cantinho do casal, que não resistiu em embrulhar tudo e voltar para Curitiba, no Del Rey 1982 emprestado, modelo ouro, “com ar-quente”. Ao partirem, notaram que a outra barraca era só um amontoado de lona, tamanho descaso dos seus ocupantes. Até hoje, Eleonora fica a imaginar que jogo tão bom os colegas jogavam para não socorrerem o abrigo.

UM TAPA NO REGIME MILITAR

O ex-presidente Hélio Cervelin da Associação (1987-1989), sucessor de Israel Caldeira Júnior, foi um dos economiários que apoiou o movimento dos auxiliares de escritório. Sua nomeação tinha sido em maio de 1978, um mês após a inauguração da reforma da sede, em Jurerê. Tempos rígidos na repartição, quando funcionários eram obrigados a usarem gravata e sapato preto.

Último dos militares do regime ditatorial, João Baptista Figueiredo assumiu em março de 1979 para seis anos de mandato. Com a promessa de “fazer do país uma democracia”, na sequência da política de abertura lenta e gradual instituída pelo antecessor, Ernesto Geisel, (1974-1979), o novo presidente demonstrou pouca disposição em aceitar ideias que viessem da oposição.

Dias após aprovar no Congresso o projeto de reforma partidária, contra a posição do MDB, o presidente desembarcou em Florianópolis (SC) para causar uma confusão histórica, que ficou conhecida como Novembrada. Naquele 30 de novembro, uma sexta-feira, o gerente da Agência Anita Garibaldi, localizada na Rua Felipe Schmidt, liberou mais cedo os empregados. A condição era para que todos fossem pra casa, mas Hélio Cervelin

e outros tantos desobedeceram o pedido.

O caixa executivo posicionou-se na esquina da Rua Felipe Schmidt, escorado à parede de uma loja de roupas, na esquina da Praça XV.

Na sacada do Palácio Cruz e Sousa estavam o presidente Figueiredo, o governador Jorge Bornhausen e Cesar Krauss, ministro das Minas e Energia. Depois de fazer o aceno dúbio que ofendeu o público, o general decidiu descer e enfrentar a indignação popular com a serenidade de quem pede um café, em um dia normal, no tradicional Senadinho, estabelecimento na esquina da Rua Felipe Schmidt com a Trajano. Na praça e pelas ruas próximas, a multidão enfurecida cobriu de insanidade a atitude das autoridades.

Na confusão, o ex-presidente da Associação recorda-se de uma mulher cair perto dele, quase pisoteada. Escortado por seguranças, Figueiredo e demais políticos se dirigiram até o café. Hélio conta que um taxista conseguiu furar o bloqueio e desferiu um sonoro tapa na orelha de Cesar Krauss – para a história oficial, quem teria apanhado foi Figueiredo. O Regime Militar deixava de ser intocável.

PRESENÇA DE MILITARES
EM EVENTO DA CEF-SC,
EM MEADOS DA DÉCADA
DE 1970, QUANDO
JOÃO GASPARINO ERA
GERENTE-GERAL





PRESIDENTE DA
CAIXA, GIL MACIEIRA,
FOTO DOS ANOS 1980

A INJUSTA RAIZ DOS CONFLITOS

Em franco crescimento desde o fim da década de 1970, a Caixa lançou, no ano de 1980, o inédito concurso público para o cargo de auxiliar de escritório. A função inexistia no plano de carreira vigente do banco e mostrou-se como um engodo burocrático para milhares de jovens, na maioria universitários, que ingressaram pelo referido processo público. Esse contingente de novos funcionários desempenhavam as mesmas funções de colegas escriturários, então o nível mais básico da carreira, e recebiam a metade do salário e promoções desiguais.

A manobra, sistematizada durante a presidência de Gil Macieira, tinha por objetivo repor o quadro funcional e suprir rapidamente a gama de serviços ofertados pelo banco, ampliada consideravelmente no período. Uma medida injusta e ilegal, baseada no achatamento de salários, que aproximou colegas de agência, tornou-se assunto comum entre grupos de diferentes unidades do estado até ganhar corpo como um movimento nacional.

Essa onda acabaria com o casamento entre APCEF-SC e Caixa. A data do divórcio: 30 de outubro de 1985.

CÁ PRA NÓS

DIRETAS JÁ

O movimento que pedia pela volta da democracia por meio do voto popular levou milhares às ruas das principais cidades do Sudeste, com manifestações na Candelária, no Rio de Janeiro (RJ), e na Praça da Sé, em São Paulo (SP).

INTEGRAÇÃO ESTADUAL

Apadrinhado por Jorge Bornausen, Esperidião Amin foi eleito o primeiro governador de Santa Catarina da reabertura democrática, em 1982. Para cumprir com a integração estadual, um dos itens prometidos na "carta aos catarinenses", principal peça de sua campanha, o político fechou as BRs 163, 158, 477, 280, 283 e 282, instalou 321 km de transmissão, construiu quatro novas subestações, ampliou outras 41 e instalou 7.095 km de redes de eletrificação rural. Indiretamente, essas obras favoreceram a integração da APCEF-SC com o interior, intensificadas nos anos 1990.

ECONOMIA ARRASADA

A política de substituição das importações, com elevação dos gastos públicos no governo militar, combinada com a dívida externa crescente para financiamento do "milagre econômico", além da crise do petróleo, são fatores que explicam a inflação de até 80% ao mês, na década de 1980 (média anual de 499,2%, em dez anos).

NÚMEROS DA CAIXA

De 1979 a 1983, o número de unidades da Caixa no Brasil aumentou de 777 para 2.250 (290%), enquanto a quantidade de funcionários foi de 22.901 para 33.781 (147%).



DE CARONA PARA O NORDESTE

Depois de uma década de 1970 efervescente, com a liberdade de expressão sendo reconquistada gradativamente, a juventude descobriu-se cansada de só debater entre si, diante dos desmandos do Regime Militar. As mazelas sociais, intensificadas pela inflação em descontrole e alta taxa de desemprego, uniram economiários, bancários e outros segmentos em campanhas pela redemocratização do país.

Essas mobilizações nacionais de trabalhadores, de distintas categorias e realidades, colocaram fogo no parquinho Brasil, insuflado por 6,5 mil greves ao longo daquela década.

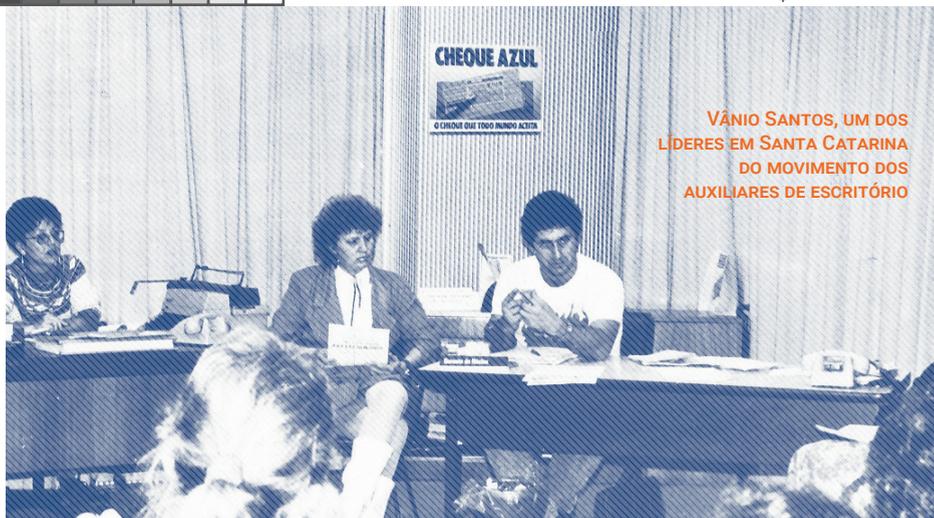
Vânio dos Santos foi nomeado como auxiliar de escritório da Caixa um ano depois da Novembrada. Tinha formação política baseada no movimento estudantil e, se estivesse na Praça XV, na tarde de 30 de outubro, não resistiria em juntar-se aos estudantes do DCE da UFSC, engrossando os gritos de protesto.

Em suas primeiras férias no banco, no início de 1983, Vânio viajou para Tubarão (SC), onde convenceu um caminhoneiro a levá-lo até a Bahia. Em troca, se dispôs a ajudar na descarga da mercadoria. Desse jeito mambembe, visitou nove capitais nordestinas, sem conhecer uma praia sequer.

A indignação dos auxiliares de escritório atingiu o ápice naquele ano, época em que a filial de Santa Catarina tinha 516 funcionários nessa condição, quase a metade do quadro funcional. Nacionalmente, eram dez mil servidores.

Em cada cidade, Vânio procurava pelas agências da Caixa e tramava elos para reforçar a hipótese que o levava tão longe: os auxiliares de Santa Catarina não estavam isolados. A revolta da classe era um sentimento nacional.

Dois dias após o fim de suas férias, Vânio estava ainda em João Pessoa (PB). Havia esquecido do tempo, tamanha empolgação por testemunhar o nascimento de um movimento nacional de trabalhadores. Regressou a Santa Catarina de avião, com dezenas de contatos do Nordeste.



VÂNIO SANTOS, UM DOS
LÍDERES EM SANTA CATARINA
DO MOVIMENTO DOS
AUXILIARES DE ESCRITÓRIO

UNIÃO DOS AUXILIARES DE ESCRITÓRIO

Vânio dos Santos não agiu só. Outros grupos se formaram em estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná. O assunto estava na pauta da FENAE e era abordado pelo presidente José Gabrielense Gomes Duarte nas audiências que conseguia com Gil Macieira, o presidente da Caixa. Este último, manifestava solidariedade às reclamações, mas resistia em desfazer a medida injusta por meio de promoção automática dos servidores.

Do Sul veio a reação mais significativa. Um grupo de 25 funcionários gaúchos remeteu uma petição à Justiça Federal, em 15 de julho de 1983. Foi uma das dezenas de ações que a Caixa passou a responder, com pedidos de enquadramento automático dos auxiliares ao Plano de Cargos e Salários.

No 1º Encontro Nacional dos Auxiliares de Escritório, no Rio de Janeiro, 500 economiários votaram contra a iniciativa da Caixa de promover os escriturários básicos por meio de concursos internos.

O movimento ganhou corpo, comissões específicas se formaram por todo país, culminando no 1º Encontro Nacional dos Auxiliares de Escritório, no Rio de Janeiro (RJ), que reuniu cerca de 500 economiários, entre eles o presidente da Associação, Israel Gomes Caldeira Júnior. O grupo decidiu por um categórico “Não” à solução oferecida pela Caixa. O banco propôs resolver a questão por meio de concursos internos e inflamou ainda mais a mobilização. Vânio dos Santos integrou a comissão de líderes que levou ao gabinete de Macieira, em setembro de 1983, o abaixo-assinado com 12 mil assinaturas.

O primeiro edital saiu, de qualquer forma, e foi desmascarado como outra enganação por parte da cúpula da empresa. Os auxiliares estavam agora vigilantes, examinando cada documento oficial publicado de Brasília. A decisão foi pelo boicote ao processo seletivo, esvaziando as salas no dia das provas. Como represália, 12 funcionários paulistas foram demitidos.

CÁ PRA NÓS

BULLYING

Oprimidos na posição de opressores, uma brincadeira sobre a obrigatoriedade no uso da gravata fez vítima duas estagiárias e arrancou risadas na repartição da Agência Miramar, em abril de 1983. Ambas receberam a informação de que as mulheres passariam a portar obrigatoriamente o famigerado acessório no pescoço, justamente no dia em que elas começaram na função. Devidamente engravatadas na estreia, as duas levaram na esportiva e até posaram pro jornal da APCEF-SC.

PARA ALÍVIO DOS PAIS

Sandra Regina Kretzer, filha de Nilton José Kretzer, foi a responsável pelas primeiras colônias de férias da APCEF-SC. A maior delas ocorreu na temporada 1985, com a participação de 70 crianças, de quatro a 12 anos. O descanso dos pais ficou garantido pelas atividades de pintura, desenho, modelagem e colagem, além da prática esportiva, com futebol, vôlei, ginástica olímpica e até capoeira. O programa contava ainda com boate infantil e cineminha, com três refeições diárias.

POLÍTICA E ARTE

No dia 22 de maio de 1985, os economiários promoveram passeata em Florianópolis para reivindicar jornada de seis horas diárias e direito à sindicalização. O bumbo tocado por Vânio dos Santos só foi interrompido para a apresentação da peça de teatro “Folias do Coração”, de Geraldo Carneiro. Política e arte estavam de volta às ruas e, naquele mesmo dia, o economiário Sérgio Luiz Madeira lançou seu livro “Como os Pássaros”, na Agência Miramar.

DEMOCRACIA REINICIADA

Até Zuleida Martins da Rosa ficou surpresa com a força do golpe dado por ela na mesa. Era dezembro de 1984 e a jovem economiária tinha acabado de ouvir do gerente da Agência Anita Garibaldi, Nilton José Kretzer, a lista de benefícios que os funcionários perderiam na virada daquele ano, reduzindo quase à metade os vencimentos mensais.

A reação intempestiva de Zuleida rendeu comentários apaziguadores de colegas, que a alertaram sobre o risco de demissão por agir daquela forma. Uma das mulheres presentes na reunião, no entanto, chamou-a no canto e questionou até onde ia aquela revolta.

Zuleida entrou assim para o movimento dos economiários, organizados não só para lutar pela promoção dos auxiliares de escritório, mas que já haviam agregado bandeiras como a jornada de seis horas e o direito à sindicalização como bancários.

Os encontros eram marcados com cautela, na Sede Social Dario Pederneiras da APCEF-SC, na Rua Trajano, e em salões de festas de condomínio dos integrantes do grupo. Nos bares do Centro, após o expediente, o grupo tocava no assunto por meio de códigos próprios, com receio de serem alvos de infiltrados.

Cada novo membro era aprovado pelos demais e a indignação demonstrada pela reação de Zuleida, nomeada no banco em julho daquele ano, foi suficiente para que ela participasse.

Os encaminhamentos das reuniões eram divulgados por publicações panfletárias e simplórias, reproduzidas a partir de mimeógrafos de sindicatos e de outros apoiadores. Eram distribuídos às demais agências por malotes, escondidos entre as correspondências.

Integrante do movimento, responsável pela produção de muitos desses informes, o economiário e jornalista Robert Willecke lembra de casos de envelopes com conteúdo particular que foram violados pela administração das agências, sob o pretexto de caçar os pasquins do grupo.

Em 1985, a mobilização intensificou-se. Tancredo Neves foi eleito indiretamente em 15 de janeiro, após derrota da emenda Dante de Oliveira pelas Diretas Já.

Após 21 anos, o poder retornava à sociedade civil, em um reinício democrático instável, que só seria confirmado três anos depois, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os sobressaltos até a oficialização da Carta Magna começaram com a hospitalização de Neves, na véspera da posse, em 14 de março. O político mineiro faleceu sete dias depois, intensificando as crises política e econômica que acompanhariam todo o mandato de José Sarney, o primeiro dos vices a presidir o país na nova fase democrática. De bases frágeis, com os militares à espreita, aqueles primeiros anos pós Regime dariam coragem para que o ativismo dos movimentos ganhasse as ruas e espaços republicanos, com relativo êxito daqueles mais organizados.

COM O DEPUTADO PIMENTA DA VEIGA, O PRESIDENTE DA FENAE, JOSÉ GABRIELENSE



A GREVE QUE MUDOU TUDO

Os motivos por trás da reivindicação por redução na jornada dos trabalhadores da Caixa, sem perda na remuneração, eram os mesmos que pautaram a primeira greve dos bancários no Brasil, em Santos (SP), no dia 18 de abril de 1932. Com a ação, a categoria – exceto os empregados do banco – conquistou o direito de trabalhar por 30 horas semanais.

Mais de 50 anos depois, os economiários iriam apelar outra vez por igualdade de tratamento perante a legislação trabalhista, com deveres e direitos básicos desfrutados por bancários, como o de sindicalização.

No alvorecer de 30 de outubro de 1985, cartazes e faixas tomaram a Rua Felipe Schmidt, no Centro de Florianópolis (SC), à vista de quem passasse na frente da Agência Anita Garibaldi, no Centro Comercial ARS. As peças, que exclamavam por “Seis Horas Já!”, estavam reproduzidas nos arredores de outras agências pelo estado e unidades do banco por todo país, em uma das maiores greves já feitas em âmbito nacional.

“De Norte a Sul, o Brasil aqui está! Se não vier seis horas, a Caixa vai parar”, era frase empunhada pelo grupo de 500 funcionários em protesto na frente da matriz, em Brasília (DF), no dia 30 de outubro de 1985.

A paralisação foi definida no 1º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (1º Conecef), realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília (DF), no dia 20 de outubro de 1985.

No dia definido pelo Congresso, os empregados Caixa cruzaram os braços por 24 horas, enquanto chefes se fecharam no interior das agências, sem intervir na mobilização. “De Norte a Sul, o Brasil aqui está. Se não vier seis horas, a Caixa vai parar”, era frase empunhada por 500 funcionários reunidos diante da matriz, em Brasília (DF). Na capital catarinense, músicas de Mercedes Sosa e Geraldo Vandré desata-vam o choro de grevistas, emocionados pela adesão quase completa.

Com o ato, o presidente da Caixa, Marcos Freire, enviou ofício ao presidente José Sarney (MDB). No dia 4 de novembro, Pimenta da Veiga, líder do governo na Câmara dos Deputados e opositor ferrenho ao movimento, assinou requerimento para que fosse votado com urgência o Projeto de Lei 4.111/84 do deputado Leo Simões. O Senado aprovou no começo de dezembro e, no dia 17, saiu a sanção da Presidência da República.

CÁ PRA NÓS

POR QUE SEIS HORAS?

A justificativa médica para a redução da carga horária diária de trabalho decorria do desgaste físico e mental causado pela tarefa cotidiana de lidar com grandes somas de dinheiro. A concentração exigida para evitar incorreções causava um sofrimento ainda maior ao trabalhador, defendiam bancários de 1930 e economiários dos anos 1980, pois cabia aos operadores a reposição, em até três dias, de qualquer prejuízo causado durante a movimentação efetuada no dia.

Fraudes eram comuns e o atendimento para saque e depósito, bem como o processamento dos juros sobre as cadernetas de poupança, eram tarefas executadas manualmente, conta a conta, através de aparelhos rudimentares.

ENFIM, BANCÁRIOS

Com a Lei 7430/85, o artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passou a vigorar com a seguinte redação: “A duração normal do trabalho dos empregados em bancos, casas bancárias e Caixa Econômica Federal será de seis horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo um total de 30 horas semanais.”

E OS AUXILIARES?

O boicote ao primeiro processo seletivo não resultou em mudança na postura do banco, que lançou uma série de concursos para promover auxiliares à escriturários. Boa parte dos funcionários buscou o direito na Justiça. Os 12 colegas paulistas demitidos, foram reintegrados em 1986.

MOB ALCANÇA OS PORTÕES DE JURERÊ

Entre 1987 e 1992, a APCEF-SC tornou-se um braço de apoio ao “novo sindicalismo”, termo usado para caracterizar os movimentos que empregavam táticas mais combativas de negociação com empregadores, a exemplo das greves do ABC paulista, principiadas no final dos anos 1970.

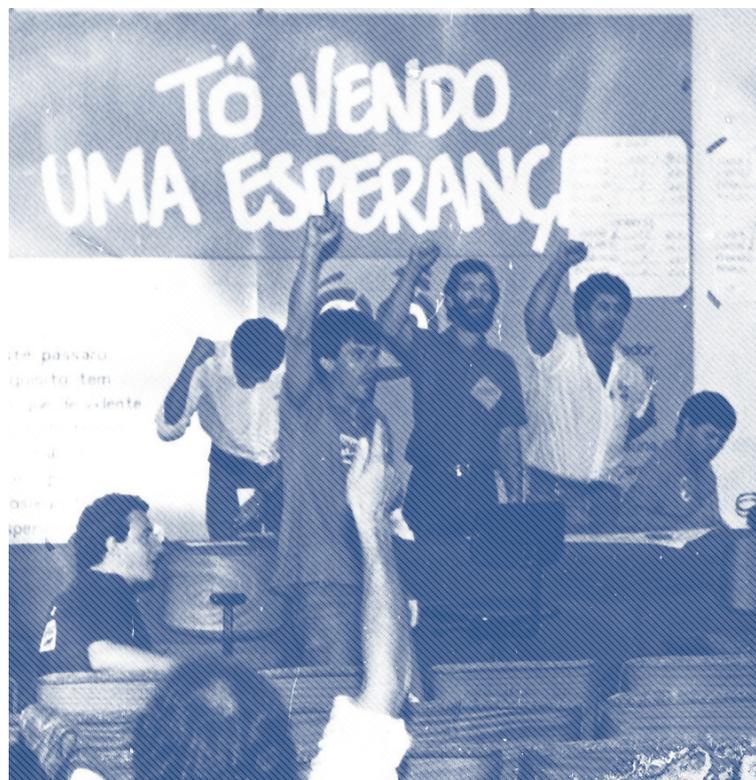
Em Florianópolis (SC), um dos grupos mais bem sucedidos desse modelo foi o Movimento de Oposição Bancária (MOB), criado por bancários de diferentes instituições. Da CEF-SC, eram integrantes os colegas Ricardo Freitas, Vânio dos Santos, Robert Willecke, Luiz Paulo de Castro, Suzana Lucrécia Gava, entre outros.

Assumir o comando do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região (SEEB) era uma das prioridades do grupo,

que considerava a diretoria eleita em 1984 apática e demasiadamente assistencialista.

O estopim para o surgimento do MOB foi a campanha salarial de setembro de 1985, quando a maioria das reivindicações apontadas por seus membros fundadores foram ignoradas pela direção sindical. O grupo se lançou imediatamente como alternativa para defender os interesses da categoria.

Ainda restava um ano e meio para as eleições do órgão, mas os integrantes não esperaram para entrar em ação, em conjunto ao movimento de economiários. Estavam próximos de realizar a primeira paralisação nacional dos funcionários Caixa desde a fundação do banco, em 1861.



ASSOCIAÇÃO SINDICAL

O caráter sindical da APCEF-SC atingiu o ápice nos mandatos de Hélio Cervelin (1987-1989) e Luiz Hamilton de Moura Ferro (1989-1992). Perdida a batalha das eleições diretas para a Presidência da República, partidos, grupos organizados e entidades representativas de trabalhadores se voltaram às respectivas bases para proteção de direitos, da democracia e do serviço público.

A hiperinflação e a incompetência do presidente José Sarney em criar saídas na maior crise econômica já vivenciada pelo país gerou um cenário de risco às estatais, expostas à especulação do setor privado. Ao mesmo tempo, o congelamento de preços e salários, medida do famigerado Plano Cruzado (fevereiro de 1986), abocanhou mês a mês o dinheiro no bolso dos trabalhadores – entre 1º de setembro de 1977 e 30 de maio de 1988, os funcionários da Caixa perderam o equivalente a 3,6 salários pela corrosão inflacionária (Dieese).

Inspirado pela impulsividade do MOB, a chapa Novo Tempo também soube se mostrar aos associados da APCEF-SC bem antes da eleição. Em novembro de 1986, o grupo lançou



PRIMEIROS COMPUTADORES EMPREGADOS NA CEF-SC,
NA SEGUNDA METADE DA DÉCADA DE 1980

pesquisa entre os funcionários CEF-SC, intitulada como “APCEF que temos”. Em 14 de fevereiro do ano seguinte, a meses da votação, uma convenção estadual extraoficial definiu as propostas e os nomes da chapa, itens amplamente divulgados entre os servidores da CEF-SC.

Encabeçados por Hélio Cervelin, o perfil dos componentes da Novo Tempo era de jovens, com até dez anos de carreira, auxiliares de escritório, lideranças do “novo sindicalismo” ou ex-funcionários do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Inflammados pelas conquistas de 1985, eram movidos pela adrenalina das negociações com empregadores do setor bancário e nutriam aversão aos privilégios que colegas mais antigos gozavam.

Ao assumirem a direção da APCEF-SC, em maio de 1987, as primeiras medidas foram no intuito de desconstruir vínculos entre ex-membros da entidade e dirigentes do banco. O jornal *O Economiário*, que dava espaços consideráveis em suas páginas para que dirigentes explicassem políticas do banco, foi substituído por um informativo enxuto, de tom e conteúdos baseados na agenda sindical. Em dois anos, processos e práticas da entidade foram revistos e alinhados às diretrizes da nova administração, inclusive, com aprovação de novo estatuto, em assembleia no simbólico 1º de maio de 1988.

CÁ PRA NÓS

VIZINHO GAÚCHO

Referência histórica na defesa dos bancários, ao lado de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, o vizinho Rio Grande do Sul conquistou posição estratégica na representação dos trabalhadores antes de 1985. Presidente da APCEF-RS entre 1984 a 1986, após defender a causa dos auxiliares de escritório, Sérgio Nunes da Silva, o Serginho, foi eleito presidente da FENAE (1986-1993), em um dos períodos mais desafiadores para a entidade.

FENAE, FENART E FENEC

Sob a administração do gaúcho, a Federação criou os Jogos da FENAE, em substituição ao extinto Jogos da Caixa, além dos festivais Fenart e Fenec. Na primeira edição, em Belo Horizonte (MG), em 1987, as meninas do vôlei repetiram o feito de 1984, no Rio de Janeiro (RJ), e ganharam a medalha de ouro. Marli, a craque do time nas duas disputas, foi escolhida pela organização para conduzir a tocha olímpica. No evento, Luiz Zimmermann Damásio, ex-presidente da APCEF-SC, foi prata nos 100m rasos.

TESTEMUNHA DOS FATOS

Economiário nas horas pagas, Edson Simas foi aperfeiçoando o hábito de registrar, por foto ou vídeo, o que a passagem do tempo lhe apresentava. Ao se aposentar, tinha consigo uma coleção de histórias da Ilha e dos economiários, muitas delas gravadas através da lente de sua Super-8. Os 8'30" que ele filmou para acompanhar a implosão do prédio da Agência Miramar, em 5 de agosto de 1990, remexe com as lembranças de quem trabalhou no local. As greves da década de 1980 são outros registros do rico acervo.



SENTADO, LUIZ HAMILTON DE MOURA FERRO, SEGUNDO PRESIDENTE DA GESTÃO NOVO TEMPO, ENTRE 1989-1992

OS LEGADOS DA NOVO TEMPO

Com a publicação do novo estatuto no Diário Oficial do Estado, em 22 de julho de 1988, a Associação voltou a ser denominada como Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal (APCEF), ao invés de ABEFSC, empregado desde 1968. A mudança foi respaldada por um movimento nacional de padronização das entidades representativas dos economiários, liderado pela FENAE, que diferenciava as APCEFs do país apenas pela sigla correspondente a cada estado (APCEF-SC, APCEF-RS, APCEF-PR, APCEF-RJ, etc.).

A razão social não foi a única alteração oficializada pelo documento de autoria de Luiz Hamilton de Moura Ferro, então segundo vice de Cervelin e, na época, gerente de Processamento da Agência de Blumenau (SC). O estatuto estendeu o mandato de cada gestão para três anos, com possibilidade de uma reeleição, e criou ainda o Conselho de Representantes (Corep), em substituição ao Conselho Deliberativo – os membros eleitos em 1987 foram absorvidos pelo novo fórum decisório da Associação. Formado por eleitos de cada unidade da CEF-SC a, o novo órgão teve como primeiro presidente Robert Willecke e consistia em uma espécie de 2º

poder na administração, dentro da proposta de interiorizar e democratizar a entidade.

Nesse sentido, a diretoria executiva foi reorganizada para dividir e horizontalizar a gestão. Além dos departamentos Social, de Imprensa, de Patrimônio, Cultural, de Benefícios e de Esportes, foi criada a área de Relações de Trabalho. Um dos primeiros desafios do setor foi o de mediar os processos dos auxiliares de escritório catarinenses contra a Caixa. Entre maio de 1987 e julho do ano seguinte, 125 ações foram ajuizadas pela APCEF-SC.

Para além do texto do estatuto, outras iniciativas da Novo Tempo reverberaram pelos anos seguintes. Os Jogos de Integração, interrompidos entre 1983 e 1987, foram retomados e realizados até os 60 anos da APCEF-SC. O reencontro dos catarinenses com o esporte ocorreu em Blumenau, em 1988, evento que estabeleceu um parâmetro em número de inscritos e de modalidades que seria seguido e superado pelas edições posteriores.

O esporte teve programação ampliada e diversificada na APCEF-SC, entre 1989 e 1992, inclusive com a organização de uma competição de pesca na Beira-Mar Norte, em frente ao bar Koxixo's – realizado na gestão seguinte. Os torneios de soquete e futebol de salão ganharam edições que cobriam quase todo o ano de agenda na Sede Balneária. Para os fãs de carreado, foi criado o Salão Verde, e para os saudosos, a cancha de bocha que existia no terreno antes da reforma de 1978 foi reconstruída ao lado da área de camping.

“A atuação das Associações tem limites e acreditamos que a APCEF-SC alcançou o seu. Não podemos substituir os sindicatos, mas, também não podemos reduzir-nos a questões esportivas, culturais e de lazer. Constatamos que a Associação deve exercer o papel de aprimorar o nível de consciência política de seus associados, inclusive, através dos espaços já consolidados, como de cultura, lazer e esporte.”

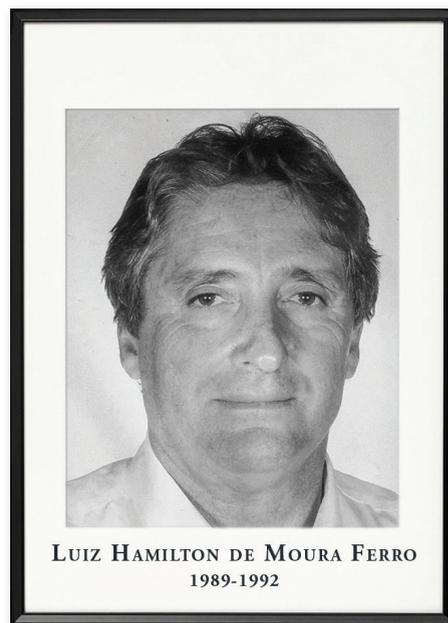
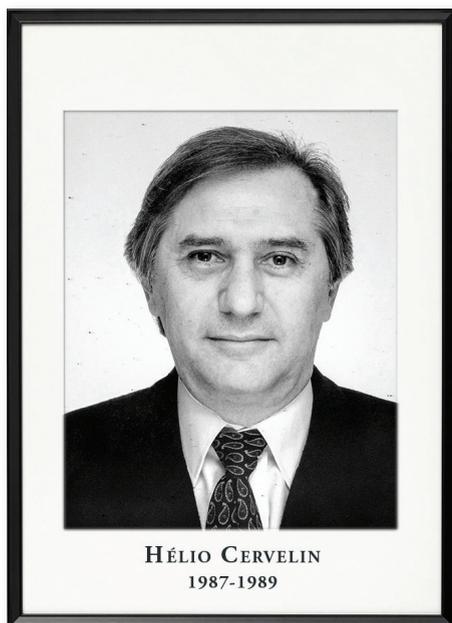
TRECHO DE EDITORIAL DO INFORMATIVO Nº 42, DE 2 DE JUNHO DE 1988, SOBRE A IDENTIDADE QUE A NOVO TEMPO PRETENDIA PARA A ASSOCIAÇÃO.

No campo administrativo-financeiro, foi na gestão Novo Tempo que a Associação entrou na era da informática, com a compra de computadores SP-16, AT e XT, quatro drivers e dois winchesters. Essa modernização foi colocada a serviço, principalmente, do Cheque APCEF/Convênios. Criado em novembro de 1987, o benefício superou a mensalidade como principal fonte de receita da entidade até 1992. Através do “chequinho”, o associado podia pagar em até 30 dias as compras feitas via talões do convênio. No início de 1992, eram 185 estabelecimentos em Santa Catarina, o que rendia Cr\$ 3 milhões aos cofres da Associação em aplicações e taxa administrativa.

Ao longo dos anos, essa política de benefícios foi alterada por avanços tecnológicos – cartões magnéticos e internet –, mas a dinâmica básica de vantagens e parcerias comerciais foi mantida. Também perseverou no tempo o critério de pontuação nas reservas para as temporadas de verão. A iniciativa pôs fim aos privilégios e tornou a disputa por apartamento ou lotes do camping mais justa, inclusive, para associados do interior. Para esse grupo, aliás, a Novo Tempo implementou a prática de repasses às subsedes da APCEF-SC e grêmios de economiários pelo estado.



MURAL DE EX-PRESIDENTES APCEF-SC



CÁ PRA NÓS

ASSOCIADOS SATÉLITES

Edson Simas representa um grupo distinto de funcionários Caixa que ergueu residência próxima da Sede Balneária da APCEF-SC, em Jurerê. Um dos primeiros a se mudar para o bairro foi o ex-presidente Osni Nunes. Ao lado da esposa Jane, ele construiu na região no início da década de 1970 e viram seus filhos crescerem pelas dependências do clube.

NOVO TEMPO

No lugar do sepultado informativo **O Economiário**, foi lançado pela diretoria o **Caixeiro Viajante**. O título da publicação pegou mal entre os leitores e o jornal teve apenas uma única edição, que Cervelin mantém em uma pasta azul, como recordação.

FOGO DE CHÃO

A APCEF-SC teve dias de Centro de Tradições Gaúchas no final dos anos 1980 e início dos 1990. O ex-presidente Isair Dallazen (2004-2007) tinha sido recém-admitido como funcionário Caixa, vindo do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), e lembra dos festivais típicos, que ganharam espaço no calendário de eventos da Associação. Eram animados por bailes e apresentações artísticas, com a presença de chuleadores, boleadores, gaiteiros e declamadores de poesias. A preparação tomava a semana de véspera, com o corte do charque para o carreteiro que servia mais de 400 pessoas no jantar de sábado. Para que o culto às tradições fossem reproduzidas conforme a cartilha, quem orientava os jovens sobre costumes, cultura e folclore era Modesto, gaúcho de Alegrete (RS) e pai da economiária Sandra Rodrigues. Olha, até manezinho da Ilha foi visto pilchado.

O DIVÓRCIO COM A CAIXA

A “nova filosofia de trabalho associativo” implantada na APCEF-SC, a partir de 1987, baseada no apoio institucional às causas do sindicato dos bancários, marcou a ruptura da entidade com a Caixa. Durante os cinco anos de gestão Novo Tempo, Associação e banco se posicionaram em polos antagônicos, com interações conflituosas ou estritamente oficiais.

Na verdade, as tensas negociações salariais e a participação ativa de dirigentes da instituição dos economiários resultou em retaliações por parte da empresa. Foram encerrados convênios e apoios firmados por gestões anteriores, que representavam parcela considerável do orçamento da APCEF-SC. Após mais de uma década de conta no azul, a entidade passou a lidar com sucessivos balancetes negativos, com impacto direto no desenvolvimento da entidade e do patrimônio. Consequentemente, a infraestrutura da Sede Balneária se deteriorou até meados de 1990, quando a diretoria pode investir em reparos e melhorias paliativas.

A ampliação no calendário de eventos culturais e esportivos, além do crescimento do número de estabelecimentos comerciais conveniados, não foram suficientes para causar uma debandada de associados. Alheios à importância da luta sindical, muitos funcionários Caixa suspenderam as mensalidades por considerarem o custo-benefício desvantajoso.

Hélio Cervelin (1987-1989) conta que chegou a armar barraca na área de camping, em Jurerê, para morar, provisoriamente, próximo da sede e administrar a série de problemas que surgiram em decorrência da ruptura com o banco.

Além dos cortes nas receitas, a gestão teve que bancar uma sindicância externa para apurar responsabilidades em torno de novo caso de furto na instituição, ocorrido durante gestão anterior – um funcionário foi responsabilizado, na época.

Quem fechou as portas do banco à Associação foi Juez Alvez Nunes, gerente-geral da CEF-SC durante a virada para a década de 1990. Diretor na gestão Edgar Lopes Silva, mentor de Israel Gomes Caldeira Júnior para a eleição de 1983, o economiário era um representante da velha guarda e, portanto, opositor natural aos rumos dados à Associação pela Novo Tempo.

No período, a APCEF-SC deixou de mediar a gestão



JUAREZ ALVEZ NUNES, GERENTE-GERAL DA CEF-SC
DURANTE A GESTÃO NOVO TEMPO (1987-1992)

do vale-alimentação dos empregados do banco. Foram encerrados também o convênio sobre negócios imobiliários da empresa, que rendia comissões à entidade dos economiários, e o acordo que favorecia a filiação automática de novos funcionários Caixa na Associação foi descontinuado. Outra medida drástica foi o despejo da APCEF-SC dos imóveis até então usados para o funcionamento do restaurante e do Centro de Cultura Física, ambos no Centro de Florianópolis.

Além do troco institucional, membros da diretoria da Associação e funcionários que participavam das ações promovidas pelo sindicato eram ameaçados e perseguidos pelas chefias de setor. Em julho de 1987, Suzana Lucrécia Gava foi transferida pelo chefe da Divisão de Loterias por este “não concordar com suas posições políticas”.

A Associação reagiu com notas de repúdio, publicações na íntegra de troca de mensagens com a gerência da CEF-SC. A situação financeira e as medidas para remediar o prejuízo foram expostas no informativo em 23 de junho de 1988.

DEMISSÃO EM MASSA

Após 29 anos, os brasileiros finalmente foram às urnas para escolher seu presidente. Fernando Collor de Mello venceu Luiz Inácio Lula da Silva com 52% dos votos, após um segundo turno acirrado e polêmico. Em março de 1990, o eleito instituiu o Plano Collor, dando início ao confisco dos depósitos nos bancos, inclusive, da sagrada caderneta de poupança de milhões de brasileiros.

Com interesse no desmonte do funcionalismo público, o presidente deflagrou a propalada caçada aos marajás, baseada na narrativa distorcida de que a culpa da crise econômica era explicada pelos “salários milionários” do funcionalismo público.

Nessa linha, em 18 de junho de 1990, no 100º dia de governo, foram despedidos 100 mil trabalhadores. Na Caixa, 2,5 mil servidores foram dispensados com apenas uma canetada do presidente do banco, Lafaiete Coutinho. O grupo havia ingressado na empresa via concurso público, realizado no final do governo Sarney, e ostentava os menores vencimentos do quadro funcional.

Para lutar pelos colegas, as APCEFs e a FENAE se uniram em torno da campanha “Readmitir para não destruir a Caixa - um banco social”. Foram meses de negociações até que os bancários fossem readmitidos. Foi a única categoria a conseguir a reintegração no governo Collor, aliás.

Outra perseguição do governo foi deflagrada com a forte campanha salarial de 1991, com dimensões semelhantes à greve de 85. Os bancários se uniram aos petroleiros e pararam por 20 dias, em oposição ao governo Collor e a política neoliberal.

A greve foi considerada ilegal em 27 de setembro, uma sexta-feira. No domingo, o novo presidente da Caixa, Álvaro Mendonça, anunciou pelo Fantástico, da *TV Globo*, que os trabalhadores que não voltassem ao trabalho seriam demitidos. No dia 1º de outubro de 1991, por razões políticas, 109 funcionários da Caixa perderam seus empregos, sendo dez deles com atuação em Santa Catarina.

Como reação, a FENAE lançou campanha intitulada “Não toque em meu companheiro”. A mobilização engajou 35 mil empregados da Caixa para doarem o equivalente a um dia de ticket alimentação e bancar os salários dos demitidos enquanto durasse a negociação.

Em uma demonstração de força e solidariedade da categoria, em outubro de 1992, após pressão do movimento, os bancários foram reintegrados.

Collor seria impeachmado dois meses depois.

CÁ PRA NÓS

NOITE HAVAIANA

Nem só de vanerão divertiam-se os economiários daqueles tempos, obviamente. No carnaval de 1988, a “Noite Tropical”, com temática havaiana, transcorreu ao redor da piscina. O título de “garota tropical”, disputado entre garotas de 14 a 19 anos, foi vencido por Sineide Sonia Streinbach. Pela conquista, ela ganhou uma joia.

PÉ-QUENTE

O Avaí, time de Florianópolis (SC), sagrou-se campeão do Catarinense de 1988, depois que o elenco se concentrou na APCEF-SC para o Hexagonal. Os titulares daquele Avaí: Almir, Adílson Gomes, Adilson Heleno, Belmonte, Betinho, Biguaçu, Celinho, Elísio, Falcão, Flávio Roberto, Fossati, Gilson e JJ.

LIVROS DO LÁBIO

Em junho do mesmo ano, o economiário Marcos Antônio de Lábio lançou seu sexto livro, em um evento na Agência Miramar. As poesias de “Criação” somaram-se aos outros títulos do autor: “Intimidade”, “Imagem”, “Contradições”, “Auréola” e “Picadeiro”.

OS BRUXOS

Com tantos escritores, a APCEF-SC lançou livro com coletânea de poesias economiárias. A obra “Os Bruxos” foi lançada em 1991, e reunia textos de Lábio, Elizane Fátima Chaves, Eloyr Pedroso, Hélio Cervelin, Liane Nara Flores Minuzzi, Osório José de Andrade Neves, Rodger Fernandes, Romilda Ruela, Vadilson Martins Kindermann, Valdemar Francisco Grando e Wilson Irajá Tabora Ribas Júnior.



O ESPETÁCULO VAI COMEÇAR

Dois de agosto de 1988, 21h, Teatro Álvaro de Carvalho, em Florianópolis (SC). Abrem-se as cortinas.

(Diálogo)

Homem de Mercedes - De que adianta buzinar? Não resolve...

Homem do Fusca - Mas aporrinha.

Homem da Mercedes - Adianta?

Homem do Fusca - Sei lá. Pior é ficar de braços cruzados. Não é à toa que cruzam os braços dos mortos."

(...)

O trecho da peça *O Túnel* (1978), de Dias Gomes, esteve na estreia

do Pyxis, uma das iniciativas culturais mais bem-sucedidas da APCEF - SC. Fundado em março de 1988, o grupo de teatro formado por economiários, extrapolou os limites do banco, saiu em turnê pelo estado e ganhou o público pelo Brasil.

Um sonho projetado por Gilberto Piniheiro dos Santos, quando ainda estava à frente do Departamento Cultural, entre 1979 e 1985, foi concretizado na gestão Novo Tempo e perdurou até a segunda metade da década de 1990, sob mandato de Luiz Cesar Zimmermann Damásio. A iniciativa teve como motivação a criação, pela FENAE, do Festival Nacional de Representação Teatral (Fenarte), com a primeira edição realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 1987.

Orivaldo dos Santos foi componente do Pyxis desde a fundação. Estava prestes a se aposentar como funcionário da CEF-SC, na época, e entregou-se ao teatro amador para viver uma das experiências mais intensas de sua vida.

Até ali, sua relação com a cultura esteve presente na gravação de alguns rolos de filme Super-8, roteiros de curta-metragem engavetados, uma crescente coleção de vinis, a função de projetista do Cineclube da FAF (Faculdade de Filosofia, que deu origem ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da UFSC) e a autoria da coluna de crítica cultural, intitulada Paisagens Sonoras, publicada esporadicamente no extinto jornal *O Estado*.

Ao subir no palco pela primeira vez, prestes a completar 50 anos, foi como se Orivaldo deixasse de ser espectador para vivenciar a arte no contato dos pés com o tablado. Os generosos aplausos que recebeu naqueles dias junto aos colegas marcaram profundamente o economiário. Dez anos após a estreia, dos Santos escreveu algumas reminiscências sobre o grupo.



QUASE DEZ ANOS...

“Sete de agosto de 1988. Noite. O Vila Velha, o mesmo onde Bethânia, Caetano, Gal e Gil alavancaram sua trajetória, lotado. E em sua área externa muita gente. Escuridão. Os acordes contundentes do sintetizador impulsionam a pisar no palco do teatro de Campo Grande, bairro famoso de Salvador. Adriana Guedes Willecke, Carlos Alberto da Silva, Mário Cesar de Souza Damas, Orivaldo dos Santos, Paulo Mutzemberg, Robert Willecke, Rosana Margareth Kath, Rosane Maria Fedato e Sandra Regina de Souza Kretzer. Acompanhados por Albertina de Cássia Silveira (contrarregra) e Márcio Cesar Tonelli Santos (iluminação e sonoplastia), comandados pelo Júlio César Caldas Alvim de Oliveira e, daqui da Ilha, com emanções positivas da Leila Aparecida Costa. O Grupo Teatral “Pyxis” apresentou à imensa plateia “O Túnel”, última montagem de teatro liberada pela Censura Federal em Santa Catarina. Era a terceira e, infelizmente, definitiva exibição da peça de Dias Gomes.

A manifestação favorável da plateia a um trabalho difícil, encenado por estreantes, coroava os primeiros passos de uma caminhada cultural que se iniciou entre mesas, telefones, sustos no elevador, bombeiros, cadeiras, papéis, armários da sede da APCEF-SC, na Rua Trajano, no Centro de Florianópolis (SC).

Foi ali que o Júlio César e o Carlos Alberto, ambos ex-BNH, arquitetavam o erguimento da ação teatral com trabalhadores da CEF-SC, objetivando que sua dedicação não ficasse limitada aos companheiros, familiares e amigos, mas a todo o público. E isto aconteceu no dia 2 de agosto de 1988, quando “O Túnel” estreou no Teatro Álvaro de Carvalho, depois de somente quatro meses de ensaios.

Depois de “O Túnel” vieram “A Cantora Careca” (de Eugene Ionesco), luminosa montagem de uma das mais famosas obras da literatura mundial, dirigida por Osório Neves, incluída no Festival de Teatro de Timbó (SC), teve indicações de melhor atriz e melhor ator; “Waldirere, a A.M.” (sobre os personagens do cartunista Bonson), do Carlos Eduardo Silva, do 3º Fenarte, Canela (RS); “A Barca dos Amantes” (realização belíssima da Margarida Baird), uma das maiores plateias e também um dos trabalhos mais aplaudidos do 4º Fenarte, em Brasília (DF); e “Ópera Selvagem” (inspirada em “O Viajante Sem Bagagem”, de Jean Anouilh), do mesmo Júlio César. Entre estas montagens, trabalhos curtos: “Amor Gaúcho”, “Em Busca do Coelho Desaparecido”, “Médico à Força”, “Um Romeu e sua Julieta”, “Mulher Maravilha x Super-Homem”, “Ponto de Ônibus”, “O Estrangeiro” e “Tropico de Câncer”.

**DEPOIMENTO DO ASSOCIADO ORIVALDO DOS SANTOS,
MEMBRO DO PYXIS**

CÁ PRA NÓS

PYXIS

O grupo de teatro amador da Associação fazia o possível para levar arte aos rincões do estado. Em uma sexta-feira do início dos anos 1990, depois do expediente, o elenco embarcou no micro-ônibus da entidade para atender um compromisso em Joaçaba (SC), onde havia grande expectativa para a exibição da peça “Cantora Careca”, marcada para o dia seguinte. Conta Paulo Sérgio Rodrigues, um dos integrantes do grupo, que o veículo quebrou na altura de Rancho Queimado (SC).

SEGUNDO ATO

Forçados a retornarem à capital, por conta do conserto paliativo feito na estrada, o grupo de atores partiu de volta ao oeste depois da meia-noite, com carros próprios. O comboio incluía ainda uma Saveiro e uma Parati da APCEF-SC, emprestadas para o transporte dos objetos usados no espetáculo. A BR-282 ainda não estava totalmente asfaltada. Fora a insegurança da pista, um dos motoristas chegou a adormecer no volante, sendo acordado a instantes de uma tragédia. Depois da madrugada insone, a comitiva Pyxis chegou em Joaçaba (SC). Ao desembarcarem dos veículos, exaustos, por volta das 9h, passou pelo grupo uma Kombi, com alto-falante no máximo, avisando: “Loja Barateira apresenta ‘A Cantora Careca’”.

SIM, POR QUE NÃO?

Com o fim do Pyxis, a Associação passou a patrocinar um novo grupo de teatro, que mesclava funcionários da CEF-SC, atores de fora e era apoiado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

A CHAPA DO GERENTE-GERAL

Em abril de 1992, Luiz Cesar Zimmermann Damásio disputou a primeira das três eleições que venceria para o cargo de presidente da APCEF-SC. Para superar as duas chapas concorrentes, o candidato tirou férias e rodou o estado em campanha. Clóvis Mena Dutra era o nome indicado pelo presidente Luiz Hamilton de Moura Ferro, enquanto o ex-presidente Israel Gomes Caldeira Júnior, com quatro anos de mandato no currículo, representava a ala mais tradicional.

Admitido na CEF-SC em 1977, Damásio não tinha experiência como diretor da Associação nem participação ativa em grupos de economiários engajados em causas coletivas.

Sua relação com a entidade se dava por participações em eventos sociais e nas competições esportivas, como atleta ou integrante de equipes de futebol de salão, soçaite ou vôlei. Foi medalhista nos Jogos da Caixa de 1984, no Rio de Janeiro (RJ), bronze nos 100m dos Jogos da FENAE, em 1988, em Belo Horizonte (MG), para citar algumas de suas conquistas.

Após se formar engenheiro pela UFSC, em 1982, dividiu despesas com uma colega do Paraná e foi até Brasília (DF) reivindicar um concurso voltado à sua área de formação. Dois anos

depois, foi aprovado no processo seletivo que atraiu 30 candidatos para duas vagas.

Somente na temporada de verão de 1991 que Damásio se interessou pela política da Associação, segundo o próprio. Assim como o engenheiro, Isaías Isaac Pires, Julio Gonçalves, Ricardo Geller, Manoel Vitalino de Campo, entre outros colegas em cargos de confiança, formaram o grupo de oposição à Novo Tempo. Eram apoiados, inclusive, pelo gerente Juarez Alvez Nunes.

Com campo aberto para visitas às agências do interior, os integrantes da chapa denominada Associação apresentaram-se como a novidade e a mudança. Pregavam o equilíbrio entre as partes que compõem a identidade da APCEF-SC. Uma via moderada, determinada a descolar a entidade do front político, campo desgastado pelos escândalos do governo Collor.

A ousadia em mudar tudo da gestão Novo Tempo gerou conflitos internos desnecessários e foi insuficiente para engajar a maioria de funcionários que trabalhava na CEF-SC, na virada dos anos 1990. Em um grupo heterogêneo, de múltiplos interesses, ter dado ênfase ao sindicalismo acabou por favorecer a troca no comando da APCEF-SC. Na eleição de 1992, a última com três



PROPAGANDA DA CEF-SC EM EXPANSÃO PARA O INTERIOR, NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1980, UM CONTRAPONTO PARA DA POLÍTICA DE PERSEGUIÇÃO ÀS EMPRESAS PÚBLICAS, A PARTIR DO GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

chapas concorrentes, a Associação venceu por 1052 votos, número que representava quase a metade dos empregados do banco no estado.

Com a vitória, a diretoria de Damásio teve legitimidade para resgatar o caráter de clube que a entidade vinha construindo até a posse de Hélio Cervelin, em 1987. De Paladino Filho a Caldeira Júnior, a APCEF-SC consolidou as bases da estrutura de lazer, do calendário de eventos sociais e esportivos, da política de interiorização, da descentralização da administração, da comunicação e do incentivo às diversas expressões culturais dos associados, além de formatar a rotina e dinâmica dos empregados no atendimento.

A partir dessas referências, coube à Associação calibrar a participação da entidade na política sindical dos bancários. A pauta trabalhista não foi abandonada, de todo, mas a defesa e conquista de direitos passou a ser defendida em um contexto mais amplo. Ganhou importância o dever do trabalhador em cumprir com suas funções para favorecer o fortalecimento da Caixa e seu papel social e econômico. Um discurso que pregava até paciência e sacrifícios por parte do empregado, sem que este abrisse mão da criticidade e da fiscalização sobre as ações dos gestores do banco.

Com esse tom, Damásio foi reeleito em 1995 sem que houvesse concorrência e, após mandato de três anos do amigo Márcio Luiz Greuel (1998-2001), retornou ao cargo de presidente para se tornar o economiário com mais tempo à frente da instituição, em 60 anos de história.

O FATOR PHILIPPI

Fotos da Parati e da Saveiro 84 sucateadas eram publicadas no jornal da entidade como a herança concreta da Novo Tempo. De posse da Associação, a diretoria Damásio divulgou um rombo de Cr\$ 200 milhões (R\$ 666 mil). IPTU e INSS atrasados, dívidas com fornecedores do restaurante da sede, entre outras irregularidades, motivaram uma auditoria externa. O processo foi concluído em 1995 e, encaminhado ao COREP, foi arquivado por não ter sido constatado nenhum crime.

Para sanear as contas e promover melhorias estruturais e administrativas, visando ampliação do patrimônio, o tesoureiro Valério Philippi foi escalado no front da recuperação econômica da APCEF-SC. Ex-vice-presidente da entidade (1983-1985) e analista contábil da CEF-SC, ele renegociou dívidas, enxugou a folha de pagamento e racionou gastos com água, luz, telex, entre outros.

Em pouco tempo, o número de benefícios do Cheque APCEF/Convênios mais que dobrou, a CEF-SC voltou a alugar a sede para treinamentos e integrações do banco. No entanto, a maior contribuição do analista foram as parcerias em consórcios de veículos, que rendia comissões à entidade e um carro de brinde para ser sorteado a cada grupo formado. Em seis anos, a Associação intermediou mais de 450.

CÁ PRA NÓS

A BARATEIRA

Talões de cheque, conhecidos como chequinho, mediaram os convênios da APCEF-SC com estabelecimentos comerciais de Santa Catarina, a partir de 1988. Para comprar na rede de lojas "A Barateira", por exemplo, o associado da APCEF-SC no município de Curitiba (SC) podia dividir em até 3x sem juros o valor da aquisição, com desconto na folha de pagamento feita sempre no dia 20 de cada mês. Em 1992, o chequinho contava com 185 parceiros.

OS BENS DA APCEF-SC

A administração da APCEF-SC contava, em 1992, com 42 empregados, três veículos (uma Parati, uma Saveiro e um micro-ônibus), um aparelho de telex, uma central telefônica, com oito canais, três máquinas elétricas e três manuais de datilografia, além de uma máquina Xerox 3107. A novidade tecnológica da época eram os três computadores (um P-120, um AT e um XT), com quatro drives e dois winchesters, que operavam para agilizar a digitação do Cheque APCEF-SC/Convênios, além do controle do quadro associativo e contábil.

RAINHAS DA CANASTRA

Uma novidade dos anos 1990 foi a abertura da Sala Verde aos torneios de carteados, dominó, snooker, tênis de mesa e pebolim. Em um dos embates acirrados, Zélia e Raquel, economiárias de Tubarão (SC), receberam o título de rainhas da canastra.

HERIBERTO HÜLSE

A partir de 1987, o nome do ex-governador não foi mais usado para designar a Sede Balneária da APCEF-SC.

HÁ VAGAS EM JURERÊ

No verão de 1994, a Sede Balneária da APCEF-SC atingiu o limite de capacidade. Ao longo da temporada, 543 associados solicitaram reserva para os 20 apartamentos – no camping, eram 80 lotes disponíveis para barracas. Os vários dias de lotação máxima sobrecarregaram a drenagem pluvial e o sistema de esgoto, proporcionando inconvenientes desagradáveis aos frequentadores.

As medidas econômicas promovidas por Valério Philippi possibilitaram uma série de melhorias na sede, como a troca de telhado do salão de jogos, a ampliação no número de salas pra treinamento e atividades, a construção de um restaurante no lugar da cancha de bocha, próximo ao camping, entre outras reformas. Faltava tirar do papel a promessa de gestão, repetida a cada edição do jornal da entidade.

O anteprojeto, assinado pela arquiteta Gilda Elena Ribeiro, tinha sido aprovado em abril de 1993. Na licitação para a construção do prédio de dois andares e 16 apartamentos, venceu a empresa Protécnica, que cobrou o valor de R\$ 30 mil (R\$ 190 mil) pela mão de obra.

O trabalho teve a supervisão do próprio presidente, o engenheiro Luiz Cesar Damásio, que presidiu a cerimônia de inauguração no dia 28 de novembro de 1996, na abertura da temporada de verão daquele ano.

Durante a gestão de Márcio Luiz Greuel, entre 1998 e 2001, as acomodações aumentariam para 18. Quanto ao sistema hidrossanitário, o problema foi resolvido com a instalação de uma nova fossa.

CONSTRUÇÃO, EM 1996, DO BLOCO DE APARTAMENTOS SITUADO NA DIVISA COM O TERRENO DO JURERÊ BEACH VILLAGE



CAIXA PÚBLICA AMEAÇADA

Sétima tentativa de estabilização da moeda desde o fim do Regime Militar, o Plano Real garantiu ao ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, as eleições presidenciais de 1994. Os oito anos do sociólogo no Palácio do Planalto foram marcados pelo avanço da política neoliberal de privatizações. No período, FHC vendeu mais de 100 empresas públicas, entre elas a Vale do Rio Doce.

Com Sérgio Cutolo (1995-1999) e Emílio Carazzai (1999-2002) como presidentes da Caixa, foram instituídos três Programas de Aposentadoria ou Demissão Voluntária (PADV). O arrocho salarial foi a tônica de ambas gestões, combinado com perseguições, transferências injustificadas de funcionários e demissões arbitrárias, baseadas na RH 008, criada pelo governo. Como reflexo, o quadro funcional da Caixa, entre 1994-2002, segundo a Contraf-CUT, minguou de 65.076 empregados para 55.691.

Em 2000, durante audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, respondeu o seguinte sobre a contratação da consultoria Booz Allen & Hamilton sobre a atuação dos bancos federais. “Quero deixar claro, para que não digam no futuro que eu disse que os bancos seriam mantidos, que não há compromisso de manutenção dos bancos e sim das políticas públicas executadas por eles. O futuro desses bancos está em aberto”, concluiu.

PRESENÇA NO INTERIOR

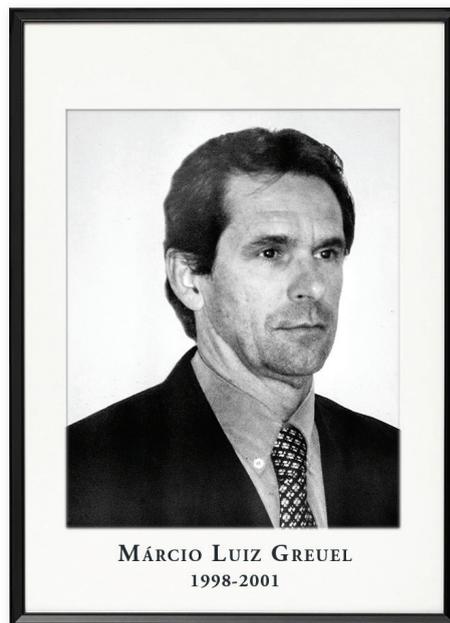
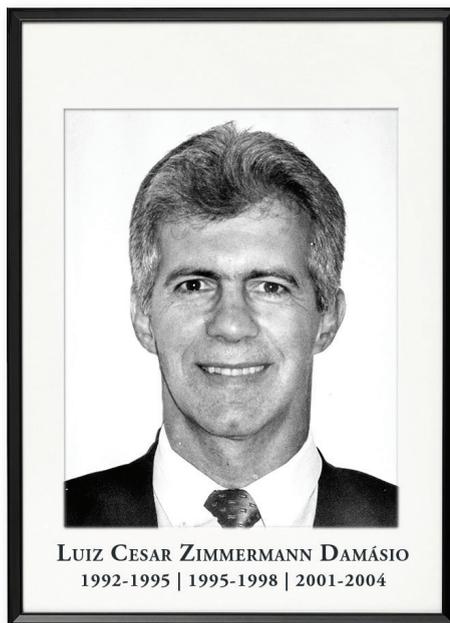
Márcio Luiz Greuel, de Itajaí (SC), foi eleito em 1998 para dar continuidade à administração de Luiz Cesar Damásio. Como primeiro presidente da Associação de fora da capital catarinense, Greuel avançou com os investimentos nas 14 sub-sedes da APCEF-SC, no interior.

Concórdia, Curitiba, Criciúma, Xaxim, Fraiburgo, Capinzal, Chapeco, Campos Novos, Tubarão, Jaraguá do Sul, Caçador, Lages, Videira e Itajaí foram algumas das cidades catarinenses que se estruturaram com recursos repassados pela diretoria da APCEF-SC. Essa política, criada ainda na gestão Novo Tempo, consistia em devolver para grêmios e sub-sedes parte das mensalidades de associados do interior.

Além das unidades regionais, foi inaugurada na gestão Greuel a sede de campo da APCEF-SC, localizada no município de Fraiburgo. O lugar contava com cinco cabanas para até quatro pessoas e um chalé de seis lugares. Os associados podiam pescar, cavalgar, fazer passeios de jipe e almoçar trutas fresquinhas, em um restaurante na beira do lago do Apfel-Park.

Sem atrair público que justificasse os custos com manutenção, a estrutura foi vendida em 2008, durante gestão de Arlindo Maciel Sebastião.

MURAL DE EX-PRESIDENTES APCEF-SC



CÁ PRA NÓS

SINDICALISMO (MANTIDO) NA PAUTA

A página 2 do primeiro número do jornal da Associação trazia a coluna intitulada Palavra Sindical, assinada pelo diretor de Relações do Trabalho, Gilberto Onofre da Luz.

APCEF-SC NO PÉ

A Associação lançou, em todo país, para funcionários Caixa, o par de tênis "Ação". O produto era fabricado na mesma indústria da Topper, Nike e Mormaii, segundo divulgação da entidade, com padrões e cores similares, mas 50% mais barato. Que tal?

SEM PARTIDO

Nas eleições municipais de 1992, a APCEF-SC deu espaço na 3ª edição do jornal para nota da Associação de Gerentes da Caixa do Estado de Santa Catarina (Agecef), que anunciou apoio financeiro aos 33 funcionários Caixa que eram candidatos nas eleições municipais. Os nomes, vinculados a partidos da esquerda e direita, do PT ao PFL, foram divulgados no número seguinte da publicação.

ESPAÇO ABERTO

Em setembro de 2002, no terceiro mandato de Damásio, João Ghizoni (PC do B) e Vânio dos Santos (PT) apresentaram intenções como candidatos à ALESC nas páginas do Notícias APCEF-SC, ao lado dos postulantes à Câmara dos Deputados, Aldemar Bola Pereira (PDT), Edinho Bez (PMDB) e Nilson Souza (PT). Ghizoni tinha experiência na Câmara de Vereadores de Florianópolis (SC), enquanto Vânio e Bez haviam exercido mandatos como deputado federal.

GESTÃO DE TODOS

A descentralização da gestão, idealizada no final dos anos 1970, floresceu como prática na gestão de Isair Dallazen, em 2004. Cada departamento passou a atuar como parte de um mesmo corpo, em uma harmonia que possibilitou conquistas inéditas e significativas para os anos posteriores da instituição. No Esporte, por exemplo, o diretor Marcelo Boeing, presidente da APCEF-SC entre 2010 e 2016, esteve à frente da negociação que convenceu a FENAE e a prefeitura de Blumenau (SC) a sediarem na cidade do Vale do Itajaí os Jogos da FENAE de 2006. O primeiro evento fora de uma capital e inédito em Santa Catarina atraiu mais de dois mil atletas de todo Brasil para as disputas que ocorreram no SESI.

Marlon Schmidt, na Comunicação, foi responsável pela criação do site da entidade e representou o estado no processo de padronização nacional da identidade visual das APCEFs, com as logomarcas apresentadas em junho de 2006 pela FENAE. Quatro meses depois, a Associação lançou o jornal *O Catarinista*, primeiro informativo a chegar na casa do associado e que alcançou a marca de 68 edições, em janeiro de 2020.

Ainda durante a gestão, a mensalidade foi atrelada ao salário base dos empregados, a partir da reforma do estatuto, que vigorou até novembro de 2017, e as atividades da sede administrativa do Centro foram finalmente transferidas para Jurerê, transferência conduzida por Marco Zanardi, então diretor das Relações de Trabalho.

Ao final do mandato de Isair Dallazen, em 2007, com resultados relevantes, construídos pela participação ativa de seus diretores, a APCEF-SC se desenvolveria como projeto de um grupo e não mais reflexo da personalidade de seus presidentes. Um modelo esboçado pela Novo Tempo, mas que se distinguiu por ter equilibrado os múltiplos interesses dos associados em benefício da maioria, ao invés do próprio grupo.

Para suceder Dallazen, seu vice Arlindo Maciel Sebastião foi o nome escolhido entre os membros da Executiva para liderar o triênio seguinte. O principal desafio da referida administração foi a recuperação ambiental da área de marinha.

Notificada pela Justiça Federal, em 2007, por “suprimir vegetação de restinga e aterrar a área para construção de estruturas de lazer com cercamento de duas áreas com mourões de concreto e tela caracterizando domínio de patrimônio da União”, a Associação foi multada em R\$ 400 mil (R\$ 886 mil). O valor foi reduzido até R\$ 36 mil (R\$ 76,5 mil), em audiência de conciliação no mesmo ano, após compromisso da diretoria em atender às solicitações da Justiça.

Assinados pelos biólogos Diego Miguel Perez e Rafael Garziera Perin, com acompanhamento do arquiteto Adão Braun, a obra de recuperação teve início em novembro de 2009 e recebeu da Fatma, órgão estadual de meio ambiente, o certificado de conformidade ambiental.



OS JOGOS DA FENAE DE 2006, EM BLUMENAU (SC), FOI UM MARCO PARA A APCEF-SC. A CIDADE DO VALE SEDIU TAMBÉM A EDIÇÃO DE 2016 DOS JOGOS E A CAPITAL FLORIANÓPOLIS (SC) FOI PALCO DA FINAL DO TALENTOS, EM 2019



TITULARES DA GIFUG,
CAMPEÕES DOS JOGOS DE
INTEGRAÇÃO DE LAGES
(SC), EM 1996

QUEM LEVA A TAÇA?

No gramado da APCEF-SC, devidamente uniformizados, os jogadores do banco dispensavam o sobrenome. Como nas fichas técnicas da crônica esportiva profissional, o que importava no campo era qual escudo seria defendido. A partir da década de 1980, a Sede Balneária assistiu o surgimento de campeões e foi berço de grandes rivalidades, como a construída entre a GiFug e a Newton Macuco.

Formada a partir de funcionários da agência do bairro Estreito, em Florianópolis, a Newton Macuco cansou de levantar canecos entre 1980 e 1990. Era formada pela base da Habitação, campeã do I Jogos de Integração, que revelou Eduardo Piazero como goleador sucessor de Chiquinho.

O time da GiFug surgiu em 1996 com o nome de Nogéria, inspirado no sentimento de “nojo” causado pelo fatídico gol de ouro de Kanu, na eliminação do Brasil das Olimpíadas de Atlanta, nas semifinais. Naquele time medalha de bronze, comandado por Zagallo, o bancário da Caixa Carlos Garcez jogaria na vaga de Zé Maria, na lateral-direita. Para felicidade da nação, que acompanharia Cafú reinar soberano na posição por anos, o craque da Agência da Praia de Fora, que também teve suas glórias nos campos de várzea, reservou seu talento aos torneios da APCEF-SC.

Sem contar com colegas suficientes em sua repartição, Garcez se ajeitou com a turma da Agência Universitária, onde trabalhava seu irmão, Aguinaldo. Logo no primeiro ano, o Nogéria sagrou-se campeã dos Jogos de Integração de Lages (SC). Na sequência, venceu a disputa do Festival da APCEF-SC, perdeu o título do Torneio de Verão de 1997 por detalhe e se redimiu no final do mesmo ano, ao conquistar o Bi nos Jogos de Tubarão (SC).

Rapidamente alçado ao hall de campeões das canteras da Vila do Caldeirão, a franquia trocava de nome para GiFug, depois que o craque Zidane fez todo brasileiro esquecer dos nigerianos com a atuação na final da Copa da França de 1998. Com novo nome, os irmãos Garcez, Zunino, Nilzon, Marcelo, João Garcia, Eduardo e Rubens conquistaram o Tri do Integração, em 2000, disputado em Florianópolis (SC), além de três Torneios de Verão.

CÁ PRA NÓS

CLÁSSICOS

Valdijô, Ronaldo, Moura, Vilmar, Alaécio, João Luiz, Eduardo, Joel e Paulo Lima; Edison, Jairo, Pico, Ismael, Luiz Alberto, Silvío, Auri e Carlos Luiz; Cláudio, Jaci, Walber, Écio, Rubens, Waltamir, Damásio e Hélio; Ronildo, Rubens, Luiz Carlos, Euclides, Edson, Flávio, Antonio e Joni. Alguns dessas seleções marcaram época nos torneios tradicionais da Associação.

REGISTROS

Carlos Garcez registrou cada um das 108 partidas disputadas pela Gifug, entre 1996 e 2006. Estão na planilha as goleadas, derrotas vexatórias, os títulos e outras estatísticas. No período, 45 atletas diferentes vestiram a camisa multi-campeã e foram responsáveis por 66 vitórias e 330 gols. Contra os rivais da Newton Macuco, o mistão da GiFug venceu oito, empatou duas e perdeu somente uma.

PAPO VAI, PAPO VEM

O jogo entre Engenharia e Habitação, pelo campeonato de futebol suíço de 1991, terminou empatado, por volta das 10h15 da manhã de sábado. Na saída do campo, no quiosque que vendia refrigerante, salgado e cerveja, os adversários Jairo Baker e André Ricardo iniciaram prosa. Papo vai, papo vem, aproxima-se o guarda noturno, implorando para que os dois deixassem o lugar para que ele pudesse fechar os portões. Faltava 15 para meia-noite. Hora da saideira.

TUBO NA BAGAGEM

Até 1994, era comum que economiários trouxessem seus televisores de casa para a estadia nos quartos da Sede Balneária, em Jurerê.

NOVO CICLO DE EDIFICAÇÕES

Veio do plantel da GiFug o 20º presidente da APCEF-SC, na sucessão de Arlindo Sebastião. Marcelo Sandin Boeing ingressou na Caixa em 18 de outubro de 1989 e precisou de menos de um ano para se envolver com o esporte da Associação. Campeão dos Jogos de Integração de 1990, em Florianópolis (SC), na última participação do selecionado da Agência Miramar antes da imploração do edifício La Porta, Marcelo não deixou mais de contribuir com a área e, naturalmente, com a entidade dos economiários.

Nos dois mandatos seguidos, entre 2010 e 2016, a gestão Mais IntegrAção, liderada por Boeing, tirou do papel o projeto de APCEF-SC que vinha sendo discutido desde Isair Dallazen e foi além, atendendo reivindicações de anos dos associados.

No período, a Associação investiu R\$ 3,5 milhões em infraestrutura. A principal obra foi a Arena Esportiva, inaugurada em 2011. Com 4.806 m² a quadra poliesportiva sediou os Jogos Sul e Sudeste de 2013. No ano seguinte, tornou-se o palco principal dos Jogos de Integração, que passaram a ser disputados de dois em dois anos, sempre em Florianópolis e intercalados.

Além do ginásio, foram criados o Centro de Eventos, o Espaço Gourmet, a nova Biblioteca e uma Sala Multimídia. Foram reformados o Salão Nobre, o campo de futebol, banheiros centrais, sauna e apartamentos, possibilitados por uma melhoria na infraestrutura elétrica de toda sede. A área de camping foi revitalizada em 2012, com nivelamento das vias internas, iluminação, plantio de 50 árvores nativas. Foi implementado novos sistemas de prevenção de incêndio e de saneamento básico, que permitiu a regularização da área junto à Prefeitura Municipal de Florianópolis, em cumprimento à Lei Municipal 374/2010.

A Integração, que deu nome à gestão, foi incentivada pela comunicação, em ações como o “contato@pcef”, em que um associado de cada agência no estado era escolhido para divulgar a agenda da APCEF-SC e trazer demandas dos colegas. No esporte, foram criados torneios de Primavera com inscrição individual, em que bancários, das cidades catarinenses Blumenau, Criciúma e até de regiões mais afastadas, jogavam em um mesmo time, em clima de descontração.

Outra inovação interna foi a qualificação da equipe.



MARCELO SANDIN BOEING,
PRESIDENTE DA APCEF-SC ENTRE 2010 E 2016

Desde 1983, com Manoel Brasileiro da Silva, a Sede Balneária tinha como gerente administrativo um ex-funcionário do banco. Esse modelo foi substituído, a partir de 2010, com a contratação de gestores externos.

Para apoiar a consolidação desse processo, a CEF-SC atendeu ao pedido da APCEF-SC e liberou, em 2013, um funcionário que atuasse junto à presidência para auxiliar na administração de demandas crescentes com as melhorias na infraestrutura e na organização.

Diretor desde o grupo liderado por Dallazen, Marco Antonio Zanardi foi escolhido para se dedicar exclusivamente aos assuntos da Associação.

O trabalho próximo ao dia a dia da entidade iria determinar a sucessão de Boeing. Zanardi assumiu a presidência em 2016 e foi reeleito em 2019, em um novo período de perseguição ao funcionalismo público e especulações privatistas em torno da Caixa. Nesse contexto, a APCEF-SC retomou uma participação mais ativa nas causas trabalhistas, sem deixar de manter o profissionalismo na gestão e a ampliação do patrimônio.

CAIXA RETOMA EXPANSÃO

Com Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, entre 2002 e 2010, a Caixa voltou a ter protagonismo como braço social da política econômica federal. Isso significou um novo ciclo de expansão na atuação do banco, através de programas sociais como o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida. Segundo o livro "Tijolo por tijolo", sobre os 50 anos de história da FENAE, a empresa saltou de 57 mil empregados e 2.126 pontos de atendimentos em 2003 para mais de 100 mil funcionários e 4.205 unidades pelo país até 2014, no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2010-2014).

Para os funcionários, o período significou inúmeros avanços. O RH 008 foi revogado e o PLR Social repartiu 4% do lucro líquido da empresa com todos. Pela primeira vez em 150 anos, o banco social teve uma mulher na presidência, com Maria Fernanda Ramos Coelho, entre 2006 e 2011. Economiária de carreira, a dirigente sucedeu Jorge Eduardo Levi Mattoso (2003-2006) para dar continuidade aos Feirões da Casa Própria, aprimorar a gestão da empresa sobre as loterias e criar novos produtos, alinhados com as novas tecnologias.

Para formulação do Plano Estratégico de 2009-2015, foram ouvidos mais de 20 mil economiários em todo país, processo que está por trás do crédito como um dos principais instrumentos de fomento às políticas públicas.

O sucessor de Maria Fernanda foi Jorge Fontes Hereda, penúltimo presidente do banco nos governos do PT, com mandato entre 2011 e 2015. Seu chefe de gabinete era o economiário catarinense Vânio dos Santos, que acumulava, na época, a experiência de duas legislaturas estaduais e federais. Outro catarinense a integrar o alto escalão no período foi Nilton Fraiberg Machado, que assumiu em 2013 a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Trabalho.

Com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a Caixa voltou a ficar exposta ao humor do mercado financeiro, que apoiou a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, sob a expectativa de retomada da política de privatizações.

CÁ PRA NÓS

LULA

O jornal *Notícias da APCEF-SC*, de dezembro de 1989, no seu editorial, declarou apoio à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Lula, que perdeu para Fernando Collor de Mello em um 2º turno polêmico, foi entrevistado pela publicação informativa da Associação durante a gestão Novo Tempo.

DO SUL

Antes de ser transferido para Florianópolis (SC), em 1992, Marco Antonio Zanardi era vice-presidente da APCEF-RS, na gestão de Waldy Silveira Júnior (1990-1994). Desde 1981, quando foi admitido para atuar em Passo Fundo (RS) como auxiliar de escritório, Marco acumulou experiência nos movimentos, compôs diretoria de sindicato e foi responsável pelo Departamento de Interior da administração Sérgio Nunes da Silva, à frente da instituição gaúcha entre 1984-1986.

PAUSA NAS LUTAS

As lutas durante o governo Collor exigiram mais tempo do que o pai de Paula, então recém-nascida, estava disposto a sacrificar. Ao desembarcar na Ilha com a família, em setembro de 1992, no mês de instauração do processo de impeachment do Presidente da República, Marco viu uma oportunidade para voltar-se à família, ampliada pela chegada de Leo, e à carreira. Em 2004, aceitou convite para assumir a diretoria de Relações de Trabalho e, até 2020, foi o diretor com maior número de presenças em reuniões. Foi vice de Arlindo e de Boeing. No segundo mandato deste, assumiu o Departamento Financeiro.



Crédito: Fernando Mendes/ APCEF-SC

Crédito: Vitor Hugo Cardoso / VH Film Production / APCEF-SC

PARALELA A CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS, NA ÚLTIMA OBRA DOS 60 ANOS, FORAM REVITALIZADAS A RUA DAS MOREIAS E O JARDIM DO ESPAÇO GOURMET. NO DESCERRAMENTO DA PLACA, DELOIR BRUNELLI, PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO, MARCO ZANARDI, PRES. DA APCEF-SC, JAIR PEDRO FERREIRA, PRES. DA FENAE, MURILO LUZ, PRES. DO CONSELHO FISCAL, E SÉRGIO TAKEMOTO, DIRETOR DA FENAE.

No lugar dos fogos de artifício de antigas cerimônias, um show de luzes e som apresentou os novos edifícios Garapuvu e Imbuia. Os trajes dos associados presentes no evento de inauguração, no dia 1º de fevereiro de 2020, estavam livres do rigor que vestiu autoridades e convidados no lançamento dos blocos da área de lazer, em abril 1979.

Assim como na conclusão do primeiro edifício, em 1968, causou angústia geral a demora na liberação do poder público. Após a vitória final, feita no dia 17 de dezembro de 2019 junto aos representantes da Piemont Arquitetura e EPC Engenharia, havia expectativa de que os 32 apartamentos estariam disponíveis aos associados com o início do verão. Entretanto, o documento do Corpo de Bombeiros chegou às mãos do presidente Marco Antonio Zanardi apenas na véspera do evento de inauguração.

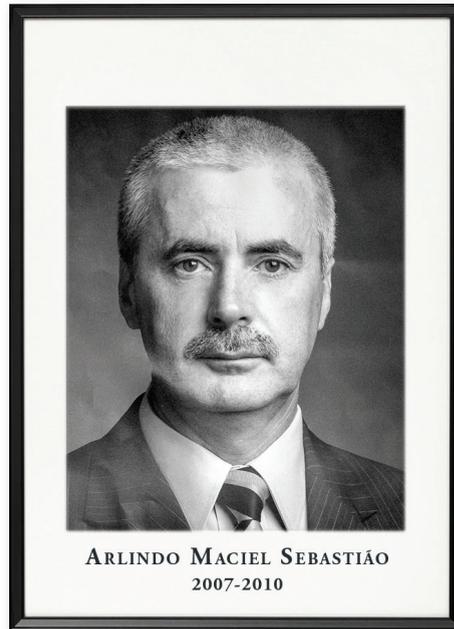
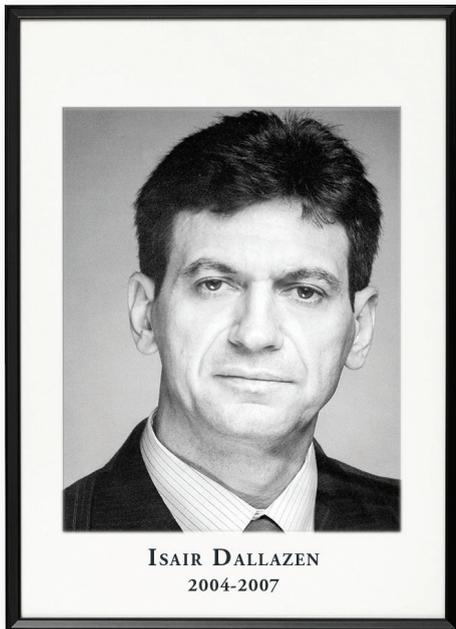
O colorido de luzes e o coquetel servido no Salão Nobre convidaram todos à celebração e instigaram sentimentos distintos. Para Hélio Cervelin, Rosita Silva, Orivaldo dos Santos e o casal Osni e Jane Nunes, o par de torres projetado com o que há de mais moderno e sustentável, erguido em 18 meses sobre a

antiga quadra poliesportiva, era mais uma entre tantas conquistas da entidade testemunhadas por eles.

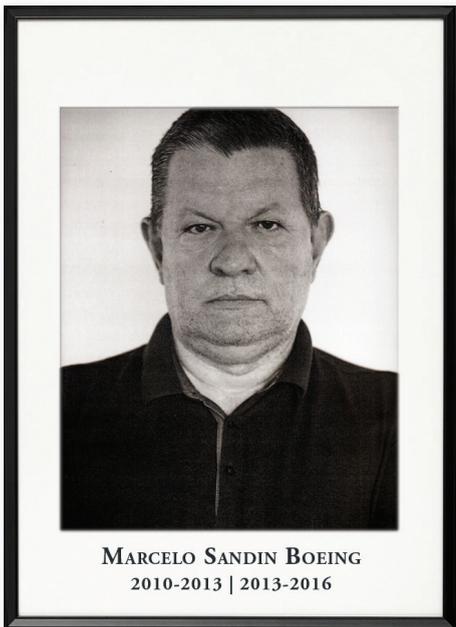
Jair Pedro Ferreira, então presidente da FENAE, viu nos dois edifícios a prova de evolução da APCEF-SC e de sua sede, tão diferente do espaço simplório que o abrigou no ano de 1991, durante campanha pela readmissão dos 109 funcionários Caixa, demitidos pelo governo Collor – Jair foi um dos demitidos.

Já para Sérgio Takemoto, que seria eleito presidente da Federação nas eleições no mesmo ano, o brinde feito com espumantes encontrou eco em todo país, dada a unanimidade entre economiários sobre a APCEF-SC ser um dos melhores destinos dos funcionários Caixa.

Status reforçado pela entrega dos edifícios Garapuvu e Imbuia, em 3.298,5 m² de área, com investimentos próprios da APCEF-SC. Um símbolo do sucesso que o trabalho contínuo, em torno do projeto de Associação que foi iniciado com Isair Dallazen e cultivado pelas diretorias de Arlindo Maciel Sebastião, Marcelo Sandin Boeing e Zanardi. Uma conquista de todos associados.



MURAL DE EX-PRESIDENTES APCEF-SC



CÁ PRA NÓS

OS 30 ANOS

As três décadas da APCEF-SC foram comemoradas em três dias de festa, entre 27 e 29 de abril de 1990 e reuniu mais de mil pessoas. A programação incluiu exposição de fotos, torneios esportivos e gincana infantil e o show principal foi de Luis Meira.

MEMÓRIA EM DESORDEM

A marca de 30 anos de fundação motivou um levantamento sobre o material fotográfico da Associação. O serviço, executado pelo arquivista Luiz Ari Souza Fontoura, possibilitou a catalogação e legenda de aproximadamente quatro mil fotos, classificadas por 180 itens. Em setembro de 2019, quando deu-se início os trabalhos para produção deste livro, a diretoria descobriu três caixas repletas de fotos em preto e branco no acervo da entidade. O retrato da memória, até então, em desordem.

OS 60 ANOS

A data era aguardada com grande expectativa pela diretoria presidida por Marco Antonio Zanardi. Além do livro *Das raízes às flores - os 60 anos de história da APCEF-SC*, foi produzido um documentário, pela AM-Plus Vídeo, de Curitiba (PR), com o intuito de reorganizar o passado da entidade.

MAS...

Os planos de celebração foram frustrados pela pandemia do novo coronavírus, que impôs medidas de isolamento social a partir de março de 2020.

O ASSOCIADO É A PRIORIDADE

O título é uma espécie de lema para Beto, Giseli e Raquel. As histórias de vida dos três se confundem com a APCEF-SC e fazem deles referências de dedicação e profissionalismo para o time de atendimento e serviços da entidade.

Desde a segunda metade dos anos 1960, um silencioso corpo de trabalhadores tem se dedicado para garantir o êxito na relação entre APCEF-SC e seus associados. Desse grupo, Raquel da Cunha é a funcionária com mais tempo de serviço prestado à entidade. O início do seu vínculo com a Associação remete a outro personagem que deve estar na lembrança dos associados. Manoel Brasileiro da Silva, carinhosamente chamado de “Maneca da Portaria”, foi homenageado pelos colegas de filial em 1º de setembro de 1983, no dia de sua aposentadoria na CEF-SC. Quase no mesmo ato, recebeu convite para assumir a administração da Sede Balneária Heriberto Hülse.

A reforma de 1978 havia ampliado as áreas de conforto e lazer em Jurerê, elevando as demandas e os níveis de cuidado para manutenção do espaço. Meses depois da inauguração, a diretoria aumentou de três para sete o número de funcionários no local. Quando Maneca assumiu as funções de gerente, cinco anos depois, a quantidade de empregados girava em torno de 40.

“Enquanto puder ajudar com a organização, estarei bem”

RAQUEL CUNHA,
funcionária há 25 anos

O gerente estabeleceu rotinas e atribuições que qualificaram o atendimento disponibilizado aos associados, formando um padrão que seria repetido e aprimorado ao longo dos anos.

Portaria, serviços gerais, jardinagem, segurança, administrativo, financeiro, manutenções, recreativo, hotelaria, restauração, fiscalização de obras e apoio em eventos. Tudo passou a ser coordenado sob o propósito de servir, zelar e auxiliar, com garantia do descanso e da segurança dos frequentadores da Sede Balneária.

Esse grau de responsabilidade foi transmitido a Raquel Cunha em 1995, na entrevista que fez para ocupar vaga na recepção. Sua irmã já trabalhava na Associação e intermediou o pedido à Maneca, que queria conversar com ela. Do encontro, ocorrido no dia 17 de novembro, um dia antes de completar 21



anos, Raquel saiu contratada no seu primeiro emprego.

Em 25 anos de APCEF-SC, Raquel viu sua irmã e Maneca deixarem a Associação. Acompanhou no dia a dia a troca das máquinas de escrever por computadores, a internet discada pela banda larga e a organização das reservas para temporada de verão, feita por anos em tabelas de cartolina, evoluírem para um sistema online de hotelaria, implantado em 2008.

No mesmo ano, Raquel deixou temporariamente a recepção para atuar no administrativo, área onde a única experiência que ela tinha eram os dois anos como office girl do escritório da Associação, na Rua Trajano, no fim da década de 1990.

Dedicada, discreta e organizada, Raquel não saiu mais da secretaria. Começou fazendo cadastro e cancelamentos, encaminhamentos para confecção de carteirinhas de identificação. E com o passar do tempo, foi abraçando tarefas cada vez mais complexas até assumir, em 2012, o financeiro da entidade.

Ao ser indagada sobre a motivação para ter se tornado a funcionária com mais tempo de casa, Raquel demonstra a mesma humildade quando firmou compromisso com Maneca,



ROBERTO CARLOS VIEIRA, GISELI HIAMARA DE MORAIS E RAQUEL DA CUNHA REPRESENTAM O TIME QUE GARANTE A QUALIDADE NO ATENDIMENTO DA APCEF-SC

em sua entrevista de emprego. “Enquanto puder ajudar com a organização, estarei bem”, assinalou.

Quase 20 anos depois de Maneca, Giseli Hiamara de Moraes se firmou como a responsável por ser o elo entre a qualidade do atendimento e o bem-estar dos associados. Primeira mulher gerente administrativa, responsável por coordenar o serviço de 35 pessoas, sua maior satisfação no trabalho é a sensação de que os frequentadores confiam que seus filhos estão protegidos dentro das dependências da Sede Balneária da APCEF-SC.

Até assumir o maior cargo na hierarquia funcional da entidade, Giseli desempenhou funções em todos os departamentos. Foi admitida em maio de 2006, quando deixou currículo para a recepção. Sem vaga na época, aceitou um lugar nos serviços gerais.

Em duas décadas, foi supervisora do serviço de limpeza, recepcionista, cobriu férias no financeiro, somou esforços no RH, foi auxiliar de escritório, entre outras funções. O cargo de gerente administrativa veio em 2015, após vencer um processo seletivo.

De funcionária da limpeza à chefia, sua trajetória na Associação é modelo para todos que trabalham ao seu lado. Uma

história que tem orgulho de compartilhar, quando em contato com as equipes em treinamento.

Para ela, nenhuma área é mais importante que outra na organização, pois todos atuam de forma coordenada para o bem-estar do cliente. O primeiro dever de qualquer funcionário da APCEF-SC, portanto, é servir bem o associado. Giseli acredita que esse princípio determinou sua evolução na empresa e seu crescimento pessoal. Através do trabalho, ela pode se graduar, desenvolver-se como gestora e dar maior tranquilidade a sua família. Recompensas que ela sente orgulho em compartilhar como um estímulo aos colegas.

Roberto Carlos Vieira, o Beto, é o capitão do time de Giseli e quem melhor ilustra o pensamento da gerente. Ele lembra o dia de sua contratação: 29 de abril de 2002. Começou como porteiro noturno, trabalhando em escalas de 12h por 36h e, assim como a superiora, aproveitou as chances dadas pela instituição para galgar posições até virar supervisor, em 2016.

A rotina de Beto inicia às 8h, em um giro pelo terreno com bloquinho na mão e olhar zeloso sobre o patrimônio. De volta à sua sala, anexa à recepção, confere e-mails e distribui tarefas aos 17 funcionários sob sua responsabilidade. Depois, não para mais de circular pela sede. Como bom capitão, sua satisfação é ver tudo em ordem, funcionando no ritmo, com prédios e jardins bem cuidados.

Por sua posição de liderança, Beto é um dos mais reconhecidos pelos frequentadores e quem recebe elogios, reclamações e pedidos em nome de todos funcionários. O gosto pelo trabalho e a amizade dos associados deixam Beto à vontade para praticar na sede um de seus hobbies. Quando o movimento é pouco e tudo está em ordem, seu lugar preferido é a marcenaria que ele próprio montou em depósito do camping, onde reforma e confecciona alguns dos móveis da sede.

O futebol é outra atividade que ele pratica no ambiente da Sede Balneária. Associado há anos, o supervisor é atacante das peladas das terças-feiras e já assinou gols importantes em algumas das competições tradicionais.

Beto não tem dúvida que a APCEF-SC é sua segunda casa. No verão, esposa e filhas vêm aproveitar o calor à beira da piscina e a alegria no trabalho é plena.

Beto se sente tão à vontade no trabalho que é associado, disputa torneios de futebol e tem a família por perto, se divertindo na piscina nos dias de calor.



Crédito: Betina Humares / APCDF-SC



UM ENCONTRO NO SALÃO NOBRE

No dia 1º de novembro de 2019, o Salão Nobre da Sede Balneária da APCEF-SC, em Jurerê, reuniu cerca de 30 associados de longa data, entre fundadores, ex-presidentes, frequentadores assíduos e alguns dos desportistas que já vestiram a camisa da entidade.

A atenção do grupo heterogêneo, de gerações distintas, foi atraída para uma mesa decorada, próxima ao memorial do recinto. Sobre uma toalha alaranjada, três caixas continham quatro mil fotos antigas pertencentes ao acervo da instituição. Assim que os primeiros retratos começaram a circular de mão em mão, a euforia ficou evidente entre os atores e testemunhas de capítulos dos 60 anos da APCEF-SC. Através das imagens, foram revisitados momentos marcantes dos Jogos de Integração, sorrisos e poses de festas de outros tempos, registros históricos de batalhas travadas em piquetes e tribunais, além das confraternizações espontâneas que reuniam dezenas de enlondados na área de camping.

A reunião no Salão Nobre foi a inspiração primeira para a produção deste livro. Entre setembro de 2019 e junho de 2020, os relatos dos convidados daquela manhã, somadas a outra dezena de entrevistas, mais informações de 513 registros de atas e análise de 165 publicações informativas, estão costuradas no texto sobre as seis décadas da instituição.

Os associados de hoje e de amanhã podem conhecer algumas das várias mãos que construíram a história da entidade. Economíários abnegados que estão por trás dos tijolos e vigas que sustentam a estrutura referência nacional em lazer e hotelaria, em um dos pontos turísticos mais cobiçados do país.

Fundada para ser força política de funcionários Caixa, impedidos de se sindicalizarem como bancários, a APCEF-SC viveu diversos ciclos, que a revestiram de significados.

Manteve-se a duras penas nos primeiros cinco anos, por contribuições irregulares dos colegas, comercialização de gêneros alimentícios e concessões da Filial de Santa Catarina. Na segunda metade de 1960, a vontade de seus componentes foi encontrar refúgio na Vila do Caldeirão, marco inicial para a formação de patrimônio. O crescimento se refletiu em imóveis no Centro e

novas fontes de receita constituíram reservas que favoreceram a articulação da entidade com associações pelo país.

A estabilidade financeira também possibilitou o florescimento do esporte, com os Jogos de Integração, e da cultura, com a revelação de artistas, escritores e cantores nas repartições do estado. Quando a Sede Balneária se transformou no principal clube de lazer da cidade, no final dos anos 1970, os eventos sociais tornaram-se atração para toda a família economiária, da capital e do interior, acomodados sob barracas ou hospedados nos quartos, a poucos passos das areias de Jurerê.

O ar de tranquilidade não resistiria aos ventos da redemocratização do país e a instituição, de natureza democrática, iria desaguar em movimentos de economíários que propagavam um novo tempo. A luta rendeu conquistas históricas aos funcionários Caixa, que se tornaram bancários a partir de 1987.

Ao mesmo tempo em que a Associação aproximou-se do interior, distanciou-se das benesses da CEF-SC. Collor, o primeiro eleito pós-Ditadura, cansou a todos com a política de escândalos que o impechou. Na esteira do Brasil avesso à política, a APCEF-SC voltaria a ser clube: um lugar tranquilo, de família, e quase só. Os eventos na sede cresceram em edições e públicos e mais apartamentos foram construídos, enfim.

O segundo milênio trouxe consigo a revolução da internet e o desafio das diretorias foi disputar a atenção de tantas opções de lazer e distração disponíveis na vida real e virtual dos economíários e suas famílias. A Associação ganhou site, e-mail e Facebook (2008), a antiga boate virou Sala Multimídia, com videogame, e o acesso à praia foi transformado, em harmonia com o meio ambiente. O último capítulo foi contado por novas obras, de Boeing a Zanardi, o terreno transformou-se com ginásio esportivo, centro de eventos e duas torres de apartamentos.

Na reunião de 1º de novembro de 2019, esses e outros momentos simbólicos dos 60 anos da APCEF-SC vieram à tona para constituir o fio condutor da história que foi por aqui contada. Este trabalho busca honrar todos personagens, citados ou não, que fizeram, fazem e farão parte da família de economíários catarinenses. Das raízes às flores do flamboyant.



APCEF/SC



BIBLIOGRAFIA

ADAMS, BETINA; TEIXEIRA, LUIZ EDUARDO FONTOURA. **ECOS DE BRASÍLIA: LOTEAMENTO PRAIA DO FORTE**. PORTO ALEGRE, 2007.

BUENO, EDUARDO; ROCHA, ELIZÁRIO GOULART. **CAIXA: 150 ANOS DE UMA HISTÓRIA BRASILEIRA**. PORTO ALEGRE: BUENAS IDEIAS, 2011.

DA VEIGA, ELIANE VERAS. **FLORIANÓPOLIS, MEMÓRIA URBANA**. FLORIANÓPOLIS: FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES, 1993.

DÍAS, LUCIANO; MOTTA, AYDANO ANDRÉ; SOARES, LUCILA. **TIJOLO POR TIJOLO: MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA DO PESSOAL DA CAIXA/FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (FENAE)**. RIO DE JANEIRO: VERSO BRASIL EDITORA, 2019.

DOS SANTOS, FÁBOLA MARTINS. **UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESPACIAL DO SETOR HOTELEIRO NO NÚCLEO URBANO CENTRAL DE FLORIANÓPOLIS (SC)**. BALNEÁRIO CAMBORIÚ: UNIVALI, 2005.

FILHO, ALCIDES GOULARTI. **O PLANEJAMENTO ESTADUAL EM SANTA CATARINA DE 1955 A 2002**. PORTO ALEGRE: ENSAIOS FEE, 2005.

FURTADO, TAMIRES QUESADA. **LITERATURA, VIDA PÚBLICA E MODERNIDADE: UM ESTUDO SOBRE OTHON LOBO DA GAMA D'EÇA (1892-1965)**. SÃO PAULO: USP, 2015.

KRIEGER, PATRÍCIA. **OS DONOS DE JURERÊ: DISPUTAS DE TERRAS NO BAIRRO MAIS CARO DE FLORIANÓPOLIS**. FLORIANÓPOLIS: UFSC, 2015.

LÖHN, REINALDO LINDOLFO. **ARTÍFICES DO FUTURO - CULTURA POLÍTICA E A INVENÇÃO DE FLORIANÓPOLIS (1950-1980)**. FLORIANÓPOLIS: INSULAR, 2016.

MÉLO, SABRINA FERNANDES. **ARQUITETURA E RESSONÂNCIAS URBANAS EM FLORIANÓPOLIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX**. FLORIANÓPOLIS: UFSC, 2013.

SCHMITZ, PAULO CLÓVIS. **HISTÓRIAS DO MERCADO**. FLORIANÓPOLIS: CAMINHO DE DENTRO EDIÇÕES, 2017.

IMAGENS

PLANTA IMOBILIÁRIA JURERÊ, ADAMS, BETINA; TEIXEIRA, LUIZ EDUARDO FONTOURA. **ECOS DE BRASÍLIA: LOTEAMENTO PRAIA DO FORTE**. PORTO ALEGRE, 2007. (PÁG. 26)

LITOGRAVURA DE D. DINIZ, DATADA DE 1842. **BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL DE PORTUGAL**. (PÁG. 11)



DIRETORIA EXECUTIVA

Marco Antonio Zanardi
Presidente

Márcio Renato Piazza
Vice-presidente

Augustinho Willemann
Tecnologia

Carlos Alfredo Lemos Franklin
Financeiro

Ed Alceu Gerber
Convênios e Parcerias

Edson Edir Dick
Integração

Edson Luiz Dalpiaz Cidade
Assuntos de Aposentados e Pensionistas

Eliane Mikie Soraji
Sociocultural

Luiz Jarbas Haag Marques
Administrativo e Patrimônio

Marcelo Sandin Boeing
Esportes

Sandra Veneranda da Rosa
Relações Públicas e Imprensa

Zuleida Martins Rosa
Relações do Trabalho

CONSELHO DELIBERATIVO

Deloir Brunelli
Presidente

Adriel Piaseski

Alexandre Rodrigo Back

Carlos Augusto Lopes

Carlos Lori Flores

Edson Kretzer

Fábio Leonardo Massing

Flávio Lucio Pereira

Galba Nathan F. Silvestrin

Gilberto João Galeazzi

Ivan Edolar Mayer

José Carlos Marcon

Kennedi João Cavalli

Luis Cesar Zimmermann Damásio

Luiz Carlos de Medeiros

Luiz Stolf

Oswaldo Sauer Neto

Rafael Wagner Zanatta

Sergio Ricardo Capelini

Thamires Mota Luiz

Tyler Cícero Zomkowski

Walter Fabiano Janson

CONSELHO FISCAL

Murilo Luz
Presidente

Antonio Leonardo da Costa Travassos

Elisa da Silva Semione

Jamaica Terezinha de Moraes Ramos

Micael Soares Wercher

Paulo Cesar Loureiro Ortiz

R161 Das Raízes às Flores: os 60 anos da APCEF/SC / Marco Antonio Zanardi (Coord.); Supervisão: Alessandra Oliveira; Texto: Marcone Tavella. - 1. ed. - Florianópolis: Agência Construtores de Memórias, 2020. 96 p. ISBN: 978-65-990042-1-6 Bibliografia: p. 96

1. Associação do Pessoal da Caixa de Santa Catarina - História. 2. Bancários (Santa Catarina) - História. 3. Caixa Econômica Federal (Brasil). II. Zanardi, Marco Antonio. III. Título.

CDD: 342.64 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada por Andreza Campos da Luz - CRB14/1223

Esta obra foi produzida pela **Construtores de Memórias**, uma agência de narrativas que integra ao seu leque de serviços soluções editoriais para instituições, com o objetivo de preservar trajetórias de sucesso.



Contato

(48) 9 8427-6999
editor@construtoresdememorias.com.br
www.construtoresdememorias.com.br